

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

LAÍS APARECIDA DOS REIS MAIA

**HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NA REGIÃO DE PONTE NOVA NOS ANOS DE 1863 A
1930**

VIÇOSA – MINAS GERAIS

2019

LAÍS APARECIDA DOS REIS MAIA

**HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NA REGIÃO DE PONTE NOVA NOS ANOS DE 1863 A
1930**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Educação, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

Orientador: Denílson dos Santos Azevedo

**VIÇOSA – MINAS GERAIS
2019**

**Ficha catalográfica preparada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Câmpus Viçosa**

T

M217h
2019
Maia, Laís Aparecida dos Reis, 1992-
História da educação na região de Ponte Nova nos anos de
1863 a 1930 / Laís Aparecida dos Reis Maia. – Viçosa, MG,
2019.
109 f. : il. (algumas color.) ; 29 cm.

Inclui apêndices.

Orientador: Denilson Santos de Azevedo.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Referências bibliográficas: f. 101-105.

1. Educação - História - Ponte Nova (MG) - 1863-1930. 2.
Brasil - História - Império, 1822-1889. 3. Brasil - História -
República Velha, 1889-1930. I. Universidade Federal de Viçosa.
Departamento de Educação. Programa de Pós-Graduação em
Educação. II. Título.

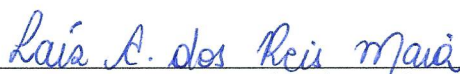
CDD 22. ed. 370.98151

LAÍS APARECIDA DOS REIS MAIA

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NA REGIÃO DE PONTE NOVA NOS ANOS DE 1863 A
1930

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Educação, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 05 de agosto de 2019.



Laís Aparecida dos Reis Maia
Autora



Denilson Santos de Azevedo
Orientador

AGRADECIMENTOS

Após o cumprimento de mais uma etapa é chegada a hora de agradecer àqueles que me fizeram chegar até aqui.

Primeiramente, à Deus, autor da minha vida e da minha história, por guiar meus passos segundo a Tua vontade: “Mais importante que o lugar que ocupas em mim é a intensidade de Tua presença em tudo que eu faço”.

Aos meus pais, Imaculada e Adão, pela confiança, orações e sacrifícios. Vocês são presentes de Deus, modelos de fé, humildade e honestidade.

À minha irmã Cynara, pela cumplicidade e torcida, mesmo a distância.

Ao Fabrício, pelo amor, calma, compreensão, carinho e ajuda durante toda essa caminhada. Como é bom ter um amor assim!

Aos tios, primos, cunhado e agregados, obrigada pelas alegrias proporcionadas a cada encontro, pelas risadas, churrascos e diversão. Eu tenho a melhor família do mundo!

Ao meu orientador Denílson, por toda ajuda e por tornar esse trabalho possível.

À professora Rita Souza pelas preciosas contribuições durante a realização da pesquisa.

Aos meus amigos, de longe, de perto, da graduação, do mestrado e da vida, por tornarem minha caminhada mais leve e divertida. Agradeço em especial à Pri, Carlinha, Sara, Ney Marcos e Dayanne, por serem presença diária em minha vida, mesmo de longe por alguns momentos.

Ao Elídio e seu companheiro Fabiano, por abrirem as portas do Arquivo Municipal de Ponte Nova, com toda simpatia e boa vontade. Vocês são parte fundamental desse trabalho.

À CAPES, pelo apoio financeiro, que permitiu a concretização dessa pesquisa.

O sentimento é de felicidade, de dever cumprido. Gratidão!

Ainda que eu tenha o dom de profecia, saiba todos os mistérios e todo o conhecimento e tenha uma fé capaz de mover montanhas, se não tiver amor, nada serei.

1 Coríntios 13:2

RESUMO

MAIA, Laís Aparecida dos Reis. M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, agosto de 2019. **História da Educação na região de Ponte Nova nos anos de 1863 a 1930.** Orientador: Denilson Santos de Azevedo.

O presente trabalho tem como objetivo geral conhecer os principais acontecimentos ocorridos no campo educacional do município de Ponte Nova, no período de 1863 à 1930. A escolha por essa temática ocorreu devido à carência de estudos sobre a educação desse município e da necessidade de organizar os dados e as narrações históricas para se conhecer a história do município a partir de uma dimensão local e regional, tornando-o uma unidade de observação e análise histórica. A escolha pelo ano de 1863 se deu pelo motivo desse ser o ano da emancipação política e administrativa do município. Já a demarcação do ano de 1930 como limite de pesquisa, se explica pelo acesso às fontes e pela possibilidade de se analisar o município em dois regimes políticos distintos. Foram realizadas pesquisas bibliográfica e documental, sendo a última feita no Arquivo Público Mineiro, na cidade de Belo Horizonte e no Arquivo Municipal da cidade de Ponte Nova. Os documentos utilizados para análise foram os Livros de Atas das reuniões da Câmara Municipal (1863 a 1930), o Livro de Atas de Concursos para Cargos Municipais (1908 a 1921), o Livro Escolar (1892 a 1922) e documentos do Fundo de Instrução Pública da Província de Minas Gerais, que contém os documentos produzidos pela Diretoria Geral de Instrução Pública (1827-1860 e 1867-1871), pela Agência Geral de Instrução Pública (1859-1867) e pela Inspeção Geral de Instrução Pública (1871-1892). As questões que permearam esta investigação procuraram entender como o poder público municipal da cidade idealizou e promoveu a educação escolar durante o fim do Período Imperial e no decorrer da Primeira República (1889-1930). Além disso, tentamos compreender como a instrução pública foi se configurando conforme a legislação nacional e mineira do período, como se deram as relações do poder público com a iniciativa privada e quais ações institucionais foram implementadas no e pelo município no campo da educação. Assim, conseguimos desenvolver um mapeamento das escolas provinciais e municipais da região de Ponte Nova, organizando informações sobre suas datas de criação e funcionamento, bem como desenvolver uma história educacional do município.

Palavras-chave: Educação. Império. República. Ponte Nova.

ABSTRACT

MAIA, Laís Aparecida dos Reis. M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, August of 2019. **History of education in the region around Ponte Nova from 1863 to 1930.** Advisor: Denilson Santos de Azevedo.

This paper aimed to meet the main facts of the educational field in the municipality of Ponte Nova, from 1863 to 1930. The lack of studies of education on this area in the referred town and the need to know its history from a local and regional dimension were the main reason to justify choosing this thematic, making it a observational unity and historical analysis. The political and administrative emancipation of the city happened in 1863 justifying why this year was chosen as a starting point. To close the range of the research, the year of 1930 was chosen because of the access to the sources and the possibility of analysing the city in two different political regimes. Bibliographical and documentar researches were carried out, being the last one made in the Public Archive of Minas Gerais, in the city of Belo Horizonte and in the Municipal Archive of Ponte Nova. The documents analysed were the City Council Minutes Meeting Log (1863 to 1930), the book of minutes of Calls for Tenders (1908 to 1921), the School Book (1892 to 1922) and documents of the Public Instruction of Minas Gerais County Funds, which has documents written by the General Board of Public Instruction (1827 to 1860 and 1867 to 1871), by the General Agency of Public Instruction (1859 to 1867) and by the General Inspectorate of Public Instruction (1871-1892). The leading questions to this research tried to understand how the municipal public power idealized and promoted education from the end of Imperial Era and through the First Republic (1889-1930). Furthermore, we attempted to comprehend how a public instruction was constituted according to the National and Minas Gerais Laws at that time, how the relationships between the public and the private powers were carried out and which institutional actions were established in and for the city in the educational field. So, we were able to map the provincial and municipal schools in the region around Ponte Nova, gathering information on their establishment's dates and functioning, and to develop an educational history of the municipality.

Keywords: Education. Empire. Republic. Ponte Nova.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1: Número de escolas públicas em Ponte Nova – MG (1889-1906).....	78
Gráfico 2: Escolas Municipais de Ponte Nova ao longo da 1ª República (1906-1922)	97
Mapa 1: Mapa atual da cidade de Ponte Nova – MG (2019)	29
Mapa 2: Anos de criação e funcionamento das cadeiras provinciais em Ponte Nova por gênero (1828-1861)	38
Mapa 3: Cadeiras Provinciais por gênero, anos iniciais de criação e funcionamento (1863 – 1889).....	45
Mapa 4: Cadeiras públicas estaduais existentes na região de Ponte Nova em 1892	68
Mapa 5: Localização das primeiras escolas municipais em 1894	70
Mapa 6: Escolas Municipais e/ou distritais existentes em 1906	79
Mapa 7: Cadeiras públicas Estaduais e Municipais em Ponte Nova (1908)	90
Quadro 1: Cadeiras de Instrução Pública criadas pela Lei nº 2730/1880	42
Quadro 2: Escolas criadas na região de Ponte Nova durante o Império (1828 a 1930).....	46
Quadro 3: Investimentos escolares anuais pela Câmara Municipal de Ponte Nova (1894-1906).....	60
Quadro 4: Cadeiras de Instrução Pública criadas na região de Ponte Nova - MG entre 1889 e 1891	67
Quadro 5: Registro das primeiras nomeações em escolas municipais de Ponte Nova (1894)	69
Quadro 6: Escolas Municipais de Ponte Nova (1894-1898).....	71
Quadro 7: Criação e funcionamento das Escolas Municipais (1898)	72
Quadro 8: Número de alunos por escola (1894-1897).....	73
Quadro 9: Nomeação de professores nas Escolas Municipais (1900-1906).....	74
Quadro 10: Número de alunos por Escola Municipal (1901-1906).....	76
Quadro 11: Cadeiras públicas estaduais na região de Ponte Nova em 1908	88
Quadro 12: Escolas Municipais em Ponte Nova (1907 e 1908)	91
Quadro 13: Escolas Municipais e docentes de Ponte Nova (1909-1912)	93
Quadro 14: Escolas Municipais de Ponte Nova e Número de alunos (1913-1922).....	94
Quadro 15: Professores das Escolas Municipais (1913-1922).....	95

LISTA ABREVIATURAS E SIGLAS

APM Arquivo Público Mineiro

CAPES Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

FAPEMIG Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IP Fundo de Instrução Pública da Província de Minas Gerais

MG Minas Gerais

NEPHE Núcleo de Estudos e Pesquisa de História e Historiografia da Educação

PN Ponte Nova

PNE Plano Nacional de Educação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
A contribuição do regional e o do local na História da Educação	10
A construção da pesquisa.....	12
CAPÍTULO I: O IMPÉRIO E AS INICIATIVAS EDUCACIONAIS NO MUNICÍPIO DE PONTE NOVA	21
1.1. A Educação e o Período Imperial em Minas Gerais	21
1.2. Onde começa nossa história: a criação do município de Ponte Nova e seu desenvolvimento	25
1.3. Início da História Política: O poder Legislativo de Ponte Nova.....	29
1.4. O surgimento cronológico das escolas ao longo do Império	34
CAPÍTULO II: É PROCLAMADA A REPÚBLICA! A INSTRUÇÃO ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE PONTE NOVA NOS ANOS INICIAIS DA PRIMEIRA REPÚBLICA (1889-1906)	52
2.1. O início do Período Republicano: a descentralização na República e as questões educacionais em Minas Gerais.....	52
2.2. A legislatura de Ponte Nova nos primeiros anos da República e a descentralização do ensino	58
2.3. As fontes do Arquivo Público Mineiro sobre a instrução pública de Ponte Nova nos anos iniciais da República (1889-1906).....	64
CAPÍTULO III: INSTRUÇÃO ESCOLAR PÚBLICA E PRIVADA NO MUNICÍPIO DE PONTE NOVA ENTRE OS ANOS DE 1906 A 1930	80
3.1. O ensino em Minas Gerais a partir da Reforma João Pinheiro e as ações da Câmara Municipal de Ponte Nova nesse novo cenário (1906 a 1922).....	80
3.2. O ensino particular em Ponte Nova: relações entre o público e o privado	85
3.3. Escolas da República (1906 a 1930).....	88
CONSIDERAÇÕES FINAIS	98
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	101
ANEXOS	106

INTRODUÇÃO

A contribuição do regional e o do local na História da Educação

A discussão acerca da educação escolar e sua contribuição para a civilização e o progresso do nosso país, feita a partir dos meios de comunicação, dos discursos na esfera política, da vida cotidiana e dos debates acadêmicos, vem abrindo espaço na sociedade para a efetivação e ampliação deste direito social. No cenário político, temas voltados para a cidadania, modernidade e educação ganham espaço a partir de reivindicações populares em prol de melhorias na qualidade de vida.

O Plano Nacional da Educação (PNE)¹ é um exemplo de como a educação vem se fazendo presente nos discursos políticos do país. A efetivação das metas contidas em sua formulação parte do pressuposto que os entes federados se organizem de forma colaborativa entre si, assumindo as responsabilidades conforme sua função acordada no novo plano. Para se compreender as questões atuais do cenário educacional regional e local é necessário conhecer como se deu a constituição do modelo existente hoje e questionar, principalmente, de que forma os municípios participaram do processo histórico de instituição, desenvolvimento e difusão da educação e dos aspectos civilizatórios ao longo do tempo.

A compreensão do atual cenário educacional brasileiro só se torna possível a partir da análise do seu processo histórico de constituição. De acordo com Gonçalves Neto (2012), o projeto da educação do período republicano tem suas raízes em seus anos iniciais e para que se compreenda o sistema atual, deve-se conhecer desde os seus primórdios. Sendo assim, o campo de pesquisa em história da educação vem contribuindo para um entendimento mais crítico e consciente de nossa realidade educacional.

Estudos dessa temática, que abordam o começo do período republicano, analisam as iniciativas estaduais direcionadas para a organização da instrução pública. Dessa forma, autores como Carvalho (2007) e Gonçalves Neto (2012) sugerem a necessidade de repensar essa história, abordando a dimensão local e investigando como os municípios atuaram no processo da instrução pública nos anos finais do Império e ao longo da Primeira República.

São muitos os autores que trazem essas ideias. Magalhães (2013) esclarece que essa nova preocupação das pesquisas históricas atuais, que dão ênfase ao local e ao regional,

¹ O Plano Nacional de Educação (PNE) determinou diretrizes, metas e estratégias para a política educacional no período de 2014 a 2024. É um plano necessário, mas carece de uma ação conjunta, envolvendo governantes, deputados, senadores, vereadores, escolas, comunidades e professores. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/>. Acesso: 09 de agosto de 2019.

surgiram a partir de um movimento internacional que está renovando a historiografia educacional em diversos países e se tornando uma tendência já instituída como corrente historiográfica. Amaral (2014) apoia essa ideia e destaca a insuficiência de estudos locais sobre educação nos anos iniciais do período republicano, alegando que a maior parte das pesquisas historiográficas que retratam as ações municipais na esfera educacional analisam períodos pós 1930.

O presente estudo possui importância à medida que se propõe a organizar dados, narrações históricas e informações relativas à educação em Ponte Nova – MG desde os seus primórdios, bem como a analisar a pertinência ou não da categoria *município pedagógico*² no período investigado, pretendendo trazer à luz elementos relativos ao patrimônio educativo e à consciência histórica deste município, contribuindo para o entendimento do processo educacional mineiro e brasileiro. O conceito de *município pedagógico* está atrelado às pesquisas do professor Justino Magalhães, da Universidade de Lisboa, quando o utiliza para analisar as relações do poder municipal com a educação. Ocorre que, a partir de uma postura descentralizadora do Estado central e regional, os municípios passaram a ter autonomia, podendo criar: “órgãos e estruturas com poder deliberativo e capacidade orçamental que lhes permitam idealizar, organizar e promover a instrução escolar em seus territórios” (Magalhães, 2013, p. 14).

- 1.Oferta educativa e escolar, pública e privada (discriminando a participação municipal e local) que inclui: escolas e cursos de diferentes tipos (escolas primárias, escolas primárias superiores, escolas municipais de ensino secundário, escolas técnicas, escolas agrícolas, liceus e aulas anexas aos liceus, colégios, externatos, postos escolares, pensionato, ensino doméstico, posto de telescola); rede escolar; escolas móveis; cursos de adultos e campanhas de alfabetização; cursos de ensino artístico; cursos técnico-profissionalizante; outras instituições e instâncias formativas;
- 2.Oferta cultural e espaços de sociabilidade e de preservação da memória, biblioteca, teatro, museus, fundações, espaços de lazer, manifestações culturais;
- 3.Espaços Públicos (recenseado, alfabetizado, escolarizado);
- 4.Poder local (autoridades, investimento na educação)³.

Pesquisas que abordam o conceito de *município pedagógico* vem sendo desenvolvidas no Brasil a partir dos pesquisadores do Núcleo de Estudos e Pesquisas de História e

² O *município pedagógico* é uma categoria historiográfica que vem sendo consolidada em Portugal, mas ainda encontra-se em formação no Brasil. Vem sendo entendida provisoriamente como uma entidade histórica, político administrativa e pedagógica, possibilitada na segunda metade do século XIX pela presença tanto em Portugal, como no Brasil, de uma legislação descentralizadora da gestão do ensino e a extensão da responsabilidade para com a instrução primária aos seus limites, levando a regulamentação local dessa obrigação. Isso é, demonstra a autonomia dos municípios em suas redes de ensino, tendo uma participação ativa na vida escolar.

³ UNIVERSIDADE DE LISBOA, 2014, sem paginação.

Historiografia da Educação (NEPHE)⁴, que buscam o desenvolvimento de trabalhos sobre a dimensão local e regional da educação no Triângulo Mineiro, durante a Primeira República. Essas pesquisas demonstraram o protagonismo de alguns municípios mineiros com a instrução escolar de sua população. Com isso, os pesquisadores perceberam a possibilidade da utilização do referido conceito em suas investigações, fazendo algumas adaptações, haja vista que existem grandes diferenças entre o contexto português, de sua origem, e o brasileiro⁵.

A partir daí, os estudos foram se expandindo por diversas localidades mineiras, como Diamantina, Juiz de Fora, Araguari, Montes Claros, Mariana, Ouro Preto, Uberaba e Uberlândia. Essas pesquisas gestaram a publicação de um livro que aborda a relação entre o poder público e a educação em Minas Gerais no período do início da República⁶. Os autores afirmam que, a partir dos debates e estudos realizados sobre essa temática, foi-se percebendo a possibilidade concreta de uma extensão da categoria de município pedagógico para outros estados brasileiros, bem como da ampliação do período de análises.

A construção da pesquisa

A escolha pelo município de Ponte Nova como local de pesquisa surgiu a partir do contato com pesquisas desenvolvidas por docentes e discentes do Departamento de Educação da Universidade Federal de Viçosa. Esse campo de pesquisa vem se solidificando nessa instituição, tornando possível a fundação, em 2015, de um grupo de pesquisa denominado “Educação, Instituições e Memória” que vem produzindo monografias, trabalhos de iniciação científica e dissertações de mestrado que retratam a educação da região da Zona da Mata Mineira⁷, especificamente das cidades de Ubá, Viçosa e Muriaé, destacando a história das suas instituições escolares e de alguns de seus municípios sede⁸. Essa pesquisa se encontra vinculada ao projeto “Historiando a educação e a cultura na Zona da Mata de Minas Gerais (1860-1930)”, coordenado pelo professor Denilson Santos de Azevedo e financiado pela FAPEMIG.

⁴ O grupo é vinculado ao programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia.

⁵ ADÃO, Áurea. MAGALHÃES, Justino. *História dos Municípios na Educação e na Cultura: Incertezas de ontem, desafios de hoje*. Instituto de Educação da Universidade de Lisboa. 1ª edição, 2013. Disponível em: www.ie.ul.pt. Acesso: 15/04/2016.

⁶ GONÇALVES NETO, Wenceslau. CARVALHO, Carlos Henrique de. (org.). *O Município e a Educação no Brasil: Minas Gerais na Primeira República*. Campinas, SP: Editora Alínea, 2012.

⁷ A Zona da Mata Mineira é uma das doze mesorregiões do estado brasileiro de Minas Gerais, formada por 142 municípios agrupados em sete microrregiões. Situa-se na porção sudeste do estado, próxima à divisa dos estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo. Fonte: IBGE.

⁸ A mesorregião da Zona da Mata é composta por sete microrregiões. São elas: a de Cataguases, Juiz de Fora, Manhuaçu, Muriaé, Ponte Nova, Ubá e Viçosa. Fonte: IBGE.

O interesse do trabalho por Ponte Nova se deu a partir do meu contato pessoal com a cidade e com a minha origem. Inicialmente, a ideia seria pesquisar a cidade de Jequeri-MG. Entretanto, a ausência de fontes documentais inviabilizou a pesquisa. Sendo assim, Ponte Nova surgiu como opção, por ter sido o município ao qual pertencia a Paróquia de Jequeri até 1923, ano da sua emancipação. Importante destacar que no período correspondente à pesquisa, a extensão territorial do município era muito maior do que a de hoje, por isso, utilizamos a ideia de região. Na Ata da Reunião da Câmara Municipal do dia 26 de abril, de 1863 constam paróquias que compunham o município: Vila de Ponte Nova, Barra do Bacalhau (atual Guaraciaba), Anta (atual Pedra do Anta), Barra Longa, Santa Cruz (atual Santa Cruz do Escalvado), Conceição do Casca (atual Rio Casca), Abre Campo e Jequeri. Assim, o estudo sobre a história e a educação do município de Ponte Nova nos remete a uma abordagem sobre a história local, onde este local, entendido como região, enquanto categoria espacial e temporal.

A inclusão do período do Império se deu pela possibilidade de acesso às fontes sobre a instrução pública no município, bem como a viabilidade de se analisar dois regimes políticos distintos. Mesmo sendo este um período em que as iniciativas municipais na área educacional eram consideradas mínimas, foi possível a partir de uma análise preliminar das fontes, encontrar informações que nos remeteram a ações do poder público no município e, particularmente, na instrução.

A delimitação temporal da pesquisa se justifica também pela existência e pelo acesso às fontes primárias, disponíveis no Arquivo Histórico Municipal, a partir de 1863 - data de emancipação política e administrativa do município - que garantiu a possibilidade de sua realização em termos de marco inicial. A pesquisa também se utilizou dos acervos do Arquivo Público Mineiro (APM), localizado em Belo Horizonte e das Bibliotecas Municipal e da Câmara, localizadas em Ponte Nova. Tal recorte cronológico permite uma comparação entre o panorama educacional do município nesses dois regimes políticos, o que possibilita identificar as transformações ocorridas em sua história da educação.

Ao estabelecer um estudo sobre a história da educação no município de Ponte Nova, buscou-se mapear, a partir das fontes localizadas, a presença de instituições educacionais na região de Ponte Nova, nas esferas públicas e privadas. Somado a isso, consideramos as especificidades existentes nos contextos nacional e estadual da época delimitada, para compreender a organização educacional nessa localidade.

A pesquisa tem como objetivo geral conhecer os principais acontecimentos no campo educacional ocorridos no município de Ponte Nova após sua emancipação, em 1863, até 1930, discutindo a ideia da possibilidade de se caracterizá-lo como um *município pedagógico*. Além

disso, procuramos identificar as transformações ocorridas na educação escolar da localidade, nas décadas finais do Império e na Primeira República, realizar um mapeamento do processo de institucionalização do poder público e, conseqüentemente, da expansão educacional na cidade e nos distritos. Assim, buscamos conhecer a política educacional, a forma como se deu a contratação e formação de professores e o número de profissionais, relacionando com as políticas implementadas no Brasil e em Minas Gerais no período analisado⁹.

Entretanto, alguns esclarecimentos se fazem necessários. Encontramos, no arquivo municipal, apenas um livro que trata exclusivamente de concurso para contratação de professores, não sendo possível afirmar que esses concursos ocorriam com regularidade ou se foram casos isolados, por não haver comprovação de fato. Outra limitação da pesquisa se dá pelo fato de que encontramos no mesmo arquivo, também um único livro, que aborda as despesas do município, já na República. Sendo assim, ficou difícil saber ao certo qual investimento do poder público na educação e qual era o salário de professores, além de dificultar a comparação com outros setores e serviços. Dessa forma, algumas das vezes em que trazemos valores sobre investimentos, pagamentos e ordenados¹⁰, é porque conseguimos essas informações a partir das atas do legislativo.

Outra limitação diz respeito a enorme área de extensão territorial da região pertencente a Ponte Nova, a condição temporal para a realização da pesquisa e as lacunas existentes nas fontes encontradas, que fizeram com que encontrássemos alguns entraves com relação à algumas localidades. De início, acreditamos ser muito difícil que a extensão territorial do município fosse tão ampla, abarcando a região onde hoje se encontram as cidades de Matipó e Manhuaçu, por exemplo. Entretanto, consultando as Atas do Legislativo e dados disponíveis pelo IBGE percebemos que essa grande extensão territorial era de fato, pertencente à Freguesia da Ponte Nova, mas que com o tempo foi sendo desmembrada, a partir da emancipação das localidades.

O trabalho foi desenvolvido por meio da pesquisa documental, ou seja, foram utilizados documentos (nesse caso, escritos) com o intuito de investigar de forma aprofundada e exaustiva o objeto de estudo. De acordo com Cellard (2008), o documento escrito é uma preciosa fonte para todo o pesquisador, sendo insubstituível em qualquer reconstituição de um passado distante, por geralmente representar quase a totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas. Apesar dessa importância, o documento não é dominado pelo

⁹ Não encontramos na documentação analisada nenhuma informação sobre os alunos que frequentaram essas escolas, nem sobre os materiais didáticos utilizados.

¹⁰ O ordenado citado nas atas diz respeito à remuneração dos professores.

pesquisador, sendo necessário que este saiba desconfiar de suas armadilhas, localizar textos pertinentes e avaliar sua representatividade e credibilidade.

A investigação do trabalho teve início com a revisão bibliográfica, indispensável por fornecer elementos para a compreensão do contexto em que os documentos foram produzidos. Foram analisados alguns livros que retratam a história da cidade¹¹, trabalhos acadêmicos que tem como temática a história da educação em municípios e artigos de periódicos sobre o processo de instrução pública no Brasil, especialmente em Minas Gerais. Os livros encontrados, em sua maioria, foram elaborados por escritores memorialistas e antigos moradores da cidade que, muitas vezes, além das memórias e relatos, citaram a documentação oficial em seus trabalhos. Os trabalhos acadêmicos contribuíram como inspiração na pesquisa, mesmo possuindo especificidades em relação à localidade, pois cada pesquisador utilizou-se de uma cidade para desenvolver a pesquisa. Essas leituras tiveram grande importância no trabalho, pois permitiram uma familiarização com o tema e a apropriação da metodologia utilizada. A consulta a estas obras foi feita durante o desenrolar da pesquisa, sempre que se julgou necessário, pois nos permitia fazer comparações que ajudaram a enriquecer o trabalho.

Uma obra que vem sendo recorrentemente utilizada para contar a história da cidade é a do historiador pontenovense Antônio Brant Ribeiro Filho, que se debruçou no estudo da história de Ponte Nova e elaborou ao longo dos anos um conjunto de informações, publicados em forma de livros¹². O volume de informações, a riqueza dos dados e as fontes por ele consultadas fizeram que o seu trabalho fosse utilizado nessa pesquisa. Em “Ponte Nova 1770 a 1920 – 150 anos de história”, Ribeiro Filho (1993) utilizou fontes do Arquivo Nacional, do Arquivo Público Mineiro, Arquivo Diocesano de Mariana, e do Arquivo da Prefeitura Municipal de Ponte Nova, onde foi responsável pela reorganização e catalogação de grande parte da documentação ainda existente. Além desses locais, o autor visitou o arquivo da família do Padre João do Monte de Medeiros, considerado o fundador da cidade¹³ e documentos diversos de seu próprio arquivo particular.

Em Bacellar (2005) vemos o quão desafiador é o trabalho em arquivos, tendo o pesquisador a responsabilidade de desvendar onde se encontram os documentos que lhe

¹¹ FARHAT, Fued. *Ponte Nova: anos dourados* (1998); FILHO, Antônio Brant Ribeiro. *Ponte Nova: 1770 a 1920: 150 anos de História* (1993) e TOTINI, Vanda de Almeida. *Monografia de Ponte Nova* (sem data devido ao estado de deterioração em que se encontra o exemplar da Biblioteca Municipal de Ponte Nova).

¹² RIBEIRO FILHO, Antônio Brant, 1952. *Lavoura e riqueza, voto e poder; uma contribuição para o estudo da história política na Zona da Mata Mineira*. Ponte Nova: Sociedade Pró-Memória, 1996 e RIBEIRO FILHO, Antônio Brant. *Ponte Nova: 1770 a 1920; 150 anos de história – Viçosa: 1993*.

¹³ RIBEIRO FILHO, Antônio Brant. *Ponte Nova: 1770 a 1920; 150 anos de história – Viçosa: 1993*, p. 6. [sem editora]

interessam, não sendo raras as vezes em que é necessário ultrapassar obstáculos burocráticos e a falta de organização, até mesmo quando se trata de arquivos públicos. Além dessas questões, Cellard (2008) nos alerta para a possibilidade existente de só um arquivo não ser capaz de atender às nossas expectativas.

A escolha dos documentos depende do questionamento inicial e das possibilidades de acesso àqueles que julgamos ser capazes de contribuir com a pesquisa. Os documentos utilizados para a análise foram os Livros de Atas das reuniões da Câmara Municipal (1863 a 1930), disponíveis na sede da Prefeitura Municipal. Além dessa documentação, foram pesquisados o Livro de Atas de Concursos para Cargos Municipais (1908 a 1921) e o Livro Escolar (1892 a 1922). Do Arquivo Público Mineiro foi utilizado o Fundo de Instrução Pública da Província de Minas Gerais, que contém os documentos produzidos pela Diretoria Geral de Instrução Pública (1827-1860 e 1867-1871), pela Agência Geral de Instrução Pública (1859 - 1867) e pela Inspeção Geral de Instrução Pública (1871 - 1892). As fontes encontradas no Arquivo Histórico Municipal da cidade de Ponte Nova, bem como no Arquivo Público Mineiro foram localizadas, lidas, selecionadas e analisadas para a “codificação, interpretação e inferências sobre as informações contidas nas publicações, desvelando seu conteúdo manifesto e latente” (PIMENTEL, 2001, p. 189).

As Atas do Legislativo foram os documentos analisados em maior quantidade. Elas registraram as reuniões da Câmara de Vereadores, trazendo as informações, decisões e questões da cidade discutidas por diferentes representantes legislativos. No primeiro livro tem-se a Ata de Instalação da Vila de Ponte Nova, com data de vinte e seis de abril de 1863. A primeira deliberação da Câmara foi sobre a formação de três comissões: Redação, Obras Públicas e Contas. A criação dessas comissões já dão indícios das principais preocupações do legislativo à época, sendo a de Obras Públicas a que mais se fazia presente nos registros das atas das reuniões, a partir de reivindicações de estradas e consertos de pontes.

Um problema que surgiu durante a pesquisa foi a troca na gestão do Arquivo Público Municipal, que gerou a demissão de um antigo arquivista que conhecia o acervo e sua localização. Sendo assim, o acesso por um período da pesquisa foi dificultado. Entretanto, no segundo ano do mestrado um novo arquivista foi contratado, e o acesso ao arquivo e aos documentos voltou a ser facilitado. Com isso, o período de contato com os documentos foi destinado a fazer registros fotográficos para que a leitura e análise, que demandam mais tempo, fossem feitas depois. No Arquivo Público Mineiro isso já não foi possível, visto que o registro fotográfico do seu acervo é proibido. Assim, a pesquisa demandou visitas ao arquivo, onde as informações eram coletadas diretamente dos livros. A organização e funcionamento do Arquivo

Público Mineiro facilitaram o andamento da pesquisa. Pela internet foi possível selecionar a documentação que se desejava analisar, fazendo com que o momento da ida ao arquivo fosse destinada somente à coleta de informações.

As fontes primárias, manuscritas, exigiram uma familiaridade com leitura paleográfica, que com a prática foi se tornando facilitada. O texto de Bacellar (2005) aponta sugestões para tornar mais fácil esse tipo de leitura. Mesmo com alguns documentos ilegíveis e fragmentados, foi possível ter qualidade na leitura com esforço pessoal, técnicas de levantamento, seleção e anotação do que é interessante e relevante para pesquisas e para futuras citações. Os documentos utilizados, em sua maior parte estavam em bom estado de conservação, sendo possível a leitura. Alguns poucos, entretanto, se encontravam deteriorados ou borrados, devido à tinta utilizada na própria escrita. Os livros analisados no Arquivo Público Mineiro estavam em sua maior parte conservados e as caligrafias eram legíveis, de maneira geral. Bacellar (2005) menciona também, como um facilitador para leitura, o costume com a caligrafia do indivíduo que escreve. As atas do legislativo do período da pesquisa foram escritas por três secretários ao longo dos anos, o que nos proporcionou uma familiaridade com a escrita.

O primeiro secretário foi o senhor Lucindo Lázaro Lessa, que iniciou suas atividades no dia da instalação da câmara em 26 de abril de 1863¹⁴ e ficou no cargo até o dia 04 de março de 1887¹⁵. No dia 05 de março deste mesmo ano, ele pediu uma licença sem vencimento e Geraldino da Silva Lessa o substituiu. As atas nos trazem a informação de que os dois eram da mesma família: “votaremos pela indicação não só porque é praxe seguida nas administrações públicas substituir o empregado que bem serviu quando impossibilitado física e moralmente de continuar pelo filho e parente próximo do mesmo”¹⁶. O último secretário que ocupou o cargo durante o período analisado foi Alberto Martins, que iniciou suas atividades em 27 de dezembro de 1922¹⁷, logo após a saída do Geraldino da Silva Lessa, por motivos não relatados em ata.

Cellard (2008) nos adverte da impossibilidade de se transformar um documento, sendo preciso aceitá-lo por mais incompleto, imparcial e impreciso que seja. Isso significa que, muitas vezes, temos até mesmo uma desilusão por não encontrar nele tudo aquilo que esperávamos para a pesquisa. Com isso, é fundamental que o pesquisador saiba partir daquilo que ele encontra para conseguir dar prosseguimento ao seu trabalho. Assim, é necessário prudência e um olhar crítico para com a documentação que se pretende analisar. Dessa forma, a avaliação

¹⁴ ATAS DO LEGISLATIVO. Reunião do dia 26 de abril de 1887. Livro 1, p. 09.

¹⁵ ATAS DO LEGISLATIVO. Reunião do dia 05 de março de 1887. Livro 5, p. 61.

¹⁶ ATAS DO LEGISLATIVO. Reunião do dia 05 de março de 1887. Livro 5, p.62.

¹⁷ ATAS DO LEGISLATIVO. Reunião do dia 27 de dezembro de 1922. Livro 15, p.64.

crítica é a primeira etapa de toda análise documental e se aplica em cinco dimensões: o contexto, o autor ou autores, a autenticidade e a confiabilidade do texto, a natureza do texto e os conceitos-chave e a lógica interna.

A análise do contexto social, global e político no qual o documento foi produzido, no qual estava o seu autor e aqueles a quem foi destinado é fundamental para que uma reconstrução histórica seja feita. Na pesquisa apresentada foram investigadas a política da época e a constituição da Câmara no período, não esquecendo jamais que essas fontes são oficiais, escritas por aqueles que detinham o poder. Além disso, a análise de bibliografias que discutem as determinações políticas estadual e nacional também fez parte da pesquisa. Faz-se necessário o mínimo conhecimento da identidade daqueles que elaboraram as fontes e dos motivos por trás de sua escrita. A partir daí, podemos compreendê-las pensando em seus interesses e no porque delas ainda se encontrarem conservadas.

É necessário verificar a autenticidade e a confiabilidade do texto para que se assegure a qualidade da informação que nele está contida. No trabalho, a procedência da maior parte dos documentos são de arquivos vinculados à Prefeitura Municipal ou ao Arquivo Público Mineiro, possuindo assim uma confiabilidade. Sobre a natureza do texto é importante compreender a sua estrutura e os seus objetivos. Com relação aos conceitos-chave e à lógica interna é importante ficar atento aos regionalismos, às expressões utilizadas e em quais sentidos estão empregados. Na pesquisa, devemos estar alerta à estrutura dos documentos oficiais, que possuem uma escrita própria e, principalmente, a expressões que não são mais utilizadas na nossa época, ou que possuem agora significados diferentes. Nem sempre foi possível realizar todas essas operações ao longo do trabalho, principalmente em função da ausência e lacunas na documentação, mas tentamos sempre extrair das fontes a maior quantidade possível de informações.

Utilizando ainda as orientações de Cellard (2008), após uma análise preliminar passa-se para a análise propriamente dita. O pesquisador pode assim fornecer uma interpretação coerente, sempre levando em conta os questionamentos iniciais do trabalho, mesmo que algumas surpresas possam obrigá-lo a modificar esses questionamentos. O trabalho aqui apresentado teve como hipótese a ocorrência de ações municipais com relação à educação, principalmente durante o período republicano, o que o caracterizaria como *município pedagógico*.

A análise foi feita de forma a se extrair os elementos pertinentes dos escritos, mas não se pretende formular explicações sociais. O ideal, segundo Cellard (2008) é cercar a questão recorrendo a diferentes fontes para que se obtenha um ponto de vista global e diversificado. Ou seja, manter o espírito crítico, aberto, pois nunca se sabe o que poderá ser encontrado nos

documentos. Assim, toda a documentação foi lida e transcrita, sempre esclarecendo qual a sua natureza, qual análise se faz a partir disso e quais as afirmações e contradições que se fazem presentes nesses documentos oficiais. O que se pretendeu é que a partir das fontes encontradas, fosse possível mapear geograficamente os locais onde as escolas foram criadas e buscar informações de seu funcionamento.

Sintetizando os passos metodológicos, tem-se que a partir das informações obtidas nas diversas fontes apresentadas, objetivou-se construir uma análise do município, mapeando as decisões e diretrizes que foram tomadas para o funcionamento da educação neste território, possibilitando evidências e suposições para construção da história educacional do município de Ponte Nova. Esse mapeamento se propõe a caracterizar, quando possível, a população e as redes de escolarização, as instituições escolares e suas ações no território e elaborar quadros históricos e pedagógicos sobre a educação no município.

A dissertação se dividirá em três capítulos: O primeiro, apresentará informações referentes aos anos de 1863 a 1889, ou seja, durante a vigência do período imperial no Brasil. Partindo do regional para o local, temos uma discussão a respeito da educação mineira durante o Império, seguindo para uma apresentação da história do município e constituição de seu desenvolvimento político. Por fim, o capítulo traz um pouco do conteúdo das Atas do Legislativo e a possível cronologia da criação das escolas na região de Ponte Nova.

As duas últimas partes abordarão o período da República, trazendo informações da documentação encontrada no Arquivo Municipal de Ponte Nova. O segundo capítulo apresentará o período de início da Primeira República, nos anos de 1889 a 1906, quando se configurou uma maior descentralização política e administrativa do estado de Minas Gerais. Dessa forma, buscamos apresentar as características dessa descentralização e quais os seus efeitos no município de Ponte Nova, de modo mais específico. Apresentaremos também os investimentos anuais da Câmara com questões educacionais, as primeiras escolas municipais e seus respectivos número de alunos.

Consequentemente, o último capítulo do trabalho contemplará a segunda parte do período da Primeira República, entre os anos de 1906 a 1930, pois nesse período, hipoteticamente, o governo mineiro adotou uma postura mais centralizada com relação à instrução escolar. Apresentaremos as mudanças ocorridas na instrução escolar, os resultados obtidos sobre a instrução pública de Ponte Nova, destacando principalmente as transformações ocorridas ao longo do tempo, bem como a apresentação das escolas existentes no período republicano, tanto municipais, quanto estaduais. Trouxemos também nesse capítulo, um

panorama sobre o ensino particular na cidade de Ponte Nova, destacando a relação do público e privado nas questões educacionais.

É fundamental esclarecer que os resultados apresentados neste trabalho não abordaram de forma detalhada todos os anos pesquisados, devido à falta ou dificuldade de acesso às fontes. Contudo, mesmo com algumas discontinuidades, a pesquisa fornece informações relevantes, que faz ser possível conhecer um pouco mais sobre a história da instrução pública na região de Ponte Nova, entre os anos de 1863 a 1930.

CAPÍTULO I: O IMPÉRIO E AS INICIATIVAS EDUCACIONAIS NO MUNICÍPIO DE PONTE NOVA

1.1. A Educação e o Período Imperial em Minas Gerais

No início do Império, a instrução primária no Brasil não era um assunto de grande interesse do governo. Contudo, a primeira constituição outorgada no Brasil, em 1824, pelo imperador D. Pedro I, apresentou no seu artigo 139, o direito à educação primária e gratuita a todos cidadãos livres¹⁸. Apesar dessa gratuidade, o governo imperial não realizou, de imediato, nenhuma ação que efetivasse essa determinação. Segundo Mourão (1959), nos primeiros anos do período imperial, a instrução primária em Minas Gerais era muito deficiente, existindo poucas escolas remanescentes desde o tempo da colônia.

A Lei imperial de 15 de outubro de 1827¹⁹ registrou a primeira iniciativa do governo em promover a educação primária no Brasil. Essa lei delegou, às Províncias, a criação de escolas de primeiras letras em todas as cidades e vilas mais populosas do Império, já incluindo a criação de escolas femininas, se assim fosse necessário. Os presidentes de província ficariam responsáveis pela determinação da localização das escolas e pela quantidade delas, tendo o poder de extinguir aquelas que funcionassem em lugares pouco populosos e de remover os seus professores para outras escolas. Essas atribuições de encargos aos governos provinciais nos mostra que o governo central parece ter adotado uma política omissa e descentralizada em relação à instrução escolar.

A referida lei ainda determinou a taxação do ordenado dos professores²⁰, o emprego do método mútuo de ensino²¹ e o conteúdo que seria trabalhado. Os professores ensinariam a ler, escrever, as quatro operações de aritmética, noções gerais de geometria prática, gramática da língua nacional, além dos princípios da moral cristã e da religião católica. Já para as meninas, foram excluídas as noções de geometria. Diferentemente das escolas masculinas, nas femininas

¹⁸ BRASIL. Constituição (1824) *Constituição Política do Império do Brasil*. Rio de Janeiro, 1824. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm. Acesso: 22/08/2018.

¹⁹ BRASIL, *Lei de 15 de Outubro*, 1827. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38398-15-outubro-1827-566692-publicacaooriginal-90222-pl.html. Acesso: 22/08/2018.

²⁰ Segundo o artigo número 3, os presidentes taxaram inteiramente os ordenados dos professores, regulando-os de 200\$000 a 500\$000 anuais: com atenção às circunstâncias da população e da necessidade dos lugares.

²¹ Segundo Fátima Maria Neves, “[...] o principal elemento que definia e caracterizava o Método Mútuo era o uso de monitores no ensino. Os monitores eram alunos em estágios mais “avançados” de aprendizagem que ensinavam outros alunos mais novos ou em estágios menos “avançados”. A principal função do monitor era auxiliar o mestre no ensino, a fim de amparar seu ideal pedagógico, que estava centrado no interesse do aluno tendo a observação e o julgamento como base. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_ensino_mutuo.htm. Acesso: 22/08/2018.

lecionavam apenas mulheres que ensinavam, além das disciplinas, prendas que tivessem utilidade para a economia doméstica.

Após a legislação de 1827, que regulamentou o ensino primário no Brasil, o Ato Adicional de 1834²², pela Lei número 16, de 12 de agosto, determinou que as províncias teriam a responsabilidade pela educação de sua população:

Art 10 - §2º - Compete as Assembleias Legislativas legislar sobre instrução pública e estabelecimentos próprios a promovê-la, não compreendendo as faculdades de medicina, os cursos jurídicos, academias atualmente existentes e outros quaisquer estabelecimentos de instrução que, para o futuro, forem criados por lei geral.

Esta nova legislação também definiu que as leis e resoluções sobre os objetos específicos do parágrafo citado seriam enviados diretamente ao Presidente da Província, que ficaria responsável por sancioná-las, excetuando as resoluções sobre receita e despesas municipais. Essa determinação é mais uma afirmação do caráter descentralizador do governo imperial, ao delegar às províncias autonomia no campo legislativo, com relação à instrução primária. Entretanto, como podemos ver, essa descentralização não ocorre no âmbito fiscal, pois os governos provinciais não legislavam sobre os impostos.

Dentre outras leis aprovadas durante o regime imperial, destacamos a Lei provincial número 13, de 28 de março de 1835, que regulamentou a criação das cadeiras de instrução primária, o provimento e o ordenado dos professores²³. Segundo Mourão (1959), esta lei estabeleceu a primeira organização do ensino primário oficial, dividindo a instrução primária em primeiro e segundo grau. As escolas de primeiro grau seriam criadas em lugares onde houvessem no mínimo 24 alunos, sendo oferecidos o ensino da leitura, escrita das quatro operações aritméticas e noções gerais de deveres morais e religiosos. Nos lugares em que houvessem escolas de segundo grau seria possível a criação de escolas femininas, com frequência mínima também de 24 alunos. Essas escolas de segundo grau ensinavam além dos conteúdos do primeiro grau, ortografia, prosódia²⁴ e noções dos deveres domésticos. Com relação aos investimentos, foi criado um auxílio mensal concedidos àqueles professores que possuíssem mais de 60 alunos, para o pagamento do aluguel da sala em que lecionavam. Os

²²Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/leimp/1824-1899/lei-16-12-agosto-1834-532609-publicacaooriginal-14881-pl.html>. Acesso: 22/08/2018.

²³BRASIL, Lei de 28 de Março, 1835. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=13&comp=&ano=1835>. Acesso: 23/08/2018.

²⁴ Prosódia é a parte da linguística que estuda a entonação, o ritmo e a língua falada.

valores seriam estipulados de acordo com as condições do local onde funcionariam as aulas, juntamente com o salário do professor responsável.

A Lei número 13 também trouxe considerações sobre o ensino nas escolas particulares. O seu artigo nove determinava que as escolas particulares são permitidas, independente de licença do Governo, desde que os professores seriam habilitados na forma da lei. Assim, aqueles professores que abrissem escolas sem a devida habilitação seriam suspensos e multados. As famílias seriam obrigadas a fornecer aos seus filhos a instrução primária de primeiro grau em escolas públicas, privadas, ou até mesmo em sua própria residência, sendo essa determinação também passível de multa. Essa obrigação começaria quando a criança tivesse oito anos de idade e se estenderia até aos quatorze anos.

Mesmo com as exigências legais da obrigatoriedade da manutenção dos filhos nas escolas, haviam alguns motivos que justificavam a baixa frequência de alunos mineiros. De acordo com Andrade e Carvalho (2009) haviam entraves devido à permanência de uma sociedade escravista, às dificuldades financeiras das pessoas e também dos investimentos de recursos na instrução pública. Já segundo Mourão (1959), a distância da residência dos alunos até a escola era o principal motivo da pouca assiduidade às aulas. Somado a isso, havia o medo de doenças temidas, como a febre amarela, além de outras contagiosas, e o receio dos adolescentes em serem chamados para o recrutamento militar.

Em 1846, a Assembleia de Minas aprovou a Lei número 311²⁵, no dia 08 de abril, propondo alterações para as escolas da província. O seu primeiro artigo determinava a adoção do método simultâneo²⁶ em todas as escolas elementares do primeiro e segundo graus. No seu artigo 13 foi determinado que em locais onde haviam essas escolas, seria necessário existir uma comissão especial de inspeção, tendo como membros o pároco ou capelão, o juiz de paz e um ou dois cidadãos nomeados pelo delegado do Círculo Literário. Dentre as funções da comissão estavam a de:

§1. Inspeccionar as escolas públicas, ou particulares.

²⁵ MINAS GERAIS. Instrução Pública. Lei nº 311 de 08 de abril de 1846. Arquivo Público Mineiro. Disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/leis_mineiras_docs/photo.php?lid=6437. Acesso: 30/08/2018.

²⁶ O método simultâneo visa atender um grande número de alunos, separados em subgrupos, conforme o grau de desenvolvimento. Ele superou o método individual de ensino, em que o professor atende individualmente um aluno por alguns minutos. O professor é o encarregado de explicar, punir e recompensar, e não um de seus monitores. Verbetes método simultâneo, por Ebenezer Takuno de Menezes, em Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <http://www.educabrazil.com.br/metodo-simultaneo/>. Acesso: 30/08/2018.

§2. Velar na salubridade das escolas, e na manutenção da disciplina, sem prejuízo das atribuições dos Delegados, que as poderão encarregar de quaisquer investigações a respeito do estado das escolas de sua jurisdição.

§3. Apresentar de três em três meses uma relação dos meninos que não receberam instrução primária em casas, nem nas escolas públicas, ou particulares.

§4. Fazer conhecer ao Delegado as diversas necessidades da Paróquia a respeito da instrução primária.

§5. Verificar em fim a necessária capacidade dos mestres particulares, precedendo autorização dos Delegados do respectivo círculo, e conceder-lhes licenças para abrir escolas particulares, reconhecendo que estão devidamente habilitados²⁷.

A partir dessas deliberações, presumimos que a criação dessa comissão representou uma ampliação do poder local com relação às questões educacionais de sua jurisdição, proporcionando alguma descentralização do ensino por parte do governo mineiro. Entretanto, essas mudanças legais parecem não ter surtido grandes efeitos, quando se observa dados encontrados no Anuário Estatístico de Minas Gerais²⁸ que nos mostra que, no ano de 1872, a província de Minas Gerais, tinha uma população de 2.039.737 de habitantes, com 89% destes, analfabetos. Havia 1.047.026 homens e 992.709 mulheres, sendo analfabetos 86,1% do sexo masculino e 92,1% do sexo feminino. Por essas informações percebemos que a maioria dos habitantes da província mineira continuava sem acesso à instrução escolar até o início da década de 1870.

Moacyr (1940) nos aponta que o período imperial foi marcado pela baixa frequência e improdutividade das escolas mineiras. Um exemplo que demonstra essa situação é quando, em 1886, o presidente da Província de Minas Gerais, Joaquim Pires Machado afirmou que:

Não é satisfatório o estado do ensino público, nem corresponde com a despesa que faz a província. Considerando o movimento da instrução nos períodos de 1875 a 1884 se vê que no primeiro, havendo nas 517 escolas 23319 alunos matriculados, só foram habilitados 1928 alunos; em 1884 com 941 escolas e 39922 alunos de matrícula, o número de habilitados foi apenas de 1929. Duplicou-se o número de escolas e a matrícula teve pouco aumento. [...] Não há necessidade por ora de criar mais cadeiras e sim fazer com que seja providas as que não estão, e deem bons resultados. As tentativas para a obrigatoriedade da instrução, decretada desde 1835, têm falhado²⁹.

²⁷ MINAS GERAIS. Instrução Pública. Lei nº 311 de 08 de abril de 1846. Arquivo Público Mineiro. p. 144.

²⁸ Secretaria de Agricultura, Serviço de Estatística geral. Anuario Estatístico de Minas Gerais 1921. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, Ano I, v. III, 1925. Disponível em: <<https://archive.org/stream/anuario1921mg2#page/n5/mode/2up>>. Acesso 01/09/2018.

²⁹ MOACYR, Primitivo. A instrução e as Províncias: Subsídios para a História da Educação no Brasil 1834-1889. 1. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, v. 3, 1940.

A partir dos dados apresentados, vimos que as taxas de aprovação dos alunos eram relativamente baixas. Em 1875, de 8,2% e, em 1884, de 4,8%. Isso parece demonstrar que, mesmo com a aprovação destas leis e regulamentos, os resultados não foram nada satisfatórios.

Neste tópico, buscamos apresentar algumas das ações que ocorreram no campo educacional, em Minas Gerais, durante o Império. Sabemos que, o período correspondente à pesquisa foi marcado por transformações políticas, econômicas e sociais, que aludiram na mudança de sentido da escola pública no Brasil e em Minas Gerais. Aqueles que idealizaram e realizaram a transição do período imperial para a República desejavam a concretização da cidadania, do direito a votar nas eleições e de uma mão de obra qualificada ao mercado. No decorrer do império, Minas Gerais, enquanto província, buscou promover a educação a partir de investimentos e legislações, bem como de criação de escolas. Dessa forma, buscamos entender como o município de Ponte Nova se insere nesse contexto.

1.2. Onde começa nossa história: a criação do município de Ponte Nova e seu desenvolvimento

O município de Ponte Nova localiza-se na zona da Mata mineira, a uma distância de aproximadamente 181 quilômetros da capital do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte. Segundo informações disponíveis no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a cidade possui atualmente uma área territorial de pouco mais de 470 km² e uma população estimada de 60.361 habitantes³⁰. É uma das sete cidades que sedia microrregiões da Zona da Mata Mineira³¹.

Os registros mais antigos³² apontam que a região onde hoje é a cidade de Ponte Nova era habitada por índios Aimorés e Puris, sendo desbravada pelos irmãos Monte Medeiros que possuíam cartas de sesmarias³³, fundando assim várias fazendas no local. A partir daí, vão chegando outros sesmeiros que contribuem com o desenvolvimento do local, às margens do

³⁰ Informações disponíveis em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/ponte-nova/panorama>. Acesso: 29/06/2018.

³¹ Essa microrregião é composta por 18 municípios. São eles: Ponte Nova, Raul Soares, Rio Casca, Jequeri, Urucânia, Guaraciaba, São Pedro dos Ferros, Sericita, Barra Longa, Dom Silvério, Santa Cruz do Escalvado, Vermelho Novo, Oratórios, Santo Antônio do Grama, Piedade de Ponte Nova, Sem Peixe, Acaiaca e Rio Doce. Disponível em: <https://www.cidade-brasil.com.br/microrregiao-de-ponte-nova.html>. Acesso: 08/10/2018.

³² MAGALHÃES. Manuel Ignácio Machado de. *Resumo Histórico de Ponte Nova*. Ponte Nova: Typ Ideal, 1922. p. 16. Apud RIBEIRO FILHO, Antônio Brant. *Ponte Nova: 1770 a 1920; 150 anos de história* – Viçosa: 1993.

³³ Terreno sem culturas ou abandonado, que a antiga legislação portuguesa, com base em práticas medievais, determinava que fosse entregue a quem se comprometesse a cultivá-lo. Quem a recebia pagava uma pensão ao estado, em geral constituída pela sexta parte do rendimento através dele obtido. Quando o Brasil foi descoberto, para cá transplantou-se o regime jurídico das sesmarias. O rei, ou os primeiros donatários de capitânias, faziam doações de terras a particulares, que se comprometiam a cultivá-las e povoá-las. (Dicionário Dicio, 2018).

Rio Piranga. De acordo com Ribeiro Filho (1993), a chegada desses proprietários às primeiras sesmarias marca o início da ocupação dessas terras, aumentando a sua povoação.

No ano de 1770, um dos irmãos, João do Monte Medeiros, que já era padre antes de chegar à região, envia uma solicitação ao bispado de Mariana, na tentativa de conseguir autorização para a construção de uma capela.³⁴ Em 01 de julho deste mesmo ano, a autorização eclesiástica é concedida e depois de seis meses as obras da capela foram concluídas, no mesmo local onde é hoje a Matriz de São Sebastião. Esse marco delimita a fundação da cidade de Ponte Nova. Isso porque, segundo Ribeiro Filho (1993), o padre não se limitou simplesmente a erguer o templo, mas também doou o terreno de um cemitério e terras pertencentes à sua fazenda à igreja. Com isso, Ponte Nova se inseriu nos contextos da Província, estando dentro dos padrões da época, pois para a fundação de uma localidade se fazia necessário edificar uma capela, para a catequese dos moradores e um cemitério para o enterro de seus mortos.

Em 1832, Ponte Nova foi elevada à categoria de freguesia, quando começou a se estender um núcleo de povoação ao redor da capela. Roberto Capri (1916) afirma que esse aumento de pessoas fez com que se multiplicassem as ruas e construções. Ribeiro Filho (1993) esclarece que o decreto³⁵ que a elevou a essa categoria foi dada às localidades que se distinguiram pelo desenvolvimento acelerado e pela importância adquirida na província. Em 1857, pela Lei número 827, Ponte Nova foi elevada à categoria de Vila³⁶, compreendendo as Freguesias de Barra Longa, Santa Cruz do Escalvado, Barra do Bacalhau (atual Guaraciaba), São Sebastião da Pedra do Anta e Abre Campo. No dia 30 de outubro de 1866, pela Lei número 1300, a então Vila de Ponte Nova foi elevada à categoria de cidade, aí então compreendendo as freguesias da Cidade, de Bicudos, Santa Cruz do Escalvado, São Pedro dos Ferros, Jequeri e Serra.

Nesse ponto, nos deparamos com alguns desencontros com relação às localidades pertencentes ao território de Ponte Nova. A constatação de pertencimento de alguns locais como Santa Margarida, Pedra Bonita, Manhuaçu, São Roque da Caratinga e Matipó, a partir da documentação sobre escolas do Arquivo Público Mineiro, ao território que abarca nossa pesquisa, causou certo estranhamento em virtude da imensa extensão territorial que isso significa. Retornamos então às Atas do Legislativo da Câmara e vimos de fato, discussões durante as reuniões, que tratavam da povoação de São Lourenço do Manhuaçu, do Livro de

³⁴ ARQUIVO DO AUTOR. Documentos diversos. Apud RIBEIRO FILHO, Antônio Brant. *Ponte Nova: 1770 a 1920; 150 anos de história* – Viçosa: 1993. Ver anexo 1.

³⁵ Decreto da Regência de 14 de Julho de 1832. P. 57,58,59,60.

³⁶ LIVRO DA LEI MINEIRA. Tomo XXII – parte 1ª – folha nº7. Ouro Preto, 1857.

Atas paroquiais de São José da Pedra Bonita e Santa Margarida e das normas dos estabelecimentos comerciais de Manhuaçu. Por essa documentação nos parece que a representação política era mais escassa nesses locais mais distantes, mas não inexistentes.

Por isso, decidimos consultar o desmembramento dessas localidades a partir de suas emancipações política e administrativas. O atual município de Pedra Bonita pertenceu à Ponte Nova até o ano de 1889. A localidade de Matipó integrou a Freguesia de Abre Campo até o ano de 1891. Santa Margarida por sua vez, pertenceu à localidade de Matipó até 1948, quando se municipaliza. Manhuaçu conquista a sua emancipação em 1887 e tem São Roque da Caratinga como parte de seu território. Isso significa que essas localidades, mesmo com toda distância, estavam vinculadas ao território de Ponte Nova³⁷.

Mesmo após ser criado pelo ato legislativo, o município não adquiria existência real enquanto não fosse devidamente instalado, para cumprir assim, as formalidades legais. Com isso, entendeu-se que a verdadeira emancipação política e administrativa de Ponte Nova não ocorreu por ocasião de sua elevação à categoria de Vila ou Município, pois naquela época o título não era tão importante. Segundo Ribeiro Filho (1993), para a cidade, possui relevância histórica, a Lei Provincial que a elevou à categoria de Vila, datada de 11 de junho de 1857, e não a Lei 1300, de 30 de outubro de 1866, que apenas alterou sua denominação de Vila para cidade³⁸.

Quando se intensificou o povoamento na região, principalmente pelo fluxo de pessoas que abandonavam a região aurífera de Ouro Preto e Mariana, foi crescendo também o número de propriedades às margens do Rio Piranga, segundo Ribeiro Filho (1993). Com isso vai se estabelecendo o ciclo da cana e do café, o que mostra a vocação agrícola deste território que deu origem ao município. Devido a esse crescimento, principalmente da atividade açucareira, a elite agrária da região passou a reivindicar junto ao poder público municipal, uma negociação com o Governo Imperial, para autorização da construção de um prolongamento da linha férrea, pela Companhia E. F. Leopoldina.

Como justificativa para essa reivindicação, Ribeiro Filho (1993) aponta que por mais de 100 anos, Ponte Nova teve problemas de comunicação com o resto da província e do país. A existência de uma única estrada passando por Barra Longa, Furquim e Mariana, até chegar a Ouro Preto, fazia com que o comércio com Rio Pomba, Juiz de Fora e Rio de Janeiro fossem incipientes. Com isso, era limitada a comercialização de produtos agrícolas e a importação dos

³⁷ IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Séries Históricas e Estatísticas. [online] Disponível em: <https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/>. Acesso: 28/11/2018.

³⁸ LIVRO DA LEI MINEIRA. Tomo XXXII – Parte 1ª – Folha nº2. Ouro Preto. 1866.

produtos dos grandes centros. Quando se fazia indispensável adquirir produtos da Corte, estes eram transportados pela via férrea, que se estendia até São Geraldo, e de lá até Ponte Nova, por tropas e carros de boi. Assim, em 1883, o Governo Imperial concedeu a autorização para a construção do prolongamento da linha de São Gerado até a cidade de Itabira, passando por Ponte Nova. Este fato, de acordo com o autor, marcou a economia da região, trazendo a modernidade e tornando o transporte não mais um empecilho para o desenvolvimento³⁹.

A partir de 1884 começou a instalação da linha férrea na cidade de Ponte Nova, trazendo uma nova fase para a história econômica da região. Na reunião do dia 18 de maio de 1886⁴⁰, a Câmara Municipal leu um ofício do presidente da diretoria da Estrada de Ferro Leopoldina, comunicando que no dia 24 de junho de 1886 seria a inauguração da Estação de Ponte Nova e que neste evento estaria presente o Imperador D. Pedro II. Segundo Ribeiro Filho (1993), a comitiva que trazia o Imperador passou por São Geraldo chegando à Ponte Nova com uma recepção calorosa da população. Esse acontecimento representou muito para a cidade, nos dando indícios de certo prestígio junto ao governo imperial, pois a visita de um Imperador representava muito para uma localidade.

Alvarenga (2012) listou as localidades visitadas no Brasil por Dom Pedro II durante o seu reinado. Segundo ela, o casal imperial percorreu a Zona da Mata, passando pela estação de Rio Pomba e São Geraldo, chegando em Ponte Nova. Nesta cidade, o monarca caminhou pelo vilarejo, observando a existência de algumas casas na localidade. Interessante destacar que as cidades de Ubá, Viçosa, Visconde do Rio Branco, Leopoldina e até mesmo Rio Pomba e São Geraldo, não receberam a visita do Imperador.

Atualmente, o município de Ponte Nova possui dois distritos e diversas localidades⁴¹. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2017, a cidade se destaca na região pelo fornecimento e desenvolvimento de bens e serviços em diversas áreas. O mapa a seguir mostra a delimitação atual do município. Assim, é possível perceber que quase todas as cidades e distritos que aparecem no entorno, já pertenceram a Ponte Nova, como Barra Longa, Jequeri, Rio Casca, Amparo do Serra, Santa Cruz do Escalvado, dentre outras.

³⁹ ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL. *Seção de cartas e ofícios* – Documento nº 242. Ponte Nova, 1883.

⁴⁰ ATAS DO LEGISLATIVO. Reunião do dia 18 de maio de 1866. Livro 4. p. 379.

⁴¹ Os distritos são Rosário do Pontal e Vau Açu. As localidades são várias, dentre elas: Bom Será, Cachoeira, Passa Tempo, Cedro, Colônia da Ilha, Massangano, Santa Helena, Três Tiros, Vão Grande. Disponível em: <https://www.mbi.com.br/mbi/biblioteca/cidade/ponte-nova-mg-br/>. Acesso: 02/07/2018.

Mapa 1: Mapa atual da cidade de Ponte Nova – MG (2019)



Fonte: Google Maps (2018)

1.3. Início da História Política: O poder Legislativo de Ponte Nova

O poder legislativo do município surgiu como uma pré-condição para a criação da Vila de Ponte Nova, por ser necessário para o provimento de uma casa para a câmara e para a cadeia pública. Isso nos mostra uma relação estreita do Legislativo Municipal com a atuação policial, quando até pelo prédio é fácil constatar. A sede destes dois poderes, nas antigas vilas, geralmente ficava em um mesmo prédio, onde no andar superior funcionava a Câmara e no inferior, o presídio local: a Casa da Câmara e da Cadeia.

Os sete primeiros vereadores eleitos para o mandato de 07 de Janeiro de 1863 a 31 de Dezembro de 1866 em Ponte Nova foram os capitães Manoel Francisco de Souza e Silva, Sebastião José Pereira do Monte, Antônio Carlos Corrêa Mayrink, Joaquim Rodrigues Milagres e Antônio Justiniano Gonçalves Fontes, o coronel Miguel Martins Chaves e o cidadão Luiz José Pinto Coelho da Cunha⁴², sem patente. Como é possível perceber, até mesmo pelos títulos, estes senhores eram considerados homens influentes da localidade, tinham posses e descendiam da aristocracia local⁴³, assim como os demais membros das câmaras que lhes sucederam, segundo consulta das atas de reuniões subsequentes às posses.

A extensão territorial do município naquela época fazia com que o legislativo tivesse que atuar em regiões muito distantes de sua sede, onde estavam localizados os distritos. As

⁴² ATAS DO LEGISLATIVO. Reunião do dia 27 de abril de 1863. Livro 1. p. 9.

⁴³ Todas essas informações foram retiradas do acervo da Câmara Municipal de Ponte Nova, disponíveis no Arquivo Municipal, a partir do ano de 1863.

obras realizadas pela câmara provinham de recursos da Presidência da Província, sendo complementados pela municipalidade a partir de principalmente, multas e licenças. Uma das primeiras ações dessa câmara, em 28 de abril de 1863, foi nomear uma comissão especial para providenciar, com urgência, a organização de um Regimento Interno e um Código de Posturas⁴⁴. Esse interesse quase imediato na formulação de um código de funcionamento interno da Câmara é um indicativo de que o poder legislativo da cidade de Ponte Nova procurou desenvolver formas de civilidade, influenciando na vida e no comportamento das pessoas, determinando aquilo que elas poderiam ou não fazer.

O registro sobre como se deu a instalação e o funcionamento inicial da Câmara Municipal de Ponte Nova nos ajudou a compreender a importância da análise das Atas do Legislativo do período correspondente à pesquisa (1863 a 1930). Foram lidos dezoito livros que continham as atas de todas as reuniões realizadas na Câmara Municipal, mais oito livros de atas diversas⁴⁵. Estas traziam reuniões sobre Eleições de Juizes de Paz de Abre Campo, do Conselho Municipal e de Revista de Ponte Nova, dos Conselhos Distritais da Sede, Jequeri e Urucânia, da Junta de Alistamento Militar e de Concursos para cargos municipais.

Apesar da quantidade e da qualidade de informações colhidas a partir da análise das Atas do Legislativo municipal e das Atas diversas, não foi possível sequenciar a ordem de criação e funcionamento das escolas, sob a responsabilidade municipal. Isso porque, mesmo que em algumas delas apareça o nome do professor ou professora responsável pela escola, seja pública ou particular, não contém a data de criação e nem de nomeação de professores. Nessa pesquisa e em outros trabalhos dessa temática, consideramos a data da nomeação de professores como um indicativo de que a escola começaria a funcionar de fato, e não a sua criação. Assim, foi necessário uma consulta ao Arquivo Público Mineiro para trazer essas informações no trabalho.

Com a emancipação política e administrativa do município, a primeira câmara municipal foi eleita no dia 20 de dezembro de 1862. Assim, em 26 de abril de 1863 aconteceu a primeira seção com os vereadores conforme o registro das atas das reuniões. É interessante destacar que não foi possível estabelecer um critério ou uma sequência lógica com relação à ocorrência das reuniões, visto que em algumas ocasiões demoraram-se meses, enquanto em outras, elas ocorreram diariamente. Durante o Império, o número de reuniões anuais variou de quatro reuniões ao ano, em 1877, à trinta e cinco reuniões em 1866. Os anos em que houveram maior número de reuniões foram 1865, com trinta reuniões, 1873, com trinta e uma e 1869 com

⁴⁴ ATAS DO LEGISLATIVO. Reunião do dia 28/04/1863. Livro 1. p. 11.

⁴⁵ Ver anexos 1 e 2.

trinta e dois encontros. Por outro lado, os anos de 1878, os de 1879 e 1882 e os de 1876 e 1880 tiveram o menor número de reuniões, com cinco, nove e dez encontros, respectivamente⁴⁶.

Era comum também o cancelamento das sessões do legislativo, em virtude da falta do quórum. A quantidade de reuniões canceladas por ano devido a essa razão varia de zero, nos anos de 1878, 1879, 1886 e 1889 à quatorze, no ano de 1866. Não foi possível constatar pela documentação se havia algum tipo de punição para os faltosos, haja vista que alguns não enviavam sequer uma justificativa para sua ausência. Deduzimos que não, pois essa função não era remunerada.

A primeira sessão da Câmara ocorreu em uma casa doada por Antônio Inácio Martins Silva, sendo reformada e mobiliada pelos cidadãos da Vila para servir de local para este fim⁴⁷. Na primeira reunião tomaram posse os vereadores eleitos e o presidente da câmara (àquele que fora o mais votado⁴⁸). O trabalho inicial da câmara foi o de nomear o secretário, responsável por redigir as atas das reuniões, o procurador, o porteiro da câmara e os fiscais para cada freguesia. Em seguida, foram nomeadas as três primeiras comissões daquela legislação: de Redação, de Obras Públicas e de Contas.

Dois dias após a primeira sessão, em 28 de abril de 1863, a câmara decide adotar as Posturas Municipais da cidade de Mariana, enquanto o seu próprio não era confeccionado. Nesse momento, percebemos um indicativo de interesse do poder municipal em desenvolver a cidade em vários níveis, pois ao mesmo tempo em que são discutidas as necessidades de ordenação das ruas, com construção de pontes, asfaltos e matadouros públicos, há a preocupação também com o desenvolvimento cultural/intelectual, à medida que já se interessam por promover representações teatrais, espetáculos de circo, pretendendo dar uma maior visibilidade da cidade⁴⁹. Também se observa uma preocupação com as posturas que aparecem, frequentemente, nos requerimentos pedindo a proibição de entulhos nas praças, do transporte de porcos pelas ruas aos domingos e dias de festa e a obrigatoriedade de calçamento e reboco na frente das casas⁵⁰. Além disso, todas as transgressões às determinações estabelecidas estavam sujeitas ao pagamento de multas.

Apesar de, em 03 de novembro de 1863, as Posturas Municipais da Câmara já estarem formuladas e submetidas à aprovação da Assembleia Provincial, nos anos seguintes este tema

⁴⁶ Informações elaboradas pelo pesquisador. Ver tabela *Quantidade de reuniões por ano da Câmara Municipal de Ponte Nova*, no anexo 3.

⁴⁷ ATAS DO LEGISLATIVO. Ata da Instalação da Vila de Ponte Nova – 26 de abril de 1866. Livro 1, p. 5.

⁴⁸ Vale lembrar que durante o Império, o voto era obrigatório, porém censitário. Ou seja, só poderiam votar homens com mais de 25 anos de idade e com determinada renda.

⁴⁹ ATAS DO LEGISLATIVO. Reunião do dia 28 e 30 de Abril de 1863. Livro 1, p. 11, 14, 16 e 19.

⁵⁰ ATAS DO LEGISLATIVO. Reunião do dia 30 de Novembro de 1863. Livro 1, p. 44.

permaneceu em discussão. Estas deveriam reger todas as pessoas, determinar a maior parte dos comportamentos, como o lugar de deixar lixos e animais mortos e proibir algumas ações, além de qualquer coisa que prejudicasse a saúde pública. As posturas determinaram até comportamentos individuais, como pedir esmolas e a proibição de maiores de quinze anos de viver sem “uma ocupação útil e honesta”. Consta na ata do dia 28 de novembro de 1865⁵¹ que, quando esses adolescentes não tinham meios de subsistência eram obrigados a assinar um termo comprovando que exerciam algum tipo de ocupação. Caso contrário, poderiam ser entregues em qualquer fazenda ou oficina, para exercerem algum tipo de trabalho, mesmo sem remuneração. Essa ação pode ser classificada como uma experiência de iniciativa educativa, de certo modo coercitiva, do poder público municipal.

Mesmo com a aprovação das posturas municipais, em 10 de agosto de 1869, tem-se ainda a necessidade obrigar o cumprimento de suas determinações. O aparecimento de reafirmações de proibição de alguns atos, indica que eles ainda não eram cumpridos plenamente. Alguns exemplos dessas reafirmações são: a proibição de se fazer escavações em praça, de lançar fogos em roças, de correr a cavalo, de deixar animais nas ruas, dentre outros. Todas essas proibições manifestam o interesse latente de disciplinar e civilizar os habitantes, normatizando as boas maneiras e bons costumes. Essas ações são práticas que consideramos pedagógicas, quando analisamos a classificação de um município como pedagógico. No ano de 1883, as posturas voltam amplamente aos debates da câmara, destacando a importância do delegado de polícia para a garantia do seu cumprimento.

A primeira menção direta da Câmara sobre educação aconteceu em 19 de abril de 1864, um ano após sua fundação, quando foi nomeada uma comissão para inspecionar as aulas de instrução primária na Vila. Em maio do mesmo ano, a Câmara faz uma representação à Assembleia Legislativa Provincial pedindo a criação de uma cadeira de Latim na Vila, podendo o mesmo professor, mediante uma gratificação, lecionar Língua Francesa aos estudantes do terceiro ano. Nos documentos do Arquivo Público Mineiro, encontramos o registro da criação dessa cadeira somente no ano de 1869, tendo como professor Antônio Carlos Mayrink, que foi nomeado somente em 1888⁵².

Pelas atas, foi possível ver o interesse da Câmara junto à comissão de Obras Públicas, quando em praticamente em todas as atas se debatiam os problemas com estradas, pontes, obras e presos. Entretanto, em meio a essas questões surge a preocupação do município com a ocupação e instrução das crianças e adolescentes, em especial com os órfãos, ficando a Câmara

⁵¹ ATAS DO LEGISLATIVO. Reunião do dia 28 de Outubro de 1865. Livro 1, p. 170.

⁵² Notação IP 28. Matrícula dos professores de instrução secundária (1872-1891).

Municipal responsável por encontrar uma casa para os pobres e desamparados. Assim, até os 17 anos eles seriam educados, tendo como obrigação servir gratuitamente àqueles que lhes acolhessem, podendo também estudar nas escolas públicas existentes⁵³.

Sobre as escolas, consta na ata do dia 10 de agosto de 1869, que a Câmara seria responsável por inspecionar as escolas de primeiras letras, tanto as pagas pela Fazenda Provincial, como as particulares. Entretanto, ela só forneceria papéis, tintas e lápis para os alunos pobres das escolas públicas. Em 08 outubro de 1873, a câmara apresentou o Regimento Interno das aulas de instrução primária, demonstrando assim que o interesse pela instrução das crianças se fazia presente nas discussões do município. Encontramos também informações sobre o interesse do governo imperial na criação de escolas práticas de agricultura, na localidade de Ponte Nova⁵⁴, entretanto, pelas atas não foi possível saber se esse projeto chegou a ser de fato concretizado.

A primeira vez em que identificamos um debate sobre o orçamento para o município nas atas analisadas foi na de 27 de maio de 1876⁵⁵. Nessa proposta, ainda não constou nenhuma previsão para gastos com escolas ou outras questões educacionais. As despesas do município giravam em torno do pagamento de água, luz, da limpeza da cadeia e da despesa de pessoas doentes e presas. Entretanto, no ano seguinte, discutiu-se a necessidade de orçamento para obras em espaços que serviriam para as aulas de instrução primária⁵⁶.

Outro ato costumeiro, a partir do ano de 1877, foi o recebimento de ofícios, geralmente feitos por um grupo de moradores, pedindo que a câmara solicitasse ao Inspetor da Instrução Pública da Comarca, a criação de escolas em diferentes localidades. A primeira ocorrência nas atas foi observada na reunião do dia 18 de junho de 1877⁵⁷, vinda do arraial de São Pedro dos Ferros. Nesse caso, a câmara informou que era de inteira justiça e utilidade pública a criação dessa cadeira, bem como de outra igual no distrito do Grama. Novamente percebemos o interesse do poder público municipal em demandar da província mais instrução, com vistas a conciliar o crescimento econômico, demográfico, dentre outros, com o crescimento educacional.

Sobre o orçamento, como já relatado, foi difícil encontrar dados de receita e despesa do município. Entretanto, na ata de 14 de junho de 1882 encontramos o projeto de orçamento aprovado para o ano de 1883. As arrecadações seriam provenientes de impostos sobre os

⁵³ ATAS DO LEGISLATIVO. Reunião do dia 10 de Agosto de 1869. Livro 2, p. 205.

⁵⁴ ATAS DO LEGISLATIVO. Reunião do dia 07 de Julho de 1874. Livro 3, p. 209.

⁵⁵ ATAS DO LEGISLATIVO. Reunião do dia 27 de Maio de 1876. Livro 3, p. 322.

⁵⁶ ATAS DO LEGISLATIVO. Reunião do dia 18 de Junho de 1877. Livro 3, p. 344.

⁵⁷ ATAS DO LEGISLATIVO. Reunião do dia 18 de Junho de 1877. Livro 3, p. 344.

negócios (3:000\$000), da aferição de pesos e medidas (2:000\$000), da cobrança de dívida ativa municipal (3:160\$000) e de impostos diversos (1:000\$000). Já sobre as despesas, encontramos os gastos com a limpeza da cadeia (100\$000), com as eleições (100\$000), com as festas nacionais (20\$000), com subsídio para o hospital (700\$000) e com as Escolas Municipais (2:000\$000). Essa foi a primeira referência direta de orçamento com o ensino municipal. Como nesse período identificamos apenas a existência de escolas provinciais, acreditamos que essa despesa se referia aos auxílios que o município oferecia para as escolas existentes em seu território. Concomitantemente em 25 de janeiro de 1883, na primeira reunião do ano, foram nomeados os membros das comissões permanentes, quando pela primeira vez, aparece a comissão de Instrução, juntamente com as que já existiam⁵⁸.

O fim do Império não gerou grandes debates entre os membros da Câmara Municipal de Ponte Nova, pois a última reunião nesse regime ocorreu no dia 08 de outubro de 1889⁵⁹ e tratou basicamente dos assuntos rotineiros: contas, arrecadação e orçamento. Com relação às questões educacionais, foi possível perceber que, mesmo com limitações, a Câmara tentava, na medida de suas possibilidades, resolver os impasses que iam surgindo, com relação ao funcionamento e transferência de escolas. Por isso, observamos indícios de uma possibilidade de adequação do município de Ponte Nova ao conceito de *município pedagógico*, principalmente durante a república, levando em conta as ações que a câmara municipal tinha nas questões sociais, comportamentais e educacionais.

1.4. O surgimento cronológico das escolas ao longo do Império

Neste tópico tentamos realizar um mapeamento da criação das escolas na região município de Ponte Nova, apresentando a cronologia de surgimento, e principalmente, demonstrando as datas do possível funcionamento efetivo das mesmas. Resolvemos listar a sequência das escolas pela ordem de criação das mesmas em virtude de uma mais fácil compreensão. Mas, partimos do pressuposto de que somente o ato de criar uma escola não garantia o seu funcionamento. Por isso, utilizamos a nomeação de professores como um ato indiciário do início de sua atividade educativa, pois entendemos que as aulas só começariam a acontecer quando um professor fosse nomeado e entrasse em exercício na escola. Importante destacar que o critério do início de funcionamento a partir da posse do primeiro professor

⁵⁸São elas: Redação e Estatística , Contas e Orçamento, Obras Públicas, Saúde Pública e Justiça.

⁵⁹ATAS DO LEGISLATIVO. Reunião do dia 08 de Outubro de 1889. Livro 5, p. 208.

identificado nas notações não é um procedimento totalmente fidedigno, devido ao caráter lacunar das fontes.

De acordo do Ribeiro Filho (1993), no século XIX, os fazendeiros mais ricos contratavam professores para ensinar as primeiras letras às suas filhas e seus filhos, bem como aos de seus empregados de confiança. As moças tinham uma educação voltada aos cuidados da casa e aprendiam a administrá-la. Algumas ainda aprendiam noções de francês, latim, música e canto⁶⁰. Geralmente, os filhos de fazendeiros mais abastados tinham professores particulares que residiam nas fazendas, ou se deslocavam até lá, para educá-los. Mesmo assim, encontramos muitas ações do governo provincial com relação à criação de escolas nas localidades que pertenciam ao município de Ponte Nova.

Nos documentos do Arquivo Público Mineiro, encontramos uma referência daquela que supostamente foi a primeira escola criada na região de Ponte Nova. Na documentação desse arquivo, foi possível identificar o processo formal de criação de cadeiras de instrução primária no território. Assim, foi possível conhecer qual resolução, ato ou portaria proporcionou a constituição legal das escolas públicas existentes na região.

A forma como decidimos registrar a continuidade de funcionamento das escolas foi baseada nos registros de nomeação de professores. Entretanto, não podemos atrelar a última indicação de professores encontrada ao funcionamento da escola. O nosso registro indica que após a data da última nomeação, não encontramos mais informação e não que a escola deixa de funcionar⁶¹.

De acordo com a notação IP 65 – “Matrícula dos professores dos Círculos Literários”⁶², as primeiras escolas da região de Ponte Nova foram criadas no dia 27 de março de 1828, ambas de instrução primária do primeiro grau, pelo Conselho do Governo, na Freguesia de Ponte Nova e na Freguesia de Barra Longa. Aparentemente, o funcionamento da escola de Ponte Nova começou somente vinte e cinco anos depois, quando Antônio Justiniano Fontes foi nomeado professor, em 14 de janeiro de 1853. Não é possível afirmar até quando as escolas existiram, assim, acompanhamos as nomeações de professores, com o intuito de saber se as escolas continuavam funcionando. Dessa forma, sabemos que essa escola existiu pelo menos até 1881, quando depois da remoção de mais dois professores, Carlos Dias de Oliveira entrou em exercício no dia 01 de agosto deste ano.

⁶⁰ RIBEIRO FILHO, Antônio Brant. *Ponte Nova: 1770 a 1920; 150 anos de história* – Viçosa: 1993. P 55.

⁶¹ Nossa sequência para o trabalho se baseou nas datas de criação de escolas. Em algumas localidades, o funcionamento dessas escolas demora muitos anos para se concretizar.

⁶² Notação IP -08: Matrícula dos professores dos Círculos Literários (1836 – 1882), p.61.

A escola da Freguesia de Barra Longa, apesar de criada em 1828, parece que só foi estabelecida no dia 01 de janeiro de 1858. Entretanto, já no ano de 1854, o professor Antônio José da Silva se tornou efetivo nessa escola, no dia 29 de setembro. Constatamos que em 1883 a escola continuou funcionando, haja vista que o professor José Augusto Rodrigues Ferreira assumiu o cargo de forma vitalícia e entrou em exercício no dia 19 de outubro deste ano⁶³.

A terceira escola criada na região foi no então distrito de Santa Cruz do Escalvado, no dia 16 de maio de 1838. Era uma escola de primeiro grau, do sexo masculino e, provavelmente começou a funcionar em 14 de janeiro de 1856, quando João Baptista Pedro de Alcântara foi nomeado professor, pela portaria desta data⁶⁴. A notação do IP 11- “Matrículas dos professores de instrução primária (1844-1874)”⁶⁵ nos mostra que essa escola funcionou pelo menos até 1873, quando Felício da Costa Lana foi nomeado definitivamente no dia 08 de julho.

A notação IP – 06 “Matrícula dos professores de instrução primária e secundária (1822-1853), aponta que a quarta escola também foi criada na Freguesia de Ponte Nova, pela Portaria de 18 de novembro de 1844. Essa escola era de primeiro grau, do sexo masculino e provavelmente começou a funcionar em 17 de abril de 1848, quando Floriano José de Oliveira foi nomeado. Não encontramos na documentação nenhuma outra informação sobre essa escola, portanto não podemos estimar até quanto tempo ela continuou em funcionamento.

A quinta escola foi criada na Freguesia de São Sebastião da Pedra do Anta, por uma Portaria de 02 de julho de 1845. O primeiro professor nomeado foi Elias Patrício de Sales, em 05 de setembro de 1848⁶⁶. A partir das informações sobre matrículas dos professores, sabemos que essa escola funcionou até no mínimo no ano de 1889, quando Antônio Tomé dos Santos Flores foi nomeado, no dia 27 de abril.

A sexta escola da região de Ponte Nova foi criada na Freguesia de Abre Campo por Portaria de 23 de abril de 1852⁶⁷. Era uma escola de primeiro grau, tendo Francisco de Almeida Reis como professor interino nomeado em 14 de janeiro de 1853 e como professor efetivo, a partir de 14 de abril de 1854. Possivelmente, a escola funcionou até no mínimo no ano de 1891, quando Archimedes Pereira França foi nomeado no dia 09 de setembro⁶⁸. Neste mesmo ano, encontramos a criação de uma escola no povoado de Sant’Anna do Abre Campo. Esta era uma escola do sexo masculino, criada pela Portaria do dia 22 de dezembro de 1852. O professor

⁶³ Notação IP -30: Matrícula dos professores de Instrução Primária (1854 – 1894), p.75.

⁶⁴ Notação IP -08: Matrícula dos professores dos Círculos Literários (1836 – 1882), p.67.

⁶⁵ Notação IP -08: Matrícula dos professores de Instrução Primária (1844 – 1874), p.114.

⁶⁶ Notação IP -05: Matrícula dos professores de instrução intermediária e primária (1818 – 1855), p.60.

⁶⁷ Notação IP -08: Matrícula dos professores dos Círculos Literários (1836 – 1882), p.70.

⁶⁸ Notação IP -30: Matrícula dos professores de Instrução Primária (1854 – 1894), p.97.

Hortêncio Pericles Pereira foi nomeado para essa cadeira no dia 16 de junho de 1874, o que indica provavelmente a data de início das aulas⁶⁹.

A oitava escola foi criada a partir da Portaria de 14 de fevereiro de 1859, na Freguesia de Conceição do Casca⁷⁰. O professor Delfino Clemente Dias Bicalho foi o primeiro a ocupar a cadeira do sexo masculino em 14 de março de 1859. Encontramos indícios de funcionamento dessa cadeira até pelo menos em 08 de julho de 1873, quando Joaquim Lourenço Machado foi nomeado.⁷¹ A nona escola foi também criada na Freguesia de Ponte Nova, sendo a primeira do sexo feminino da região⁷². Ela foi criada pela portaria do dia 20 de agosto de 1859, sendo Anna Theresa Adelaide Palhares a primeira professora, nomeada no dia 25 de outubro de 1859. Segundo informações do IP 11 – “Matrículas dos professores de instrução primária (1844-1874)”, a escola funcionou pelo menos até o ano de 1878, quando Dona Paulina Augusta Mitraud pediu licença em 26 de dezembro.

O ano de 1860 foi marcado pela criação de mais quatro escolas na região de Ponte Nova, em virtude da Lei 1064 de 04 de outubro. Foi criada a primeira escola feminina na freguesia da cidade e escolas masculinas nas freguesias de Nossa Senhora da Conceição do Casca (Bicudos), Jequeri e Santa Margarida⁷³. A segunda escola feminina de Ponte Nova teve a normalista Dona Paulina Augusta Mitraud nomeada em 01 de junho de 1870. Sabemos que pelo menos até o ano de 1876 a escola continuou funcionando, haja vista que a Dona Rita de Cássia Alves de Oliveira foi nomeada professora no dia 22 de janeiro. A Freguesia do Casca teve em sua escola masculina o professor Joaquim Lourenço Machado, nomeado em 21 de julho de 1873. Pelo menos até o ano de 1879 essa cadeira ainda existia, pois Joaquim da Rocha Fiusa tomou posse do cargo em 11 de novembro.

A escola que havia sido criada em Jequeri começou a funcionar em 06 de setembro de 1873, com a nomeação do professor Firmino Augusto Albuquerque. Em 15 de outubro de 1880 essa escola foi transferida para o distrito do Grama, sendo criada novamente em 1880 pela Lei 2730 de 18 de dezembro, mas começou a funcionar de fato em 1883, com a nomeação do professor Firmino de Paula Assis Mayrink em 06 de dezembro. Por fim, a escola masculina da Freguesia de Santa Margarida iniciou os trabalhos com o professor Daniel Martiniano Cerqueira, nomeado em 01 de agosto de 1874, permanecendo no cargo até pelo menos 08 de novembro de 1888.

⁶⁹ Notação IP 43: Matrícula dos professores da Instrução Pública (1877-1887), p. 65.

⁷⁰ Notação IP -08: Matrícula dos professores dos Círculos Literários (1836 – 1882), p. 79.

⁷¹ Notação IP 11 - Matrícula dos professores de Instrução Primária (1844 – 1874), p. 121.

⁷² Notação IP -08: Matrícula dos professores dos Círculos Literários (1836 – 1882), p. 61.

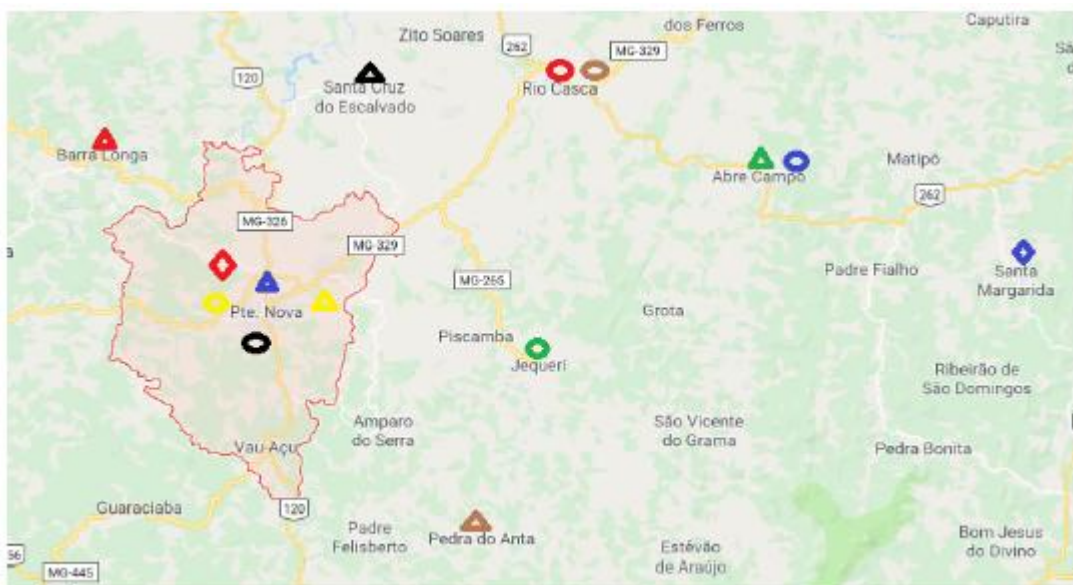
⁷³ Notação IP -30: Matrícula dos professores de Instrução Primária (1854 – 1894), p.92,98,99 e 101.

A décima quarta escola, localizada na Freguesia da Vila de Ponte Nova, foi criada pela Portaria de 12 de setembro de 1861 e era do sexo feminino.⁷⁴ As aulas funcionaram no período de 28 de janeiro de 1858 a 01 de outubro de 1861, com a professora Anna Theresa Adelaide Palhares, sendo suprimida nesta mesma data. No ano de 1862, a escola voltou a funcionar com a professora Leonor Aqueda Osório de Mendonça, que foi nomeada em 08 de novembro. Na documentação encontramos indicação de professores licenciados até o ano de 1873.

Essas foram as primeiras quatorze escolas, onze masculinas e três femininas, criadas no então território de Ponte Nova, onde, nos dias de hoje, Ponte Nova é a cidade sede. Elas foram criadas pelo governo provincial, antes da emancipação política e administrativa deste município em 1863. Aproveitamos para destacar que na análise dessa documentação do período anterior à emancipação do município, não foram encontradas nos livros consultados, existência de cadeiras de instrução particular fornecidas pelas freguesias onde estas cadeiras de instrução pública foram apresentadas.

O mapa a seguir nos mostra a visualização da localização, a data de criação e de provável início de seu funcionamento, nas escolas existentes anteriores ao ano de 1863, ou seja, antes da emancipação política e administrativa do município.

Mapa 2: Anos de criação e funcionamento das cadeiras provinciais em Ponte Nova por gênero (1828-1861)



Fonte: Arquivo Público Mineiro (Diversas Notações). Mapa elaborado pela pesquisadora.

⁷⁴ Notação IP -09: Matrícula dos professores de Instrução Primária (1831 – 1881), p. 134.

Legenda

- ▲ Freguesia de Ponte Nova (masculina). Criação: 27/03/1828; 1º Ato de Posse identificado: 14/01/1853.
- ▲ Freguesia de Barra Longa (masculina). Criação: 27/03/1828; 1º Ato de Posse identificado: 29/09/1854.
- ▲ Santa Cruz do Escalvado (masculina). Criação: 16/05/1838; 1º Ato de Posse identificado: 14/01/1856.
- ▲ Freguesia de Ponte Nova (masculina). Criação: 18/11/1844, 1º Ato de Posse identificado: 17/04/1848.
- ▲ São Sebastião da Pedra do Anta (masculina). Criação: 02/07/1845; 1º Ato de Posse identificado: 05/09/1848.
- ▲ Abre Campo (masculina). Criação: 23/04/1852; 1º Ato de Posse identificado: 14/01/1853.
- Santa Anna do Abre Campo (masculina). Criação: 22/12/1852; 1º Ato de Posse identificado: 16/06/1874.
- Conceição do Casca (masculina). Criação: 14/02/1859; 1º Ato de Posse identificado: 14/03/1859.
- Freguesia de Ponte Nova (feminina). Criação: 20/08/1859; 1º Ato de Posse identificado: 25/10/1859.
- Freguesia da Cidade (feminina). Criação: 04/10/1860; 1º Ato de Posse identificado: 01/06/1870.
- Nossa Senhora do Casca (masculina). Criação: 04/10/1860; 1º Ato de Posse identificado: 21/07/1873.
- Jequeri (masculina). Criação: 04/10/1860; 1º Ato de Posse identificado: 06/09/1873.
- ◆ Santa Margarida (masculina). Criação: 04/10/1860; 1º Ato de Posse identificado: 01/08/1874.
- ◆ Vila de Ponte Nova (feminina). Criação: 12/09/1861; 1º Ato de Posse identificado: 28/01/1858.

Posterior à autonomia política e administrativa e até o final do Segundo Reinado, surgiram mais trinta e uma cadeiras neste município. Em 09 de dezembro de 1867 é sancionada a Lei número 1400 que criou cinco escolas masculinas na região de Ponte Nova⁷⁵. As cadeiras foram criadas nas freguesias de São Francisco do Vermelho⁷⁶, São José da Pedra Bonita, São Lourenço do Manhuassu, São Roque da Caratinga e Santa Helena⁷⁷. A escola localizada em São Francisco do Vermelho provavelmente começou a funcionar em 30 de outubro de 1871, com a nomeação do professor Benjamim Franklin de Miranda. Em 27 de novembro de 1877, essa escola foi suprimida por não ter alunos suficientes para seu funcionamento, sendo novamente criada em 1882. Entretanto, não encontramos após essa data nenhum registro de matrícula de professor.

A cadeira de São José da Pedra Bonita iniciou suas atividades em 18 de setembro de 1877, com a nomeação do professor Antônio Alves Moreira Ramos. Há indícios de seu funcionamento até pelo menos no ano de 1885, quando Manoel Severino Dias foi nomeado para a cadeira em 10 de julho. Já a cadeira da freguesia de São Lourenço do Manhuassu

⁷⁵ Notação IP -30: Matrícula dos professores de Instrução Primária (1854 – 1894), p. 102,103,104,106 e 107.

⁷⁶ Território onde hoje é o município de Vermelho Novo.

⁷⁷ Território pertencente a atual cidade de Manhuaçu.

começou a funcionar em 05 de março de 1844, tendo registro de movimentação de professores até 29 de agosto de 1877, com a nomeação de Modesto Lourenço Dias nesta data⁷⁸.

A escola de São Roque da Caratinga teve o seu primeiro professor nomeado em 13 de novembro de 1876. Ela funcionou pelo menos até o ano de 1891, quando Francisco de Paula Machado de Costa foi nomeado para a cadeira. Por fim, a escola da Freguesia de Santa Helena provavelmente iniciou suas atividades em 08 de março de 1878 com a nomeação do professor Gaspar José Mina Barreto. Podemos afirmar que, pelo menos até o ano de 1891 a escola funcionou, já que José Caetano de Magalhães e Silva foi nomeado no dia 14 de abril.

No ano de 1872, foram criadas mais cinco escolas. A vigésima escola da região do então município de Ponte Nova é do sexo feminino e foi criada por um Ato de 22 de maio, em São Sebastião da Pedra do Anta⁷⁹. Pela documentação, acreditamos que a escola começou a funcionar dois dias depois de sua criação, quando Dona Bárbara Carlota Sophia de Sousa foi nomeada. Encontramos indícios de funcionamento dessa escola até pelo menos a data de 12 de abril de 1891, quando Dona Maria do Espírito Santo Lopes foi nomeada.

Em Santa Margarida, foi criada, pelo Ato de 18 de junho de 1872, a vigésima primeira escola da região, também do sexo feminino⁸⁰. A nomeação da professora Maria Quitéria da Silva indica que a escola começou a funcionar em 18 de junho de 1879. A vigésima segunda escola foi criada em Jequeri, pela Portaria de 31 de outubro de 1872 e foi novamente do sexo feminino⁸¹. Provavelmente, essa escola começou a funcionar no mesmo ano, no dia 27 de dezembro, com a nomeação da Dona Maria Gerônima da Purificação. Pela documentação, conseguimos ver que a escola funcionou até pelo menos no ano de 1888, já que no dia 06 de maio, a normalista Dona Emiliana Marcelina dos Reis Milagres foi contratada.

As duas últimas cadeiras criadas no ato de 1872 foram pelo Ato de 07 de dezembro, no distrito de São Pedro dos Ferros e na Freguesia de Abre Campo⁸². Em São Pedro dos Ferros, a escola masculina começou a funcionar provavelmente em 20 de fevereiro de 1879, com a nomeação do professor Francisco Alves de Sousa. Já em Abre Campo, a escola do sexo feminino iniciou as atividades em 08 de março de 1879, com a contratação da professora Maria José de Jesus Milagres. Há indícios de funcionamento dessa escola até pelo menos em 23 de dezembro de 1881, quando Maria Eugênia de Jesus Rocha foi nomeada.

⁷⁸ Notação IP 34 - Matrícula dos professores de Instrução Primária (1854-1877), p. 327.

⁷⁹ Notação IP 22: Matrícula dos professores de Instrução Primária (1849-1885), p. 110-111.

⁸⁰ Notação IP 142: Matrícula dos professores de Instrução Pública (1877-1887), p. 13.

⁸¹ Notação IP 25: Matrícula dos professores de Instrução Primária (1872 – 1874), p. 16.

⁸² Notação IP 29: Matrícula dos professores de Instrução Primária (1869 – 1893), 154.

No ano de 1875 são criadas mais duas cadeiras do sexo feminino: nas freguesias da cidade e de Barra Longa. A escola da cidade foi criada pela Lei número 2163, em 19 de setembro. A primeira professora, a normalista Dona Rosalina Querubina da Luz, foi nomeada em 10 de março do ano de 1880⁸³. Sabemos que essa cadeira funcionou até pelo menos em junho de 1884, pois nesta data, a referida professora ainda ocupava o seu cargo. Já a escola de Barra Longa foi criada pela Lei número 2164 e provavelmente, iniciou as suas aulas com a nomeação da professora Dona Josefina Duarte Pereira em Ato de 29 de maio de 1876, assumindo o cargo de forma vitalícia em 22 de janeiro de 1885⁸⁴. Através da documentação não conseguimos afirmar até quando a professora ficou no cargo, mas temos indícios de sua permanência até pelo menos no ano de 1891⁸⁵.

Em 1877, foi criada a vigésima sétima cadeira em São Sebastião do Sacramento, território que atualmente pertence à Manhauçu. A criação se dá a partir da Lei número 2395 de 13 de outubro, e o seu funcionamento começou provavelmente após 04 de dezembro de 1877, quando o professor José Teotônio Vieira foi nomeado. Encontramos registros de nomeação de professores até o ano de 1885, quando Raimundo Ferreira da Silva assumiu o cargo em 01 de outubro, o que garante o funcionamento dessa cadeira até nessa data, no mínimo⁸⁶.

O ano de 1878 foi marcado pela criação de mais três escolas na região de Ponte Nova. Em 22 de outubro, a partir de uma Portaria, foi criada uma escola do sexo feminino na localidade do Bicudos, em Conceição do Casca, que provavelmente começou a funcionar logo depois da criação, com a nomeação da professora Dona Francisca de Assis Marcondes⁸⁷. No dia 07 de dezembro, são criadas duas escolas por outra Portaria: uma masculina, na localidade de São Pedro dos Ferros e uma feminina em Abre Campo⁸⁸. A cadeira de São Pedro dos Ferros teve o professor Francisco Alves de Souza nomeado em 14 de janeiro de 1879. Sobre a cadeira da localidade de Abre Campo, encontramos o registro de nomeação da professora Maria José de Jesus Milagres, mas não foi localizada a data desta nomeação, o que não nos permite deduzir a data de provável início das aulas.

No ano de 1880, foi criada uma escola no distrito do Grama, no dia 15 de outubro. Essa cadeira masculina provavelmente começou a funcionar no dia 07 de abril de 1881, que foi a data de nomeação do professor Francisco Severino Dias. Encontramos registros da nomeação

⁸³ Notação IP 03: Matrícula dos professores de Instrução Primária (1869-1887). p. 236.

⁸⁴ Notação IP 34 – Matrícula dos Professores de Instrução Primária (1854 – 1887), p. 267.

⁸⁵ Notação IP 29 - Matrícula dos professores de Instrução Primária (1869 – 1893), p. 102.

⁸⁶ Notação IP 34 – Matrícula dos Professores de Instrução Primária (1854 – 1887), p.331.

⁸⁷ Notação IP 34 – Matrícula dos Professores de Instrução Primária (1854 – 1887), p.356.

⁸⁸ Notação IP 34 – Matrícula dos Professores de Instrução Primária (1854 – 1887), p.374 e 375.

de outro professor, Luiz Antônio Chaves, no dia 23 de agosto de 1883, o que indica que até pelo menos nessa data, a escola continuou funcionando⁸⁹. Contudo, o ano de 1880 não foi marcado apenas pela criação dessa escola. Em função da Lei número 2730 de 18 de dezembro foram criadas mais sete escolas na região de Ponte Nova. Com o intuito de facilitar o entendimento da criação dessas cadeiras, elaboramos um quadro com as localidades e os dados de cada uma delas⁹⁰.

O quadro a seguir apresenta a localidade onde a cadeira foi criada, o gênero ao qual era destinada e a provável data de nomeação do primeiro professor, que indica o início das aulas e do funcionamento. Esta coluna indicia a última data encontrada de registro de nomeação de professores para aquela determinada escola. Essa informação nos sugere que naquela data a escola funcionou, tendo em vista a contratação de professor. Infelizmente não foi possível saber ao certo até quando a cadeira ofereceu aulas, mas esse registro indica, pelo menos, que a escola exerceu de fato a atividade educativa.

Quadro 1: Cadeiras de Instrução Pública criadas pela Lei nº 2730/1880

Localidade	Sexo	Nomeação do primeiro professor	Indício de funcionamento
Freguesia da Cidade	Masculino	04/12/1881 – João Maria da Silveira	Não foi encontrado nenhum outro registro de nomeação de professor.
Povoado do Urucu	Masculino	17/11/1881 - Manoel Rufino de Castro	Não foi encontrado nenhum outro registro de nomeação de professor.
Distrito de Piedade	Masculino	17/09/1881- Francisco Xavier Leite Junior	Em 26/08/1882, Francisco Xavier Leite Junior continuava no cargo.
Santo Antônio do Matipó	Masculino	01/04/1881 – Rodrigo Pereira Lima	Após a nomeação de 3 professores, Gomes Freire de Andrade assume o cargo em 27/08/1888.

⁸⁹ Notação IP 142 – Matrícula dos Professores de Instrução Pública (1877-1887), p. 78.

⁹⁰ As informações contidas na tabela foram retiradas das: Notação IP 03: Matrícula dos professores de Instrução Primária (1869-1887), p. 235; Notação IP 29 - Matrícula dos professores de Instrução Primária (1869 – 1893), p. 230, 231, 232, 233, 234, 237; Notação IP 142 – Matrícula dos Professores de Instrução Pública (1877-1887), p.96, 109, 110, 122, 137.

Santa Cruz do Escalvado	Feminino	31/03/1882 – Dona Maria Francisca Campos	Após nomeação de 3 professoras, Dona Maria Francisca Campos reassume o cargo em 21/01/1890.
São Pedro dos Ferros	Feminino	29/03/1883 – Philomena Gomes de Carvalho	Após a nomeação de 2 professoras, Ana Júlia Oliveira Horta assume o cargo em 03/12/1891.
Fazenda Amora – Cidade	Masculino	25/01/1881 – José Oliveira da Silveira	Após a nomeação de 3 professores, Dona Idalina Benvinda Campos assume o cargo em 11/06/1889.

Fonte: Variadas Notações de IP do Arquivo Público Mineiro. Quadro elaborado pela pesquisadora

No ano de 1881, foram criadas mais quatro escolas em virtude de diferentes leis. A Lei número 2765 de 13 de setembro criou uma escola na freguesia do Grama⁹¹ e na localidade de Cachoeira Torta⁹². A cadeira do Grama era do sexo feminino e teve a Dona Joana Batista Dias nomeada como primeira professora em 25 de janeiro de 1882. Em Cachoeira Torta, a cadeira criada era do sexo masculino, tendo Agostinho de Melo Bezerra Rego como primeiro professor, nomeado em 09 de janeiro de 1883. Encontramos indício de funcionamento dessa cadeira até pelo menos em 26 de janeiro de 1885, quando Carlos Fernandes de Oliveira foi nomeado para a escola.

A Lei número 2440 criou uma escola feminina na Freguesia de Amparo do Serra, em 17 de setembro de 1881⁹³. O início das aulas se deu provavelmente em 23 de dezembro de 1881, com a nomeação da professora Maria José de Jesus Milagre. Os registros apontam que pelo menos até 26 de setembro de 1883, a professora permaneceu no cargo. Tudo indica que já existia uma escola masculina nessa localidade, pois em 26 de janeiro de 1876, o professor Bellarmino de Aquino Pereira Lima foi nomeado para essa escola de sexo masculino⁹⁴. Entretanto, não conseguimos nenhum registro de criação dessa escola.

A última escola criada em 1881, pela Lei número 2847, de 25 de outubro, estaria localizada no distrito de Sant'Anna, em Abre Campo. O primeiro professor nomeado para a cadeira foi Firmino Brígido Peixoto, em 10 de abril de 1883. Nos registros do Arquivo Público Mineiro, encontramos nomes de mais seis professores que o sucederam naquela localidade.

⁹¹ Notação IP 03: Matrícula dos professores de Instrução Primária (1869-1887), p. 147.

⁹² Notação IP 142 – Matrícula dos Professores de Instrução Pública (1877-1887), p. 193.

⁹³ Notação IP 29 - Matrícula dos professores de Instrução Primária (1869 – 1893), p. 279.

⁹⁴ Notação IP 34 - Matrícula dos professores de Instrução Primária (1854 – 1887), p. 301.

Sabemos que a escola funcionou até pelo menos em 01 de abril de 1842, quando Francisco Linhares foi nomeado professor da cadeira⁹⁵.

O ano de 1882 assistiu à criação de mais duas escolas na região de Ponte Nova. A quadragésima terceira escola foi criada a partir do decreto de 02 de novembro, no distrito de São João do Matipó. O primeiro professor a lecionar nessa cadeira foi Theophilo José Vieira, nomeado em 17 de janeiro de 1883⁹⁶. Na documentação encontramos o registro de mais quatro professores que lecionaram na escola, sendo Sebastião Pereira Gomes o último professor nomeado em 23 de março de 1891. A outra escola da localidade de São José da Pedra Bonita era do sexo feminino e foi criada pela Lei número 2892, de 06 de novembro de 1882. A primeira professora nomeada foi Joaquina Carla de Sousa, em 10 de junho de 1883. Encontramos registros de outra professora nomeada de forma vitalícia em 17 de outubro de 1883: Maria José de Souza, que foi removida em 01 de maio de 1891. A partir dessa data não encontramos mais registros de nomeação de professores para essa cadeira⁹⁷.

A última cadeira a ser criada na região de Ponte Nova, no período imperial, foi a cadeira masculina de São Sebastião do Soberbo, a partir da Lei número 3162, de 10 de outubro de 1883. O primeiro registro de nomeação de professor aconteceu em 01 de julho de 1884, com o professor Felisberto Ferreira dos Santos. Há registros de funcionamento dessa cadeira até pelo menos em 25 de setembro de 1891, quando Dona Maria Magdalena da Silva foi nomeada. Interessante observar que pela primeira vez, uma mulher aparece sendo professora em uma escola masculina⁹⁸. Isso era incomum, pois até aqui os homens lecionavam somente em escolas masculinas e as mulheres apenas em femininas no município de Ponte Nova.

O mapa a seguir ajuda na visualização da localização das cadeiras criadas na região de Ponte Nova, no período pós emancipação política e administrativa do município, até o fim do período imperial.

⁹⁵ Notação IP 44 - Matrícula dos professores de Instrução Primária (1882-1893), p. 2.

⁹⁶ Notação IP 142 – Matrícula dos Professores de Instrução Pública (1877-1887), p.184.

⁹⁷ Notação IP 44 - Matrícula dos professores de Instrução Primária (1882-1893), p. 239.

⁹⁸ Notação IP 44 - Matrícula dos professores de Instrução Primária (1882-1893), p. 331.

Mapa 3: Cadeiras Provinciais por gênero, anos iniciais de criação e funcionamento (1863 – 1889)



Mapa elaborado pela pesquisadora. Fonte: Documentos do Arquivo Público Mineiro.

▲ São Francisco do Vermelho (masculino). Criação: 09 de dezembro de 1867; 1º Ato de Posse identificado: 30 de outubro de 1871.

▲ São José da Pedra Bonita (masculina). Criação: 09/12/1867; 1º Ato de Posse identificado: 18/09/1877.

▲ São Lourenço do Manhuassu (masculina). Criação: 09/12/1867; 1º Ato de Posse identificado: 05/03/1844.

▲ São Roque da Caratinga (masculina). Criação: 09/12/1867; 1º Ato de Posse identificado: 13/11/1876.

▲ Santa Helena (masculina). Criação: 09/12/1867; 1º Ato de Posse identificado: 08/03/1878.

▲ São Sebastião da Pedra do Anta (feminina). Criação: 22/05/1872; 1º Ato de Posse identificado: 24/05/1872.

★ Santa Margarida (feminina). Criação: 18/06/1872; 1º Ato de Posse identificado: 18/06/1879.

★ Jequeri (feminina). Criação: 31/10/1872; 1º Ato de Posse identificado: 27/12/1872.

★ São Pedro dos Ferros (masculina). Criação: 07/12/1872; 1º Ato de Posse identificado: 20/02/1879.

★ Freguesia de Abre Campo (feminina). Criação: 07/12/1872; 1º Ato de Posse identificado: 08/03/1879.

★ Freguesia da Cidade (feminina). Criação: 19/09/1875; 1º Ato de Posse identificado: 10/03/1880.

★ Freguesia de Barra Longa (feminina). Criação: Ano de 1875; 1º Ato de Posse identificado: 29/05/1876.

◆ São Sebastião do Sacramento (masculina). Criação: 13/12/1877; 1º Ato de Posse identificado: 04/12/1877.

◆ Bicudos (feminina). Criação: 22/10/1878; 1º Ato de Posse identificado: 22/10/1878.

◆ São Pedro dos Ferros (masculina). Criação: 07/12/1878; 1º Ato de Posse identificado: 14/01/1879.

◆ Abre Campo (feminina). Criação: 07/12/1878; 1º Ato de Posse: Há registro de nomeação, sem data.

◆ Grama (masculina). Criação: 15/10/1880; 1º Ato de Posse identificado: 07/04/1881.

◆ Freguesia da Cidade (masculina). Criação: 18/12/1880; 1º Ato de Posse identificado: 04/12/1881.

↑ Povoado do Urucu (masculina). Criação: 18/12/1880; 1º Ato de Posse identificado: 17/11/1881.

- ↑ Distrito de Piedade (masculina). Criação: 18/12/1880; 1º Ato de Posse identificado: 17/09/1881.
- ↑ Santo Antônio do Matipó (masculina). Criação: 18/12/1880; 1º Ato de Posse identificado: 01/04/1881.
- ↑ Santa Cruz do Escalvado (feminina). Criação: 18/12/1880; 1º Ato de Posse identificado: 31/03/1882.
- ↑ São Pedro dos Ferros (feminina). Criação: 18/12/1880; 1º Ato de Posse identificado: 29/03/1883.
- ↑ Fazenda Amora (Cidade) (masculina). Criação: 18/12/1880; 1º Ato de Posse identificado: 25/01/1881.
- Freguesia do Gramma (feminina). Criação: 13/09/1881; 1º Ato de Posse identificado: 25/01/1882.
- Cachoeira Torta (masculina). Criação: 13/09/1881; 1º Ato de Posse identificado: 09/01/1883.
- Amparo do Serra (feminina). Criação: 17/09/1881; 1º Ato de Posse identificado: 23/12/1881.
- Sant'Anna do Abre Campo (masculina). Criação: 25/10/1881; 1º Ato de Posse identificado: 10/04/1883.
- São João do Matipó (masculina). Criação: 02/11/1882; 1º Ato de Posse identificado: 17/01/1883.
- São José da Pedra Bonita (feminina). Criação: 06/11/1882; 1º Ato de Posse identificado: 10/06/1883.
- São Sebastião do Soberbo (masculina). Criação: 10/10/1883; 1º Ato de Posse identificado: 01/07/1884.

Para melhor visualização da sequência de criação das escolas, elaboramos o quadro a seguir:

Quadro 2: Escolas criadas na região de Ponte Nova durante o Império (1828 a 1930)

	Localidade	Sexo	Data de Criação	Nomeação do primeiro professor	Indício de funcionamento
1	Freguesia de Ponte Nova	Masculino	27/03/1828	14/01/1853 – Antônio Justiniano Fontes	Após nomeação de 2 professores, Carlos Dias de Oliveira assumiu em 01/08/1881.
2	Freguesia de Barra Longa	Masculino	27/03/1828	29/09/1854 – Antônio José da Silva	Em 19/10/1883, José Augusto Rodrigues Ferreira assumiu o cargo de forma vitalícia.
3	Santa Cruz do Escalvado	Masculino	16/05/1838	14/01/1856- João Baptista Pedro de Alcântara	Em 08/07/1873, Felício da Costa Lana foi nomeado definitivamente.
4	Freguesia de Ponte Nova	Masculino	18/11/1844	17/04/1848 – Floriano José de Oliveira	Não foi encontrado nenhum outro registro de nomeação de professor.
5	São Sebastião da Pedra do Anta	Masculino	02/07/1845	05/09/1849- Elias Patrício de Sales	Em 27/04/1889, Antônio Tomé dos

					Santos Flores foi nomeado.
6	Abre Campo	Masculino	23/04/1852	14/01/1853 – Francisco de Almeida Reis	Em 09/09/1891. Archimedes Pereira França foi nomeado.
7	Sant' Ann do Abre Campo	Masculino	22/12/1852	16/06/1874- Hortêncio Péricles Pereira	Não foi encontrado nenhum outro registro de nomeação de professor.
8	Conceição do Casca	Masculino	14/02/1859	14/03/1859- Delfino Clemente Dias Bicalho	Em 08/07/1873. Joaquim Lourenço Machado foi nomeado.
9	Freguesia de Ponte Nova	Feminino	20/08/1859	25/10/1859- Anna Theresa Adelaide Palhares	Em 26/12/1878, Dona Paulina Augusta Mitraud pediu licença do cargo.
10	Freguesia da Cidade	Feminino	04/10/1860	01/06/1870- , Dona Paulina Augusta Mitraud	Em 22/01/1876, Dona Rita de Cássia Alves de Oliveira foi nomeada.
11	N. Senhora do Casca	Masculino	04/10/1860	21/07/1873- Joaquim Lourenço Machado	Em 11/11/1879, Joaquim da Rocha Fiusa tomou posse do cargo.
12	Jequeri	Masculino	04/10/1860	06/09/1873- Firmino Augusto Albuquerque	Em 15/10/1880 essa escola foi transferida para o distrito do Grama.
13	Santa Margarida	Masculino	04/10/1860	01/08/1874- Daniel Martiniano Cerqueira	Daniel Martiniano Cerqueira ficou no cargo até pelo menos em 08/11/1888.
14	Vila de Ponte Nova	Feminino	12/09/1861	28/01/1858- Anna Theresa Adelaide Palhares	Encontramos registros de professores licenciados até o ano de 1873.
15	São Francisco do Vermelho	Masculino	09/12/1867	30/10/1871 – Benjamim Franklin de Miranda	Encontramos registro de funcionamento até o ano de 1882.

16	São José da Pedra Bonita	Masculino	09/12/1867	18/09/1877- Antônio Alves Moreira Ramos	Em 10/07/1885, Manoel Severino Dias foi nomeado.
17	São Loureço do Manhuassu	Masculino	09/12/1867	05/03/1844 – sem nome	Em 29/08/1877, Modesto Lourenço Dias foi nomeado.
18	São Roque da Caratinga	Masculino	09/12/1867	13/11/1876 – sem nome	Em 1891, Francisco de Paula Machado de Costa foi nomeado.
19	Santa Helena	Masculino	09/12/1867	08/03/1878 – Gaspar José Mina Barreto	Em 14/04/1891 José Caetano Magalhães e Silva foi nomeado.
20	São Sebastião da Pedra do Anta	Feminino	22/05/1872	24/05/1872- Dona Bárbara Carlota Sophia de Sousa	Em 12/04/1891, Dona Maria do Espírito Santo foi nomeada.
21	Santa Margarida	Feminino	18/06/1872	18/06/1879- Maria Quitéria da Silva	Não foi encontrado nenhum outro registro de nomeação de professor.
22	Jequeri	Feminino	31/10/1872	27/12/1872- Dona Maria Gerônima da Purificação	Em 06/05/1888, Dona Emiliana Marcelina dos Reis foi contratada.
23	São Pedro dos Ferros	Masculino	07/12/1872	20/02/1879- Francisco Alves de Sousa	Não foi encontrado nenhum outro registro de nomeação de professor.
24	Freguesia de Abre Campo	Feminino	07/12/1872	08/03/1879 – Maria José de Jesus Milagres	Em 23/12/1881, Maria Eugênia de Jesus Rocha foi nomeada.
25	Freguesia da Cidade	Feminino	19/09/1875	10/03/1880 – Dona Rosalina Querubina Luz	Em junho de 1884, Dona Rosalina Querubina Luz ainda ocupava o seu cargo.
26	Freguesia de Barra Longa	Feminino	1875	29/05/1876 – Dona Josefina Duarte Pereira	Tem indícios da permanência de Dona Josefina Duarte Pereira até o ano de 1891.
27	São Sebastião do Sacramento	Masculino	13/10/1877	04/12/1877 – José Teotônio Vieira	Em 01/10/1885, Raimundo Ferreira da Silva assumiu o cargo.

28	Bicudos	Feminino	22/10/1878	22/10/1878 – Dona Francisca de Assis Marcondes	Não foi encontrado nenhum outro registro de nomeação de professor.
29	São Pedro dos Ferros	Masculino	07/12/1878	14/01/1879- Francisco Alves de Souza	Não foi encontrado nenhum outro registro de nomeação de professor.
30	Abre Campo	Feminino	07/12/1878	Maria José de Jesus Milagres – Sem Data	Não foi encontrado nenhum outro registro de nomeação de professor.
31	Gramma	Masculino	15/10/1880	07/04/1881- Francisco Severino Dias	Em 23/08/1883, Luiz Antônio Chaves foi nomeado.
32	Freguesia da Cidade	Masculino	18/12/1880	04/12/1881 – João Maria da Silveira	Não foi encontrado nenhum outro registro de nomeação de professor.
33	Povoado do Urucu	Masculino	18/12/1880	17/11/1881 – Manoel Rufino de Castro	Não foi encontrado nenhum outro registro de nomeação de professor.
34	Distrito de Piedade	Masculino	18/12/1880	17/09/1881 – Francisco Xavier Leite Junior	Em 26/08/1882, Francisco Xavier Leite Junior continuava no cargo.
35	Santo Antônio do Matipó	Masculino	18/12/1880	01/04/1881 – Rodrigo Pereira de Lima	Após nomeação de 3 professores, Gomes Freire de Andrade assumiu o cargo em 27/08/1888.
36	Santa Cruz do Escalvado	Feminino	18/12/1880	31/03/1882- Dona Maria Francisca Campo	Após nomeação de 3 professoras, Dona Maria Francisca Campos reassumiu o cargo em 03/12/1891.
37	São Pedro dos Ferros	Feminino	18/12/1880	29/03/1883 – Philomena Gomes de Carvalho	Após a nomeação de 2 professoras, Dona Ana Júlia Horta assumiu o cargo em 11/06/1889.
38	Fazenda Amora	Masculino	18/12/1880	25/01/1881 – José de	Após a nomeação de 3 professores, Dona

				Oliveira Silveira	Idalina Benvinda Campos assumiu o cargo em 11/06/1889.
39	Freguesia do Gramma	Feminino	13/09/1881	25/01/1882 – Dona Joana Batista Dias	Não foi encontrado nenhum outro registro de nomeação de professor.
40	Cachoeira Torta	Feminino	13/09/1881	09/01/1883 – Agostinho de Melo Bezerra Rego	Em 26/01/1885, Carlos Fernandes de Oliveira foi nomeado.
41	Amparo do Serra	Masculino	17/09/1881	23/12/1881 – Maria José de Jesus Milagre	Até pelo menos em 26/09/1883, Maria José de Jesus Milagre permaneceu no cargo.
42	Samt'Anna do Abre Campo	Masculino	25/10/1881	10/04/1883- Firmino Brígido Peixoto	Após nomeação de 6 professores, Francisco Linhares foi nomeado em 01/04/1842.
43	São João do Matipó	Masculino	02/11/1882	17/01/1883 – Theophilo José Vieira	Após nomeação de 4 professores, Sebastião Pereira Gomes foi nomeado em 23/03/1891.
44	São José da Pedra Bonita	Feminino	06/11/1882	10/06/1883- Joaquina Carla de Souza	Não foi encontrado nenhum outro registro de nomeação de professor.
45	São Sebastião do Soberbo	Masculino	10/10/1883	01/07/1884 – Felisberto Ferreira dos Santos	Em 25/09/1891, Dona Maria Magdalena da Silva foi nomeada.

Fonte: Arquivo Público Mineiro. Quadro elaborado pela pesquisadora

Essas foram as quarenta e cinco cadeiras criadas na região pertencente a Ponte Nova durante o Império. Pode ser possível que uma mesma cadeira, criada em determinada localidade, fosse transferida para outra. Entretanto, não encontramos essa movimentação no período imperial, diferente da república. Com o decorrer dos anos é possível perceber que a maior parte das localidades possuía primeiro uma escola masculina e, depois de um tempo, criava-se uma escola feminina. A única exceção desse caso ocorreu quando encontramos os termos da Freguesia de Ponte Nova, Freguesia da Cidade e Freguesia da Vila de Ponte Nova e

a criação nesses lugares de três escolas masculinas e quatro femininas. A partir da documentação, também não foi possível compreender a localização aproximada de cada um desses locais, mas deduzimos que elas ficavam em um núcleo mais central, onde hoje se localiza a cidade de Ponte Nova.

CAPÍTULO II: É PROCLAMADA A REPÚBLICA! A INSTRUÇÃO ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE PONTE NOVA NOS ANOS INICIAIS DA PRIMEIRA REPÚBLICA (1889-1906)

Neste capítulo, abordaremos o período inicial da Primeira República, marcado pela descentralização política-administrativa dos governos tanto em âmbito nacional, como no estado de Minas Gerais, apresentamos as legislações que instituíram essa descentralização e a sua interferência na instrução escolar de modo geral e na instrução pública de Ponte Nova, de modo mais específico.

2.1. O início do Período Republicano: a descentralização na República e as questões educacionais em Minas Gerais

A proclamação da República no Brasil se originou de várias mudanças econômicas, políticas e sociais, no período da segunda metade do século XIX. Dentre esses acontecimentos se destacaram o início da industrialização do país, a guerra do Paraguai, a abolição da escravatura, a criação do Partido Republicano Paulista, o fim do tráfico negreiro, dentre outros. Com isso, os ideais republicanos ganharam impulso, a partir da adesão de alguns setores da classe média urbana, dos grandes proprietários rurais e dos militares. Assim, em 15 de novembro de 1889, os militares, liderados pelo Marechal Deodoro da Fonseca, tomaram o poder e instauraram o novo regime no país. Entretanto, a maior parte da população, constituída de pobres e analfabetos, não participou do processo, sabendo da mudança somente após a sua efetivação.

Após a proclamação da República Federativa no Brasil, o ideal de renovação se instaura a partir das várias críticas ao regime imperial, considerado atrasado, sendo comparado ao período colonial e relacionado com a escravidão. De acordo com Oliveira *et al* (2015, p. 187), o novo governo passa a ser associado à ideia de modernização⁹⁹, que pretendia “reformular, regenerar, instruir, moralizar, integrar e civilizar” a sociedade e o país. A instrução escolar no início do período republicano ficou no centro dos debates governamentais, como uma forma de legitimação desse novo regime político. Esse ideário só se efetivaria com a participação popular no novo governo. Entretanto, segundo Diniz (2012), o cidadão que os mentores da República idealizavam era diferente do cidadão real, que em maior parte era analfabeto, e sem sentimento

⁹⁹ A modernização é a ruptura com o passado por meio do impulso de criação capaz de transformar o mundo; é resultado da dialética do capitalismo, da qual advém o avanço das forças produtivas e a formação de uma nova consciência que possibilita a construção de novos valores, novos comportamentos e novos interesses. (EUGÊNIO, Alisson. 2015, p. 129).

nacionalista. Por isso, não bastava apenas reformar o governo, mas antes de tudo, alterar o hábito dos brasileiros, nesse novo molde sócio político.

Quando é aprovada a primeira Constituição Republicana do Brasil¹⁰⁰, em 1891, os ideais liberais de instituição do regime federalista se fizeram presentes na sua elaboração. Essa nova configuração política do país gerou uma descentralização política e administrativa do governo, e os estados ganharam autonomia para regerem os seus territórios. Segundo Novaes e Fialho (2010), essa descentralização representou a ideia de transferência de poder e da distribuição de atribuições e responsabilidades do nível central para os níveis intermediários e periféricos de uma estrutura de governo. Essa descentralização fez com que se ampliasse o poder das oligarquias rurais do Brasil, intensificando o fenômeno conhecido como coronelismo, em que os interesses privados sobrepunham-se aos interesses públicos.

O coronel era um grande proprietário de terra que possuía poder econômico, bem como prestígio social. Assim, ele detinha uma grande influência sobre a população de sua região, estabelecendo filiações com políticos estaduais para angariar votos, recebendo em troca o auxílio desses políticos na manutenção de seus privilégios¹⁰¹. Esse poder das oligarquias rurais gerou a “política do café com leite” que perdurou durante toda a Primeira República: os estados de São Paulo e Minas Gerais, maiores potências agrárias do país na época, fizeram um acordo de eleger de forma alternada, um representante de cada estado como presidente do Brasil.

A partir da proclamação do regime republicano, instaura-se um contexto de modernização no Brasil, a instrução escolar ganhou espaço em discursos políticos, sendo considerada um instrumento fundamental para a concretização dos planos pretendidos pela nova forma de governo. De acordo com Nogueira e Gonçalves (2015), a educação pública emergiu como uma questão essencial para que se construísse um estado republicano, tendo como princípios a democracia, cidadania e a civilização do povo. Existia um anseio por uma educação “capaz de formar o cidadão republicano, incutindo-lhe os novos valores sociais e políticos, seus direitos e deveres, dotando-o de um poder de decisão fundado na razão e no discernimento” (NOGUEIRA; GONÇALVES, 2015, p. 202).

Essa primeira Constituição Republicana do Brasil teve influência dos ideais liberais, com relação a instituição do regime presidencialista e federalista, além de ampliar o regime representativo, mesmo mantendo a exclusão de classes populares. Sobre o termo descentralização, Novaes e Fialho (2010) explicam que:

¹⁰⁰ BRASIL. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro, 1891.

¹⁰¹ JANOTTI, 1891. p. 7.

[...] embora incidam diversas perspectivas de análise sobre o termo descentralização, há certa convergência quando se refere à estreita relação que esse termo mantém com a transferência de poder para tomar decisões. Parece haver consenso quando, em linhas gerais, se trata de caracterizar a descentralização a partir da transferência de poder e da distribuição de atribuições e responsabilidades, do nível central para os níveis intermediários e periféricos de uma estrutura de governo e organizacional¹⁰².

Sobre a organização dos municípios, o artigo 75 da Constituição estadual determinou entre outras coisas, que:

§II - A administração municipal inteiramente livre e independente em tudo quanto respeita ao seu peculiar interesse, será exercida em cada município por um conselho eleito pelo povo, com a denominação de Câmara Municipal.

§IV - O orçamento municipal, que será anual e votado em época prefixada, a polícia local, a divisão distrital, a criação de empregos municipais, a instrução primária e profissional, a desapropriação por necessidade ou utilidade do município e a alienação de seus bens, nos casos e pela forma determinada em lei, são objetos de livre deliberações das câmaras municipais, sem dependência de aprovação de qualquer outro poder, guardadas as restrições feitas nessa Constituição.

§ VI - O governo do Estado não poderá intervir em negócios peculiares do município, senão no caso de perturbação da ordem pública.

Esta legislação representou uma ampliação do poder descentralizador, pois os municípios mineiros passaram a ter autonomia para administrar o seu território. Porém, Carvalho e Carvalho (2012) afirma que essa autonomia acabou resultando no agravamento das disparidades educacionais entre estados e regiões do país.

Em 28 de outubro de 1891, o legislativo mineiro aprovou a Lei número 2, sobre a organização municipal no estado. Ela determinou que os distritos seriam geridos pelos Conselhos Distritais, compostos de três a cinco conselheiros eleitos pela população local. Dentre suas competências, constam no artigo 54 da referida lei as seguintes:

2º - Promover e auxiliar, pelo menos ao seu alcance, a fundação de escolas de instrução primária, sujeitas a inspeção do seu agente executivo e ao regulamento da Câmara Municipal, criar estabelecimentos de beneficência para asilo de indigentes, doentes incuráveis, recolhimento de expostos e quaisquer outros fins humanitários. [...]

12º - Criar empregos necessários para os serviços especiais do distrito, nomear para ele empregados, mediante proposta do agente executivo distrital¹⁰³.

¹⁰² NOVAES, Ivan Luiz; FIALHO, Nadia Hage. Descentralização educacional: características e perspectivas. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*. Goiânia, v. 26, n. 3, set./dez. 2010. P. 45. Disponível em: < <http://seer.ufrgs.br/rbpae/article/viewFile/19800/11538>>. Acesso em: 12 de dezembro de 2018.

¹⁰³ MINAS GERAIS. Lei nº 2, 1892. Apud PEREIRA, Roberta Geraldo. *Do Império à República : história e educação no município de Ubá-MG (1831-1930)*. Viçosa, MG, 2017

A partir dessas determinações constatamos que os governos distritais tinham a obrigação de contribuir com o ensino público primário em seus territórios, sendo fiscalizados pelo governo municipal. Ou seja, a descentralização do governo atingiu também a instrução pública escolar do estado.

De mesma forma, a Lei número 2 atribuiu autonomia política e financeira aos distritos para administrarem os seus recursos pela primeira vez. Determinou também que a administração política do município ficaria a cargo da Câmara Municipal, tendo cada distrito um membro como representante.

Diniz (2012) aponta que os distritos também adquiriram certa autonomia na arrecadação de verbas e no seu investimento. Assim, a Lei número 2, de 1892 atribuiu pela primeira vez, autonomia política e financeira aos distritos, além da liberdade de ação para as Câmaras Municipais. Entretanto, as consequências dessa ação não foram tão positivas quanto se esperava, principalmente porque os governantes locais não tinham uma “maturidade política”, conforme afirmou Diniz (2012), para lidar com o modelo descentralizado, pois objetivavam sempre os seus próprios interesses. Por isso, algumas decisões dos governos municipais foram anuladas pelo legislativo mineiro, que tentava controlar os abusos de poderes locais.

No ano de 1892 foi aprovada a Lei número 41, de 03 de agosto¹⁰⁴, que organizou a instrução pública no Estado. O primeiro capítulo versou sobre a direção, administração e inspeção do ensino, que deveriam ser desempenhados pelo Conselho Superior, pelos Inspectores Escolares Ambulantes, pelos Conselhos Escolares Municipais e Conselhos Escolares Distritais. A lei determinou que o Conselho Superior teria sua sede na capital do estado, com função administrativa, relacionada aos métodos, programas, materiais, regimentos e reforma no ensino; e função disciplinar para julgar e penalizar professores e inspetores ambulantes, se necessário. Estes inspetores ambulantes eram os agentes do governo encarregados de fiscalizar as escolas, dentre outras funções¹⁰⁵, sendo nomeados por concurso público.

Os Conselhos Municipais de ensino ficavam na sede de cada município e eram responsáveis por inspecionar as aulas no distrito sede que eram mantidas pelo Estado, bem como nas particulares, organizar as estatísticas das escolas situadas no município, instituir um

¹⁰⁴ MINAS GERAIS. Lei 41, de 03 de agosto de 1892. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completanovamin.html?tipo=LEI&num=41&comp=&ano=1892&texto=original>. Acesso: 01/09/2018.

¹⁰⁵ “Ao inspetor também competia fazer e executar as determinações do conselho municipal; nomear professores provisórios e substitutos; conceder licenças, repreender os docentes de sua comarca por faltas na execução de seus deveres; nomear examinadores para as escolas públicas e as subvencionadas na sede do município, além de presidir os exames; fiscalizar os exames das escolas particulares e públicas; conceder certificados aos alunos aprovados, dentre outros”. (MINAS GERAIS, Lei 41, de 03 de agosto de 1892, art. 27).

caixa municipal para ajudar na instrução escolar de alunos pobres, prestar contas ao governo, propor a criação de novas instituições, suprimir as escolas que não tivessem frequência legal e nomear cidadãos para compor o Conselho Distrital, onde não houvesse eleições para o cargo. Os Conselhos Distritais tinham a mesma função do municipal, sendo formados por três membros, eleitos juntamente com os vereadores.

O surgimento desses conselhos ocorreu devido ao caráter descentralizador do ensino. Seus membros eram cidadãos locais, eleitos pela população dos municípios e distritos. Dessa forma, lhes foi atribuída a autonomia sobre questões ligadas à organização, inspeção e funcionamento das escolas. Entretanto, esses conselhos não existiram por muito tempo, visto que em 1897, pela Lei número 221, de 14 de setembro, foram suprimidos, sendo substituídos pelos inspetores municipal e distrital, nomeados pelo Presidente do Estado. Essa ação marca a retomada da centralização do governo estadual com relação às questões ligadas à organização e funcionamento das escolas.

A Lei número 41, de 1892, ainda estabeleceu em seu artigo 53, a gratuidade do ensino primário para ambos os sexos, dos sete aos treze anos, sendo responsabilidade do Estado, mas também dos pais, patrões, tutores e protetores. Houve ainda determinações sobre a classificação das escolas em rurais e distritais, sobre número mínimo de alunos e sobre o currículo¹⁰⁶.

Com relação ao orçamento, o artigo 331 deliberou que o governo estadual ficaria autorizado a realizar operações de crédito de até 330.000 réis anuais para o financiamento de construções de prédios para escolas primárias estaduais e aquisição de mobílias para essas escolas. O governo de Minas Gerais, devido à grande população e aos gastos dela decorrente, compartilhou com os municípios estas responsabilidades financeiras. As câmaras municipais ficariam responsáveis por contribuir com metade das despesas gastas na construção de prédios escolares e compra de mobília para as escolas. Como alternativa de solução dos problemas financeiros, o artigo 334 reafirmou a liberdade da iniciativa privada no ensino primário, superior e técnico. O objetivo, segundo Gonçalves Neto (2012, p. 39) era “oferecer escolas à população, independentemente de sua origem pública ou privada, estadual ou municipal, leiga ou religiosa”.

No ano de 1899, o poder legislativo de Minas Gerais aprovou a Lei número 281, de 16 de setembro que deu nova organização à instrução primária do estado. Ela determinou a abolição de algumas escolas rurais, estipulou o número de escolas na cidade, de acordo com o número da população e a relevância da localidade, fez referências sobre as escolas mistas e

¹⁰⁶ MINAS GERAIS, Lei 41, de 03 de agosto de 1892, artigos 53, 73, 75, 76, 77, 81 e 82.

legislou sobre a figura do professor efetivo. A lei criou também o cargo de inspetores escolares extraordinários que auxiliariam os demais inspetores, mas não fez nenhuma referência à iniciativa privada de ensino. Gonçalves Neto (2012, p. 41) aponta que o governo de Minas Gerais foi reduzindo, aos poucos, a participação municipal nas questões ligadas à instrução escolar no estado. Ele afirma que a autonomia dos municípios mineiros durou mais de uma década, entre 1889 a 1906.

A descentralização do governo de Minas Gerais, a partir da concessão de autonomia política e financeira aos municípios e distritos não teve só consequências positivas, como se esperava. De acordo com Silveira Neto (1976, p. 100), entre 1891 a 1903, o estado mineiro foi “mais distritalista que propriamente municipalista, pois os distritos [...] contavam com os conselhos distritais, que eram verdadeiras mini-câmaras”, sendo que o objetivo dos políticos era transformar o estado em “uma pequena república, em miniatura”. Entretanto, Silveira Neto (1976) afirma que os governantes locais não possuíam a maturidade política necessária para atuar em um modelo descentralizado, como o proposto pelos legisladores mineiros. Ou seja, de forma geral, todo o sistema político de Minas Gerais estava atrelado a um jogo político local, que fornecia suporte à suas ações. Isso fez com que essa autonomia local resultasse em diversos abusos no exercício legislativo distrital.

Como demonstrado no primeiro capítulo desse trabalho, a instrução na província de Minas Gerais no fim do regime imperial demonstrava graves problemas como baixas aprovações de alunos e taxas de frequência. Essas dificuldades impediam o progresso do ensino escolar na província. Os dados disponíveis no Anuário Estatístico de Minas Gerais (1925, p. 66) para o ano de 1890, demonstram que Minas tinha uma população de 3.184.093 pessoas, sendo que 89,5% eram analfabetos, ou seja, 0,5% a mais que no censo anterior de 1872. Isso demonstra que pouco foi alterado em termo de acesso à instrução escolar, no período entre os dois censos.

Ainda segundo o Anuário, no ano de 1900, o governo de Minas sancionou o decreto nº 1.353, de 17 de janeiro, que determinou o número de escolas primárias no estado. Este demonstra que existiam 1.410 escolas de instrução primária, sendo 206 mistas, 594 femininas e 610 masculinas. Ao comparar com os dados do ano de 1890, quando havia um total de 1.938 escolas, percebemos que em 1900 houve uma redução de 27,2%, ou 528 escolas a menos. Isso nos mostra que essa diminuição foi contrária ao crescimento populacional do estado, que foi de 11,4% no mesmo período. Entendemos que isso representou uma considerável taxa de analfabetos no estado. Assim, consideramos o ideário de difusão de instrução escolar para todos, defendida pelos republicanos, ainda estava longe de ser efetivado.

Os problemas trazidos pela ampla descentralização fizeram com que os legisladores mineiros reduzissem a autonomia dos governos locais em 1903. O período de descentralização do ensino teve fim, em termos legais no ano de 1906, a partir da Lei número 429 de 28 de setembro, conhecida Reforma João Pinheiro, que autorizou o governo a reformar o ensino primário, normal e superior do Estado e deu outras providências.

2.2. A legislatura de Ponte Nova nos primeiros anos da República e a descentralização do ensino

Para a elaboração desse tópico, foram lidas as atas das reuniões da câmara municipal de PN no período de 1890 a 1906. Assim como no período imperial, durante a república, não havia um número padronizado de reuniões realizadas. O número de sessões anuais variou de sete em 1904 à quarenta e duas, em 1892. O ano com maior número de encontros foi 1901 com vinte e nove. O ano com menor número foi 1904 com sete reuniões. A ausência nas sessões era algo tão recorrente em alguns anos, que chegava a superar o número das reuniões realizadas. Em 1902, por exemplo, aconteceram treze reuniões, ao passo que trinta e dois encontros foram adiados por falta de quórum¹⁰⁷.

O início do período republicano, embora nacionalmente importante, não provocou impactos imediatos na cidade de Ponte Nova. Nas Atas da Câmara Municipal não se encontrou nenhum indício de que a mudança de regime fosse discutida no âmbito do município. Na sessão do dia 21 de Novembro de 1889, seis dias após a Proclamação da República, a câmara se inteira dos fatos e registra em ata o seu comunicado oficial:

Acaba de instituir no país, concorrendo assim e de um modo mais saliente para a consolidação da forma democrata do governo do povo e para o povo que é a República Federativa dos Estados Unidos do Brasil. Grande acontecimento do dia 15 – adere a nova forma de governo com toda efusão da alma. É um movimento nacional que inaugurou no nosso país o Regime Republicano, aplaudindo de todo coração o civismo e a coragem do nosso povo exército armado, com toda efusão manifestar o dedicado apoio ao Governo Provisório¹⁰⁸.

O ano de 1892 representou muito para a história política do município. A primeira eleição dos vereadores distritais possibilitou uma maior representatividade da Câmara, que além daqueles vereadores eleitos no Distrito Sede (Ponte Nova), passava a ter um representante

¹⁰⁷ Para mais exemplos, ver a tabela *Quantidade de reuniões por ano da Câmara Municipal de Ponte Nova*, no anexo 3.

¹⁰⁸ ATA DO LEGISLATIVO. Reunião do dia 21 de Novembro de 1889. Livro 5, p. 216 e 217.

de cada um dos seus distritos¹⁰⁹, neste mesmo ano. A partir das atas oriundas das reuniões da Câmara, percebemos que a partir da Proclamação da República, o legislativo de Ponte Nova discutia além de suas diretrizes mais comuns, temas relacionados ao meio ambiente¹¹⁰, à saúde pública, a necessidade de conservação das águas e a garantia de tratamento para doentes¹¹¹. Dessa forma, objetivamos descobrir se juntamente com essas novas ações, a Câmara tomou também iniciativas no campo educacional.

Nos anos seguintes à Proclamação da República, essas novas ações foram aumentando. Mais precisamente, a partir do mês de abril de 1892¹¹², a câmara se debruçou na construção de um Estatuto Municipal. As atas não definiram com clareza o que representaria esse estatuto, mas pelas suas determinações o entendemos como uma reformulação das antigas posturas municipais, sendo responsável por regras e comportamentos que a população deveria seguir, principalmente com relação à higiene¹¹³. Retomamos aqui a ideia do *município pedagógico*, pois esse estatuto também representa uma forma de controlar, educar e civilizar os habitantes de Ponte Nova.

As atas não determinaram até quando esse estatuto ficou em vigor, mas em diversas delas aparecem a proibição de comportamentos e ações que deixava transparecer uma imagem de não civilidade e atraso no município. Em 1892¹¹⁴, por exemplo, além das várias prescrições sobre higiene e aparência das casas, proibiu-se também deixar cães vagando pelas ruas. No decorrer dos anos, essas proibições foram reiteradas, indicando, novamente, que muitas das determinações não eram cumpridas assim, de imediato.

Nos anos iniciais da República surgem muitas representações de habitantes dos distritos do município, pedindo a construção de escolas em suas localidades. A primeira ocorreu em 16 de janeiro de 1893, quando os habitantes do lugar denominado Lages solicitaram a instalação de uma escola de primeiras letras, tendo recebido parecer favorável da câmara¹¹⁵. É nesse período também que encontramos referências diretas à intenção de se criar escolas municipais, a partir de um Projeto de Lei apresentado em 30 de maio de 1893¹¹⁶, em que foram designados os lugares em que deviam funcionar essas escolas. A exigência de criação de escolas pela

¹⁰⁹ Sede, Piedade, Conceição do Casca (atual Rio Casca), Santa Cruz (atual Santa Cruz do Escalvado), Urucu (atual Urucânia), Grotta (atualmente é um distrito da cidade de Jequeri), Amparo do Serra, Ferros (atual São Pedro dos Ferros), Jequeri, Rio Doce e Vau Açu (continua sendo um distrito da cidade de Ponte Nova).

¹¹⁰ ATA DO LEGISLATIVO. Reunião do dia 16 de Dezembro de 1889. Livro 5, p. 220.

¹¹¹ ATA DO LEGISLATIVO. Reunião do dia 29 de Outubro de 1891. Livro 5, p. 276,277 e 278

¹¹² ATA DO LEGISLATIVO. Reunião do dia 19 de Abril de 1892. Livro 6, p. 6.

¹¹³ ATA DO LEGISLATIVO. Reunião do dia 25 de Julho de 1892. Livro 6, p. 46.

¹¹⁴ ATAS DO LEGISLATIVO. Reuniões do ano de 1892. Livro 6, p. 1 a 106.

¹¹⁵ ATAS DO LEGISLATIVO. Reunião dos dias 16 e 17 de Janeiro de 1893. Livro 6, p. 109 e 113.

¹¹⁶ ATAS DO LEGISLATIVO. Reunião do dia 30 de Maio de 1893. Livro 6, p. 144.

câmara, apesar de demonstrar uma atitude de autonomia, não garante por si só, o funcionamento efetivo dessas escolas

Em 15 de setembro de 1893¹¹⁷, por exemplo, a Câmara discutiu, durante a sessão, a situação das escolas que foram criadas, mas ainda não funcionavam, em razão da falta de um local próprio. As atas do ano de 1892 trazem referências ao regime tributário municipal, como o documento regulador do orçamento municipal. No dia 20 de outubro deste ano¹¹⁸, aparece nas atas menções sobre gastos com escolas. Em 1889, foi possível encontrar o valor anual das despesas com escolas municipais: 1:000\$648 réis¹¹⁹. Outros dados coletados sobre despesas com educação em orçamento foram na ata de 29 de setembro de 1894¹²⁰, na qual o ordenado dos professores municipais foi elevado à 800\$000 réis anuais e na de 01 de fevereiro de 1895, onde o governo enviou 500\$000 réis para aquisição de mobílias para as escolas públicas e 150\$000 réis para pagar alguns professores¹²¹.

A partir do livro de orçamentos, do Arquivo Municipal de Ponte Nova, conseguimos descobrir os investimentos anuais da câmara com as escolas existentes na região, incluindo as municipais. O quadro 3 a seguir nos mostra o investimento anual com escolas do município de Ponte Nova no período de 1894 a 1906. Tentamos encontrar na documentação analisada as informações relacionadas ao orçamento total do município. Entretanto, somente o livro sobre gastos com escolas foi encontrado¹²². Sendo assim, não foi possível comparar o orçamento escolar com o total. Em geral, os gastos eram feitos com ordenado de professores, transporte e manutenção de mobílias escolares.

Quadro 3: Investimentos escolares anuais pela Câmara Municipal de Ponte Nova (1894- 1906)

Ano	Orçamento
1894	3:600\$000
1895	7:800\$000
1897	8:800\$000
1898	14:411\$000
1899	16:000\$000
1900	10:100\$000

¹¹⁷ ATAS DO LEGISLATIVO. Reunião do dia 15 de Setembro de 1893. Livro 6, p. 166.

¹¹⁸ ATAS DO LEGISLATIVO. Reunião do dia 20 de Outubro de 1892. Livro 6, p. 80.

¹¹⁹ ATAS DO LEGISLATIVO. Reunião do dia 01 de Fevereiro de 1889. Livro 7, p. 90.

¹²⁰ ATAS DO LEGISLATIVO. Reunião do dia 29 de Setembro de 1894. Livro 6, p. 247.

¹²¹ ATAS DO LEGISLATIVO. Reunião do dia 01 de Fevereiro de 1895. Livro 7, p. 90.

¹²² Provavelmente havia um livro municipal destinado para o orçamento geral do município, mas este não foi localizado no Arquivo Municipal,

1901	10:000\$000
1902	10:000\$000
1904	10:000\$000
1905	5:600\$000
1906	5:500\$000

Fonte: Livro auxiliar de despesa (1893-1906),
Arquivo Municipal de Ponte Nova. Quadro
elaborado pela pesquisadora

O quadro nos mostra uma disparidade entre os investimentos ao longo dos anos. O ano de 1905 nos mostra uma grande queda se compararmos aos anos anteriores. A nossa principal hipótese para essa mudança é a de que o Orçamento Municipal diminuiu e, conseqüentemente o investimento em educação diminuiu também. Entretanto, precisaríamos analisar outros livros de despesas do município para validar nossa hipótese, mas isso não foi possível devido à ausência dessas fontes.

Em 24 de outubro de 1892, a comissão de Instrução Pública apresentou um parecer sobre o Projeto nº 11, que regulou o ensino municipal. Infelizmente não localizamos todo o conteúdo desse projeto, sendo possível encontrar apenas as emendas que lhes foram anexadas a partir das reuniões:

Emenda ao artigo 2º - em vez de 15 o número da frequência legal, diga-se 20.
Emenda ao artigo 26º - o ano escolar deve começar em 06 de Fevereiro e terminar em 15 de Dezembro. Emenda ao artigo 29º - em vez de dez horas e meia para descanso, diga das onze horas e meia até meio dia ¹²³.

Depois dessas alterações, o projeto foi aprovado em 25 de novembro de 1892¹²⁴. Dessa forma, percebemos certa autonomia da câmara, ao normatizar o ensino das escolas pertencentes ao município.

No dia 19 de dezembro de 1893, tem-se a primeira referência à forma de contrato de professores para lecionar nas escolas existentes. As atas trazem algumas informações sobre o concurso realizado para a contratação de professores:

Senhor presidente submete à apreciação da Câmara os papéis orçamentários ao concurso das cadeiras de instrução primária a que se procede no dia primeiro do corrente mês. Tendo sido julgados, habilitarão os “opositores” Alcides Sudário de Sousa e Maria Eduarda de Souza, a primeira pertencendo com nomeação para a cadeira do lugar denominado Pirraça¹²⁵, na Freguesia do Jequeri. A segunda para Usina de Anna Florência, nessa Freguesia.

¹²³ ATAS DO LEGISLATIVO. Reunião do dia 24 de Outubro de 1892. Livro 6, p. 92.

¹²⁴ ATAS DO LEGISLATIVO. Reunião do dia 25 de Outubro de 1892. Livro 6, p. 95.

¹²⁵ Atualmente denominado Piscamba, distrito de Jequeri.

Resolveu a câmara, de conformidade com a Lei nº 12 de 04/11/1892 (art 12) delegar ao senhor presidente, a atribuição de nomear e titular os opositores¹²⁶.

Segundo as Atas do Legislativo, o professor que estivesse titulado pela Câmara Municipal, exerceria o magistério por três meses, em alguma cadeira determinada. Quando acabasse esse prazo, o professor seria convidado a prestar um concurso, para então exercer o trabalho permanentemente. Em caso de reprovação, ele seria substituído por outro professor. Onde houvessem dois professores titulados habilitados, ficaria nomeado aquele que possuísse o maior número de alunos aprovados durante o seu exercício. Na ata do dia 15 de maio de 1894¹²⁷, entretanto, foi encontrada uma nomeação interna (feita pela Câmara) e provisória, de um professor, para a localidade de Lages. Essa contratação teve como justificativa uma urgente necessidade de funcionamento de uma cadeira municipal, bem como a possibilidade de convocar o candidato que havia sido aprovado no último concurso, realizado em 27 de fevereiro do mesmo ano¹²⁸. Dessa forma, entendemos que ação não parece ter sido um caso isolado, pois essa forma de contratação por compadrio e indicação era o que mais ocorria. Ou seja, comumente vemos a contratação de funcionários sem a realização de um concurso de fato.

Um único livro sobre concursos para cargos municipais do período de março de 1908 a março de 1921 foi encontrado no Arquivo Municipal da cidade de Ponte Nova. Embora seja essa a única documentação encontrada, que trata exclusivamente das formas de contratação de professores, deduzimos que a realização desses concursos já existiam antes, pois algumas referências a eles foram detectadas nas atas. Entretanto, essas informações não trazem mais detalhes de como esses concursos eram realizados de fato. O livro traz as informações sobre três concursos para a contratação de professores para as escolas do município¹²⁹, onde estabelecia as exigências para os candidatos. O concurso possuía uma prova oral, que avaliava se o candidato sabia ler, escrever e contar, bem como exigia que tivesse noções de Escrituração Geográfica do Estado, especialmente do município. A prova escrita avaliava principalmente a capacidade do candidato de redigir uma carta.

Ocorreu ainda outra forma de contratação de professores, como nos mostra a ata do dia 16 de julho de 1894:

O presidente informou à câmara que foi posta em concurso a cadeira da Escola Municipal da Província de São José de Oratórios e, não tendo aparecido

¹²⁶ ATAS DO LEGISLATIVO. Reunião do dia 19 de Dezembro de 1893. Livro 6, p 178 e 179.

¹²⁷ ATAS DO LEGISLATIVO. Reunião do dia 15 de maio de 1894. Livro 6, p. 209.

¹²⁸ Apesar dessa constatação estar presente na ata da reunião do dia 15 de maio de 1894, não encontramos outras referências sobre esse concurso na documentação.

¹²⁹ O primeiro, na data de 10 de abril de 1912 para a Escola Municipal do Vau Assu; O segundo, na data de 15 de janeiro de 1915 para a localidade de Vargem Grande e o terceiro, na data de 22 de fevereiro de 1917, para as localidades do Vau Assu e Pontal.

candidatos a mesma em virtude do requerimento que lhe foi apresentado pela professora pública em disponibilidade, D. Maria José de Jesus Milagre, a nomeou inteiramente para ocupar a referida cadeira até que seu ato fosse aprovado pela câmara para nomeá-la definitivamente na forma da lei. Resolveu pela nomeação efetiva a professora ora interina da referida povoação¹³⁰.

Esses relatos encontrados nas atas e aqui apresentados foram as maneiras existentes de contratação de professores durante a república no município de Ponte Nova.

Nos anos de 1897 e 1898 localizamos nas atas várias discussões relativas à criação e transferências de escolas em diversas localidades. São discutidos projetos de criação de escolas em São Bento¹³¹, na sede do distrito de Jequeri¹³², no Patrimônio de Bicudos¹³³, na Tapera¹³⁴, no distrito do Grota¹³⁵ e na sede do distrito dos Ferros¹³⁶. Sobre as transferências de escolas nesses anos, encontramos as discussões de projetos que transferem a escola do Vau Assu para a Barra da Onça¹³⁷, do Paço Grande para Santa Cruz¹³⁸ e da Escola Municipal de Pirraça para a sede do distrito de Jequeri¹³⁹. Tudo indica que essa movimentação está relacionada com a fiscalização das escolas que não apresentassem frequência legal, exigido pela lei estadual, mas também pela municipal¹⁴⁰. Muitas vezes, as escolas eram criadas com determinado número de alunos, mas com o passar do tempo esse número diminuía e deixava de atender às determinações legais para o funcionamento das mesmas.

Em 18 de setembro de 1901¹⁴¹, a Câmara criou o cargo de Inspetor Escolar Municipal, que ajudaria nesse controle das escolas e do número de alunos. A frequência dos alunos era verificada e atestada pelos inspetores escolares, que autorizavam o Agente Executivo a regulamentar a prova de frequência. Havia também um prêmio para o professor que mantivesse o maior número de alunos. Os professores municipais, cujas escolas tivessem frequência inferior a vinte e superior a quinze alunos teriam apenas o ordenado¹⁴², sem a gratificação. Assim, percebemos as estratégias do município em manter um determinado número de alunos

¹³⁰ ATAS DO LEGISLATIVO. Reunião do dia 16 de julho de 1894. Livro 6, p 220.

¹³¹ ATAS DO LEGISLATIVO. Reunião do dia 27 de Janeiro de 1897. Livro 8, p 10.

¹³² ATAS DO LEGISLATIVO. Reunião do dia 12 de Junho de 1897. Livro 8, p 26.

¹³³ ATAS DO LEGISLATIVO. Reunião do dia 10 de Setembro de 1897. Livro 8, p 46.

¹³⁴ ATAS DO LEGISLATIVO. Reunião do dia 03 de Setembro de 1898. Livro 8, p 129.

¹³⁵ ATAS DO LEGISLATIVO. Reunião do dia 12 de Outubro de 1898. Livro 8, p 135.

¹³⁶ ATAS DO LEGISLATIVO. Reunião do dia 13 de Outubro de 1898. Livro 8, p 142.

¹³⁷ ATAS DO LEGISLATIVO. Reunião do dia 27 de Janeiro de 1897. Livro 8, p 10.

¹³⁸ ATAS DO LEGISLATIVO. Reunião do dia 09 de Setembro de 1897. Livro 8, p 42.

¹³⁹ ATAS DO LEGISLATIVO. Reunião do dia 09 de Setembro de 1897. Livro 8, p 44.

¹⁴⁰ ATAS DO LEGISLATIVO. Reunião do dia 14 de outubro de 1898. Livro 8, p. 145.

¹⁴¹ ATAS DO LEGISLATIVO. Reunião do dia 18 de setembro de 1901. Livro 8, p. 378.

¹⁴² Nas atas, o ordenado era o salário do professor. A gratificação seria o que ele receberia para além do salário, como um prêmio de produtividade.

nas escolas, colocando grande responsabilidade nos professores, devido a essa fiscalização determinada pelo governo estadual.

Assim como a Câmara Municipal, os Conselhos Distritais também exerciam influência nas questões educacionais. Em uma das reuniões, no então distrito de Jequeri, criou-se uma cadeira de instrução primária para o sexo masculino, com as normas já bem estabelecidas:

Esta escola deverá funcionar do dia 1º de Janeiro de 1903 em diante; O professor, para rege-la deve se habilitar por concurso em exame, cuja comissão examinadora será nomeada pelo Presidente do Conselho, e, além disso, ser de reconhecida moralidade; Os vencimentos dos professores serão de 720\$000 réis anuais; Na falta de regulamento de ensino distrital, o professor observará o regulamento municipal, excetuando as férias que serão de 15 dias, começando no dia 22/12 e terminando no dia 06/01 de cada ano; O pagamento dos honorários do professor só poderá ser efetuado a vista dos documentos do delegado de instrução pública, que ateste exato cumprimento de dever; O professor nomeado só poderá ser demitido por falta de regularidade no cumprimento de seus deveres”¹⁴³.

Essas informações recolhidas a partir da análise das atas das reuniões da Câmara Municipal de Ponte Nova, nos permite perceber a influência da descentralização no âmbito municipal. Percebemos a autonomia do município a partir de algumas ações inovadoras, como a criação de um Estatuto Municipal com determinações a serem seguidas, bem como da inclusão dos vereadores distritais. No campo educacional pudemos ver que o poder municipal já propunha determinações para os professores com relação à criação e transferências de escolas, bem como à criação do cargo de Inspetor Escolar que viabilizou ainda mais a manutenção do controle pelo município, o que nos permite uma relação ao conceito de *município pedagógico*.

2.3. As fontes do Arquivo Público Mineiro sobre a instrução pública de Ponte Nova nos anos iniciais da República (1889-1906)

No primeiro capítulo dessa pesquisa elaboramos um quadro pedagógico de criação e funcionamento das escolas existentes na região de Ponte Nova. Chegamos em fins do Período Imperial com o número de quarenta e cinco escolas. Entretanto, vimos com o passar dos anos a diminuição desse número, haja vista que a emancipação política de algumas cidades vão ocorrendo. Por isso, tivemos o interesse e a necessidade de investigar quais dessas cadeiras sobreviveram durante a República. Os documentos do Arquivo Público Mineiro indicam que

¹⁴³ ATAS DO CONSELHO DISTRITAL DE JEQUERI. Reunião do dia 22 de agosto de 1902. Livro 4, p. 117.

os dois anos após a Proclamação da República (1890 e 1891), o agora estado de Minas ainda criava escolas. Pensamos que esse fato se deu por ser este ainda um período de transição entre o Império e a República, já que um regime político não se transforma de um dia para o outro.

Assim como no primeiro capítulo, tentaremos trazer aqui uma ordem de criação e de funcionamento das escolas da região do município. O que fizemos até aqui foi encontrar a data de criação da escola e a partir daí investigar a primeira data de nomeação de professor como um ato indiciário do início de funcionamento daquela instituição. A investigação assim, foi possível, porque os dados encontrados na documentação do Arquivo Público Mineiro nos permitia esse caminho para a pesquisa. Entretanto, o período agora analisado (1889 a 1906) e todo o período da República não conta com quase nenhuma documentação do Arquivo Público Mineiro. A descentralização acaba interferindo nessa questão, pois a partir daí a câmara parece assumir mais as questões educacionais do município. A partir desse momento, em que não temos mais os dados organizados pelo APM, tivemos que ir costurando as informações encontradas no Arquivo Municipal de Ponte Nova. Novamente, é importante esclarecer que devido a essas lacunas, não foi possível explorar todos os anos abarcados pela pesquisa, mas somente aqueles sobre os quais conseguimos dados e informações documentais.

No Arquivo Público Mineiro encontramos poucos livros com data posterior à Proclamação da República¹⁴⁴. Somente um desses contém datas de criação e funcionamento de escolas, enquanto os demais nos apresentam o número de cadeiras existentes por ano no município.

Dessa forma, os anos de 1890 e 1891 foram marcados pela criação de sete escolas na região de Ponte Nova. Em virtude de um Ato do Governo estadual, em 23 de abril de 1890 foram criadas duas escolas: uma no Distrito de Sant'Anna e outra em São José do Manhuassu. Não encontramos nenhum registro de nomeação de professores para esta primeira escola, não sendo possível acreditar no seu funcionamento. Já a segunda, localizamos Dona Deodolina Maria de Jesus, nomeada em 30 de abril do mesmo ano, para esta cadeira mista¹⁴⁵. Encontramos o registro de criação de mais uma escola mista na localidade de Vargem Alegre (Santa Cruz),

¹⁴⁴ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Fundo da Instrução Pública, série 3, subsérie 2: *Índice de matrículas dos professores da Instrução Pública*. 1890;

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Fundo da Instrução Pública, série 3, subsérie 2: *Matrícula dos professores de instrução primária*. 1890-1893;

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Fundo da Instrução Pública, série 3, subsérie 2: *Quadro das cadeiras primárias existentes em Minas Gerais, por municípios, com o respectivo número de alunos matriculados frequentes* (1890-1891);

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Fundo da Instrução Pública, série 3, subsérie 2: *Registro de mapas das escolas de instrução primária*. 1888-1891.

¹⁴⁵ Notação IP 60: *Matrícula dos professores de Instrução Primária* (1890-1893), p. 73 e 74.

em 07 de abril de 1890. O primeiro registro de professores para a cadeira só acontece no ano seguinte, com a nomeação de Dona Rosalina Emília de Freitas, em 01 de abril de 1891¹⁴⁶.

A partir de outro Ato do Governo em 06 de junho de 1891 foram criadas duas escolas. Uma de sexo masculino na Colônia do Açude (Casca) e outra de sexo feminino no distrito de Piedade. Para a cadeira masculina, encontramos o registro de Camilo Lelis Aquino como primeiro professor, nomeado em 16 de agosto do mesmo ano. Sabemos que a cadeira funcionou até pelo menos 05 de novembro de 1891, pois nessa data, Dona Ambrozina Angélica de Magalhães foi nomeada. Provavelmente, a primeira professora da cadeira do sexo feminino foi Dona Maria Romualda Fernandes, nomeada em 16 de agosto de 1890. Encontramos movimentação de professores para essa cadeira até pelo menos 30 de abril de 1891, pois Ana Júlia de Oliveira Horta foi nomeada nessa data¹⁴⁷.

As duas últimas cadeiras foram do sexo masculino, também criadas por Ato do Governo. Em 27 de setembro de 1890 foi criada a cadeira na Freguesia de Pedra Branca (Entre Rios), tendo José Maria Gonçalves Resende como primeiro professor nomeado em 01 de outubro de 1890. A outra cadeira foi criada na Povoação do Tatu em 17 de janeiro de 1891, com João Pedro Dias de Carvalho sendo nomeado em 07 de abril de 1891¹⁴⁸.

O que concluímos é que, aparentemente, esses primeiros anos de instauração do Regime Republicano (1890 e 1891) continuam seguindo as características do período Imperial, com relação à criação e funcionamento de escolas, pelo menos no Município de Ponte Nova. Os dados do Arquivo Municipal nos mostram que foi a partir do ano de 1892, que o município começa a direcionar o ensino de sua localidade, criando, mantendo escolas e auxiliando nas despesas. Importante destacar que o número de cadeiras vai diminuindo com o passar do tempo, pois algumas localidades vão sendo desmembradas de Ponte Nova e/ou se emancipando¹⁴⁹.

¹⁴⁶ Notação IP 60: Matrícula dos professores de Instrução Primária (1890-1893), p. 76.

¹⁴⁷ Notação IP 60: Matrícula dos professores de Instrução Primária (1890-1893), p. 5 e 42.

¹⁴⁸ Notação IP 60: Matrícula dos professores de Instrução Primária (1890-1893), p. 75 e 95.

¹⁴⁹ Segundo dados da Biblioteca Digital do IBGE a localidade de Abre Campo – Foi elevada a condição de cidade em 1892; as localidades de São Roque da Caratinga e São Sebastião do Sacramento, que pertenciam à Manhauçu, foram desmembradas de Ponte Nova em 1877, quando o município foi emancipado; Em 1889, a localidade de Pedra Bonita passa a pertencer à Abre Campo; a localidade do Grama deixa de pertencer à Ponte Nova no ano de 1889.

Quadro 4: Cadeiras de Instrução Pública criadas na região de Ponte Nova - MG entre 1889 e 1891

Localidade	Sexo	Data de criação	Indício de funcionamento
Distrito de Sant' Anna	Não encontramos essa informação	23/04/1890	Não foi encontrado nenhum registro de nomeação de professor.
São José do Manhuassu	Mista	23/04/1890	30/04/1890 - Dona Deodolina Maria de Jesus
Vargem Alegre (Santa Cruz)	Mista	07/04/1890	01/04/1891 - Dona Rosalina Emília de Freitas
Colônia do Açude (Casca)	Masculino	06/06/1890	16/08/1890 - Camilo Lelis Aquino
Piedade	Feminino	06/06/1890	16/08/1890 - Dona Maria Romualda Fernandes
Freguesia de Pedra Branca (Entre Rios)	Masculino	27/09/1890	01/10/1890 - José Maria Gonçalves Resende
Povoação do Tatu	Masculino	17/01/1891	07/04/1891 - João Pedro Dias de Carvalho

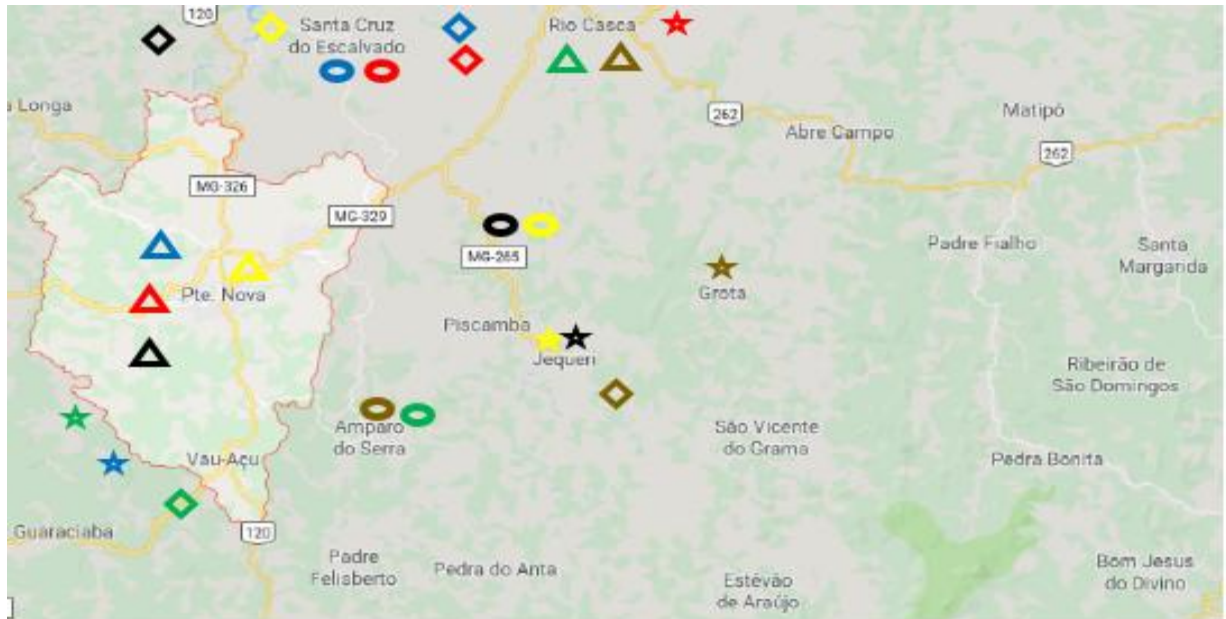
Fonte: Diversas Notações IP do Arquivo Público Mineiro. Quadro elaborado pela pesquisadora

Essas aparentemente foram as últimas cadeiras criadas pela Província Mineira, na região de Ponte Nova, encontradas a partir dos registros do Arquivo Público Mineiro. Dessa forma, não encontramos nenhum outro registro de criação de escolas e nomeação de professores após a criação da cadeira da Povoação do Tatu. A partir de agora, utilizaremos os dados do Arquivo Municipal de Ponte Nova, não sendo possível trilhar os mesmos caminhos, pois não temos as mesmas informações que o APM nos oferecia. A partir daqui, focaremos não mais a cronologia de criação das escolas, mas sim nos indícios de funcionamento e da participação do poder municipal na manutenção das cadeiras existentes.

No ano de 1892, a lista de escolas públicas existentes na região de Ponte Nova já havia se reduzido consideravelmente quando comparamos com o final do período imperial. Das quarenta e cinco do Império, restaram vinte e cinco para o referido ano. O mapa a seguir nos

mostra a localização das escolas existentes no referido ano, de acordo com o Livro de Relação de escolas públicas existentes na comarca de Ponte Nova:

Mapa 4: Cadeiras públicas estaduais existentes na região de Ponte Nova em 1892



Fonte: Diversas Notações IP do Arquivo Municipal de Ponte Nova. Mapa elaborado pela pesquisadora

Legenda

- | | |
|--------------------------|--|
| ▲ Ponte Nova (masculina) | ◆ Piedade (masculina) |
| ▲ Ponte Nova (masculina) | ◆ Piedade (feminina) |
| ▲ Ponte Nova (feminina) | ◆ Rio Doce (mista) |
| ▲ Ponte Nova (feminina) | ◆ São Sebastião do Soberbo (mista) |
| ▲ Bicudos (masculina) | ◆ São Sebastião da Vargem Alegre (mista) |
| ▲ Bicudos (feminina) | ◆ Colônia do Açude (mista) |
| ○ Santa Cruz (masculina) | ★ Tatu (masculina) |
| ○ Santa Cruz (feminina) | ★ São Pedro dos Ferros (mista) |
| ○ Urucu (masculina) | ★ Jequeri (masculina) |
| ○ Urucu (feminina) | ★ Jequeri (feminina) |
| ○ Serra (masculina) | ★ Grotá (masculina) |
| ○ Serra (feminina) | ★ Cedro (masculina) |

A partir do ano de 1894 só encontramos os registros das escolas municipais que eram criadas e mantidas pela Câmara Municipal de Ponte Nova. Dessa forma, não conseguimos ter mais informações sobre aquelas escolas existentes, que haviam sido criadas pela Província de

Minas Gerais, somente as municipais, criadas a partir dessa data. Pressupomos assim que, as escolas estaduais se mantiveram ao longo do tempo. Essas escolas, foram criadas nas localidades de Ana Florência, Pirraça, Lage, São José do Oratórios, Lindoya, Trindade e Paço Grande. Em razão da quantidade e da localização delas, percebemos que as emancipações de algumas localidades já refletem na quantidade de escolas. Não encontramos a data de criação de nenhuma delas, mas o primeiro ato de posse de professor encontrado serviu como indício do desenvolvimento da atividade educativa. Provavelmente, essas informações contavam em algum caderno específico de resoluções, mas que também não foi encontrado em nenhum dos arquivos pesquisados.

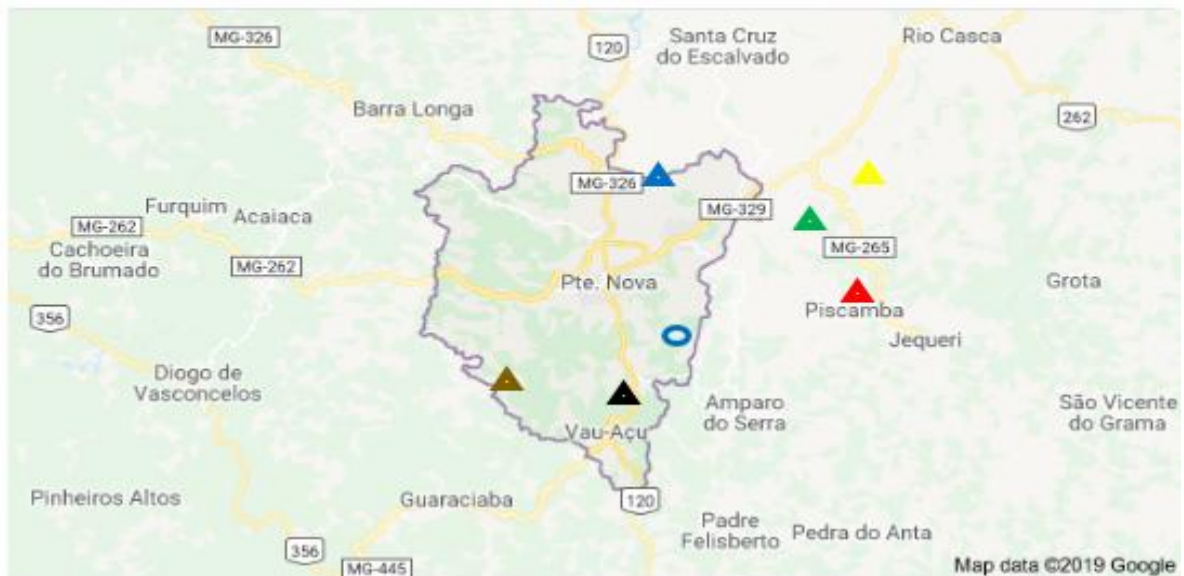
O quadro a seguir nos mostra a localidade da escola, o gênero, o nome e o registro do primeiro professor encontrado:

Quadro 5: Registro das primeiras nomeações em escolas municipais de Ponte Nova (1894)

Localidade	Sexo	Professor	Ato de Posse
Usina de Ana Florência	Mista	Maria Eduarda de Souza	03/02/1894
Pirraça	Mista	Alcides Sudário de Souza	03/02/1894
Lage	Masculino	Francisco Tiago Gomides	02/04/1894
São José de Oratórios	Mista	Maria José de Jesus Milagres	15/05/1894
Lindoya	Sem informação	José Augusto de Sousa	01/10/1894
Trindade	Mista	Osório Augusto Martins Fonseca	29/09/1894
Paço Grande	Sem informação	Joaquim de Castro Lessa	03/11/1894

Fonte: Livro: Relação de escolas públicas existentes da comarca de Ponte Nova (1892-1922), Arquivo Municipal de Ponte Nova Quadro elaborado pela pesquisadora.

Elaboramos também um mapa para que se torne mais fácil a visualização das localidades, bem como a compreensão da aproximação das escolas ao núcleo mais central do município. Localidades mais afastadas da região onde hoje é o município de Ponte Nova foram sendo desmembradas da Câmara de Ponte Nova.

Mapa 5: Localização das primeiras escolas municipais em 1894

Fonte: Livro: *Relação de escolas públicas existentes da comarca de Ponte Nova (1892-1922)*, Arquivo Municipal de Ponte Nova Quadro elaborado pela pesquisadora.

Legenda

- ▲ Usina Ana Florência
- ▲ Pirraça
- ▲ Lage
- ▲ São José de Oratórios
- ▲ Lindoya
- ▲ Trindade
- Paço Grande

A partir de 1894 encontramos registros anuais de escolas municipais, e até mesmo de algumas distritais. No livro de registros da Câmara Municipal *Relação de escolas públicas existentes na comarca de Ponte Nova*, encontramos as localidades em que existiam as escolas, os professores que haviam sido nomeados e o número de alunos matriculados ao longo dos anos. São muitas informações disponíveis na documentação, o que torna um pouco confusa a apresentação dos dados. Dessa forma, elaboramos alguns quadros para tornar mais fácil a visualização das mudanças e permanências ao longo dessa primeira parte do período republicano.

Resolvemos dividir os quadros nos períodos de 1894 a 1898 e de 1900 a 1906. Essa divisão é somente para simplificar os nossos dados de pesquisa.

Quadro 6: Escolas Municipais de Ponte Nova (1894-1898)

1894	1895	1896	1897	1898
Usina de Ana Florência	Usina de Ana Florência	Usina de Ana Florência	Usina de Ana Florência	Usina de Ana Florência
Pirraça	Pirraça	Pirraça	Pirraça	Pirraça
Lage	Lage	Lage	Lage	Lage
São José de Oratórios	São José de Oratórios	São José de Oratórios	São José de Oratórios	São José de Oratórios
Lindoya	Lindoya	-	-	-
Trindade	Trindade	-	-	-
Paço Grande	Paço Grande	Paço Grande	Paço Grande	Paço Grande
-	Palmeiras	Palmeiras	Palmeiras	Palmeiras
-	-	São Francisco	-	-
-	-	Bom Fim	Bom Fim	Bom Fim
-	-	Vão Grande	Vão Grande	-
-	-	Gameleira	Gameleira	-
-	-	Sant' Anna	Sant' Anna	-
-	-	Ramos Novos	Ramos Novos	-
-	-	Bicudos	Bicudos	Bicudos
-	-	-	São Francisco	São Francisco
-	-	-	Trindade	Trindade
-	-	-	Fazenda Velha	Fazenda Velha
-	-	-	Cunha	Cunha
-	-	-	Entre Rios	Entre Rios
-	-	-	-	Grota
-	-	-	-	Tapera

Fonte: Livro sobre Relação de escolas públicas existentes da comarca de Ponte Nova (1892-1922), Arquivo Municipal de Ponte Nova. Quadro elaborado pela pesquisadora.

Através dessas informações, deduzimos que algumas escolas vão surgindo (onze, aproximadamente), algumas permanecem, enquanto outras deixam de existir (três,

aproximadamente) com o passar do tempo. O ano de 1898 se encerra com 15 escolas municipais na região de Ponte Nova. Sobre essas escolas encontramos as seguintes informações:

Quadro 7: Criação e funcionamento das Escolas Municipais (1898)

Localidade	Primeiro Registro de Professor encontrado	Continuidade de Funcionamento
Usina de Ana Florência	03/02/1894 Maria Eduarda de Souza	A mesma professora
Pirraça	03/02/1894 Alcides Sudário de Souza	O mesmo professor
Lage	02/04/1894 Francisco Tiago Gomides	Registro não localizado
São José de Oratórios	15/05/1894 Maria José de Jesus Milagres	12/06/1899 Maria Sergina Gomes
Paço Grande	03/11/1894 Joaquim de Castro Lessa	Registro não localizado
Palmeiras	19/07/1895 Francisco Augusto Ribeiro Santos	09/10/1899 Julieta Theodolina Guimarães.
Bom Fim	01/05/1896 Francisco H de Souza	Registro não localizado
São Francisco	25/02/1896 Jose M. Pinto Coelho	Registro não localizado
Trindade	29/09/1894 Osário Augusto Martins Fonseca	Registro não localizado
Fazenda Velha	20/03/1897 Joaquina Raimunda	A mesma professora
Cunha	26/06/1897 Mariana Fontes Teles	A mesma professora
Entre Rios	27/09/1897 Philomena Gomes Cardoso	A mesma professora
Grota	06/11/1899 Maria Fontes Brandão	A mesma professora

Tapera	20/11/1899 Francisca Augusta R. Santos	A mesma professora
--------	---	--------------------

Fonte: Livro sobre a Relação de escolas públicas existentes da comarca de Ponte Nova (1892-1922), Arquivo Municipal de Ponte Nova. Quadro elaborado pela pesquisadora

Foi possível fazer um balanço do número de alunos matriculados anualmente em cada uma dessas escolas. A análise desses números ao longo dos anos ajuda a entender porque algumas escolas são suprimidas, criadas ou transferidas de localidades. Ou seja, os locais onde tem mais alunos, necessitam de mais escolas; ao passo de que os lugares em que o número de matrículas for mínimo, a escola poderia ser facilmente suprimida.

Quadro 8: Número de alunos por escola (1894-1897)

Localidade	Anos							
	1894		1895		1896		1897	
	M	F	M	F	M	F	M	F
Usina Ana Florência	29	17	35	15	-	-	-	-
Pirraça	18	5	29	9	-	-	-	-
Lage	32		32		-	-	-	-
São José de Oratórios	17	11	-		-		-	-
Vão Grande	-		-		8	12	-	-
Gameleira	-		-		-		-	-
Lindoya	-		-		-		-	-
Paço Grande	-		-		-		-	-
Palmeiras	-		8	24	-		-	-
Bom Fim	-		-		21	-	-	-
São Francisco	-		-		18	-	-	-
Trindade	-		18	19	-		-	-
Fazenda Velha	-		-		-		21	9

Cunha	-	-	-	21	21
Entre Rios	-	-	-	2	31

Fonte: Livro sobre a Relação de escolas públicas existentes da comarca de Ponte Nova (1892-1922), Arquivo Municipal de Ponte Nova. Quadro elaborado pela pesquisadora.

Através desse quadro vimos que algumas localidades tem um número muito maior de alunos com relação a outras. A elaboração do quadro se faz necessária pois, o número de alunos por cadeira diz muito sobre a continuidade de um estabelecimento de ensino. O ano de 1897 traz pouquíssimos registros de alunos, como demonstrado no quadro acima e, no ano de 1898 o registro é inexistente, razão pelo qual ele não foi colocado no quadro. Entretanto, entendemos que nossa forma de trabalhar é assim, fragmentada, juntando informações para irmos construindo o conhecimento.

Sobre o período de 1900 a 1906, encontramos praticamente as mesmas informações de anos anteriores, sendo acrescentadas algumas escolas. No ano de 1900 localizamos 12 escolas (São José de Oratórios, Entre Rios, Bicudos, Tapera, Palmeiras, Santa Cruz, Cunha, Usina, Ribeirão, Fazenda Velha, Grota e Pirraça), mas não encontramos nenhum outro registro de nomeação de professores. Já a partir de 1901 conseguimos localizar o registro de professores que atuavam em cada uma das escolas.

Quadro 9: Nomeação de professores nas Escolas Municipais (1900-1906)

Localidade	Primeiro Registro de Professor encontrado	Continuidade de Funcionamento
Usina de Ana Florência	03/02/1894 Maria Eduarda de Souza	Se torna uma escola DISTRITAL. Em 1905, Lourenço Martins foi nomeado
Pirraça	03/02/1894 Alcides Sudário de Souza	Em 1901, Luiza de Golveia foi nomeada.
São José de Oratórios	Continua com Maria Sergina Gomes, nomeada em 12/06/1899	Em 1905, Maria Eduarda de Souza foi nomeada; e em 1906 Rosa M. Gomes

Palmeiras	Continua com Julieta Theodolina Guimarães, nomeada em 09/10/1899	Em 1901 a escola se torna DISTRITAL
Fazenda Velha	20/03/1897 Joaquina Raimunda	Em 1901 Maria Fontes Brandão foi nomeada; em 1902 Francisca Augusta R. Fontes; e em 1905 foi Carlos José Araújo
Cunha	Continua com Mariana Fontes Teles, nomeada em 26/06/1897	Em 1903 acabam os registros de escolas nessa localidade
Entre Rios	27/09/1897 Philomena Gomes Cardoso	A mesma professora permanece na localidade em 1906
Grota	06/11/1899 Maria Fontes Brandão	Após algumas nomeações de professores, em 1906 a escola aparece como VAGA
Tapera	Continua com Francisca Augusta R. Santos, nomeada em 20/11/1899	Em 1902 acabam os registros de escolas nessa localidade
Bicudos	1901 Luísa Gonzaga Bicalho	Em 1903 acabam os registros de escolas nessa localidade
Santa Cruz	1901 Branca Martins Sette	No ano de 1906, não encontramos registros de escolas na localidade.

Fonte: Livro sobre a Relação de escolas públicas existentes da comarca de Ponte Nova (1892-1922), Arquivo Municipal de Ponte Nova. Quadro elaborado pela pesquisadora.

Para visualizar a quantidade de alunos por escola, novamente criamos um quadro para explicar as informações. Até o ano de 1906, algumas escolas já haviam desaparecido dos registros, enquanto outras foram criadas. Uma das limitações de nossa pesquisa foi justamente

isso: organizar as cadeiras escolares que haviam no município. Por isso, ir quantificando o número de escolas ao longo dos anos ajuda-nos a localizar melhor onde estão essas cadeiras.

Quadro 10: Número de alunos por Escola Municipal (1901-1906)

Localidade	Anos													
	1900		1901		1902		1903		1904		1905		1906	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
São José de Oratórios	42	19	36	19	20	7	-	-	26	19	31	12	34	16
Entre Rios	40	30	45	39	54	14	61	63	40	27	40	30	55	25
Bicudos	41	16	44	17	32	17	-	-	-	-	-	-	-	-
Tapera	19	20	15	12	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Palmeiras	13	12	11	7	30	10	-	-	-	-	10	38	-	-
Santa Cruz	41	2	45	3	32	1	-	-	30	2	20	8	-	-
Cunha	22	12	18	5	28	12	-	-	-	-	-	-	-	-
Usina	25	16	19	20	17	13	25	16	19	18	23	20	-	-
Ribeirão	25	7	26	6	26	6	18	7	21	8	20	6	-	-
Fazenda Velha	20	18	25	11	26	14	-	-	24	23	23	12	-	-
Grota	22	25	26	14	44	25	32	30	41	21	32	33	11	28
Pirraça	8	3	23	12	34	16	39	19	45	9	44	7	35	12
Piranga	-	-	24	21	18	35	-	-	34	33	24	28	31	24
Piedade	-	-	00	26	00	32	-	-	-	-	-	-	-	-
Feijão Cru	-	-	-	-	-	-	36	10	28	12	34	13	24	6
Tatu	-	-	-	-	-	-	15	18	-	-	25	17	18	10
Jequeri	-	-	-	-	-	-	55	00	-	-	53	00	41	00
Vargem Alegre	-	-	-	-	-	-	29	10	-	-	-	-	25	22
Chopotó	-	-	-	-	-	-	25	24	-	-	-	-	-	-
Vau Assu	-	-	-	-	-	-	14	13	15	8	21	15	-	-
Cardosos	-	-	-	-	-	-	28	6	-	-	-	-	20	10

Fonte: Livro sobre a Relação de escolas públicas existentes da comarca de Ponte Nova (1892-1922), Arquivo Municipal de Ponte Nova. Quadro elaborado pela pesquisadora.

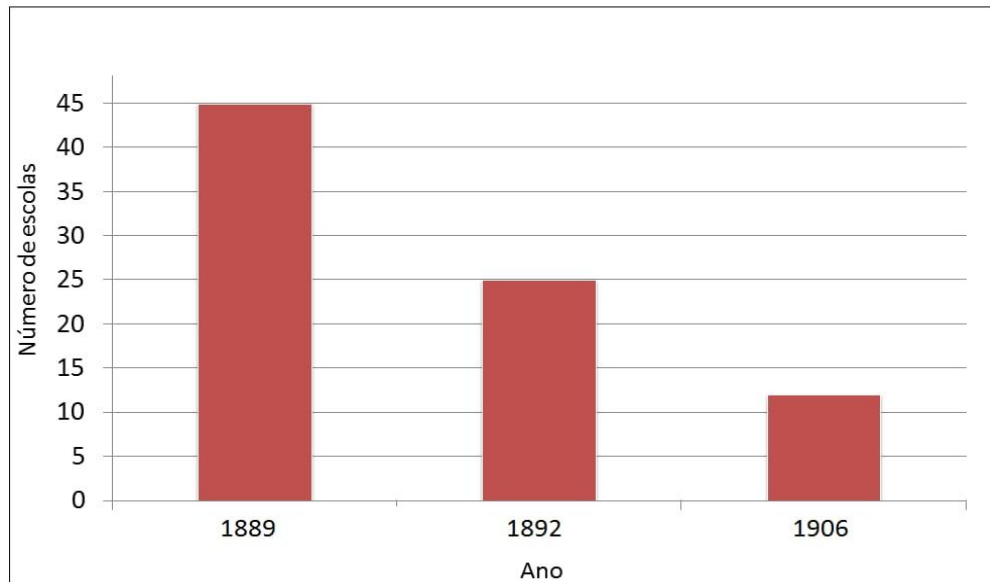
Os dados apresentados demonstram, ao que parece, que a sonegação de informações sobre a frequência diminuiu em relação aos anos anteriores a 1900. A partir dessa representação do número de alunos existentes nas escolas de Ponte Nova no decorrer dos anos foi possível deduzir que em algumas localidades, as escolas possivelmente foram suprimidas, pois não encontramos mais nenhum registro de seu funcionamento. Esse foi o caso, por exemplo, das localidades de Bicudos, Tapera, Piedade e Chopotó. Importante destacar que os registros encontrados nessas datas contemplam as escolas municipais e distritais, haja vista que a documentação é sobre a Câmara Municipal. Entretanto, temos como suposição que as antigas cadeiras criadas e mantidas pela Província se tornaram essas escolas municipais e distritais. A confirmação porém, só seria possível se fosse possível mapear, nesse período, as escolas estaduais que continuaram funcionando na região.

No ano de 1906, o número de escolas se reduz consideravelmente ao compararmos com o início do Período Republicano. Isso se explica principalmente pela emancipação de algumas cidades que pertenciam a Ponte Nova. Em 1877, a localidade de Manhauçu foi emancipada, tendo como distrito São Sebastião do Sacramento. Em 1899, a localidade de Pedra Bonita passa a pertencer a Abre Campo, que se emancipa em 1892. A localidade de São Roque da Caratinga deixa de pertencer a Ponte Nova no ano de 1890¹⁵⁰. Cada uma dessas localidades, que geralmente possuíam uma escola feminina e uma masculina, deixam de pertencer à região de Ponte Nova.

No gráfico a seguir, colocamos a informação do número de escolas existentes em três anos, ao longo do tempo. O ano de 1889, com 45 escolas, marca o fim do período Imperial, no ano de 1892 quando começou de fato as diretrizes do período republicano no município. O último ano analisado nesse capítulo, 1906, marcou um período em que poucas localidades ainda pertenciam ao núcleo central onde é hoje o município de Ponte Nova. O grande salto cronológico apresentado no gráfico (1892 a 1906) se justifica pela indisponibilidade de documentação que contemple as informações das escolas estaduais.

¹⁵⁰ Informações disponíveis em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 12 de novembro de 2018.

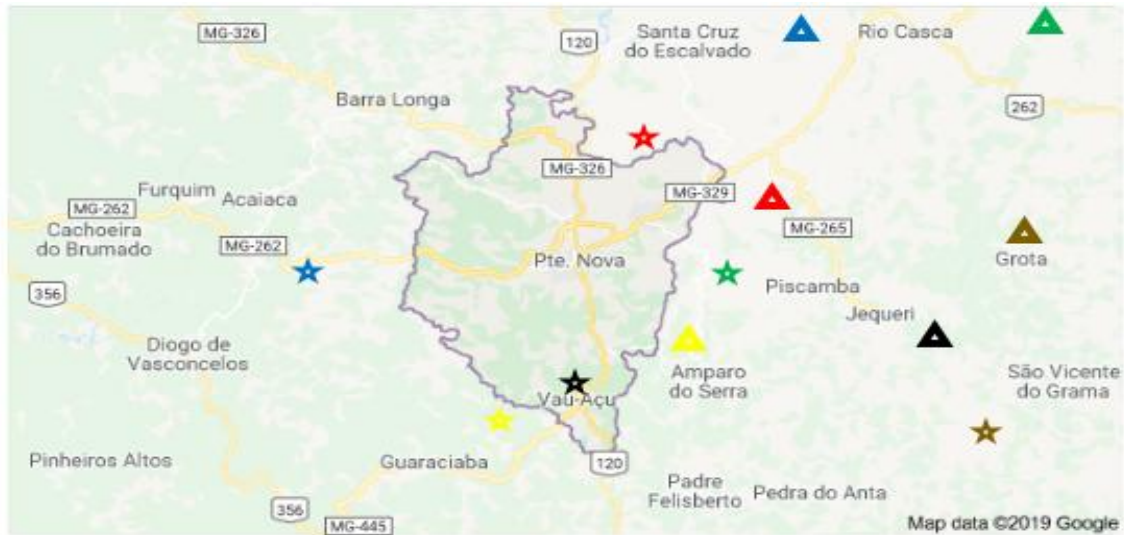
Gráfico 1: Número de escolas públicas em Ponte Nova – MG (1889-1906)



Fonte: Diversas Notações IP do APM e Livro sobre a Relação de escolas públicas existentes da comarca de Ponte Nova (1892-1922), Arquivo Municipal de Ponte Nova. Gráfico elaborado pela pesquisadora.

Esse último ano nos mostra que a localização das escolas se deu principalmente a partir de um núcleo central ou em volta do território dos distritos do município. O mapa 6 nos mostra a localização das cadeiras encontradas em 1906:

Mapa 6: Escolas Municipais e/ou distritais existentes em 1906



Fonte: Livro sobre a Relação de escolas públicas existentes da comarca de Ponte Nova (1892-1922), Arquivo Municipal de Ponte Nova. Mapa elaborado pela pesquisadora.

Legenda

- | | |
|----------------|-------------------------|
| ▲ Feijão Cru | ★ Piranga |
| ▲ Cardosos | ★ Tapera |
| ▲ Vagem Alegre | ★ Vau Assu |
| ▲ Entre Rios | ★ Chopotó |
| ▲ Grotá | ★ Entre Rios |
| ▲ Ferros | ★ São José de Oratórios |

O terceiro e último capítulo do nosso trabalho contemplará a segunda parte da Primeira República, entre os anos de 1906 a 1930, quando o governo de Minas Gerais adotou uma postura mais centralizada em relação às questões ligadas à instrução escolar. Assim como neste capítulo, utilizaremos amplamente a documentação do Arquivo Municipal da cidade de Ponte Nova, como fonte em nossa pesquisa, na tentativa de construir uma história da instrução escolar da região estudada.

CAPÍTULO III: INTRUÇÃO ESCOLAR PÚBLICA E PRIVADA NO MUNICÍPIO DE PONTE NOVA ENTRE OS ANOS DE 1906 A 1930

Nesse terceiro e último capítulo, abordamos a segunda parte da Primeira República, mais precisamente entre os anos de 1906 a 1930, quando o governo de Minas Gerais adotou uma postura mais centralizada em relação às questões de instrução escolar. Entretanto, as fontes encontradas no Arquivo Municipal de Ponte Nova sobre escolas municipais se limitaram ao ano de 1922, deixando oito anos de lacuna na nossa pesquisa. Esse fato não desmerece nosso trabalho, haja vista que trabalhar com a História é também compreender as nossas possibilidades e limitações. Pretendeu-se discutir além das transformações ocorridas na instrução escolar de Minas Gerais, a situação da instrução privada do município de Ponte Nova durante o período investigado.

3.1. O ensino em Minas Gerais a partir da Reforma João Pinheiro e as ações da Câmara Municipal de Ponte Nova nesse novo cenário (1906 a 1922)

O ano de 1906 é um marco para a história da educação em Minas Gerais, pois a partir dele, o governo mineiro realizou muitas mudanças na organização e funcionamento do ensino primário. Essas mudanças ocorreram principalmente a partir da lei número 439¹⁵¹, de 28 de setembro de 1906, popularmente conhecida como Reforma João Pinheiro, que reformou o ensino primário, normal e superior no Estado de Minas Gerais, bem como criou os Grupos Escolares ou as Escolas Agrupadas, que foi o novo modelo de ensino implementado a partir daí e nas décadas seguintes. Segundo Lima (2009), dentre as modificações e propostas da reforma se destacaram a maior fiscalização do ensino através dos inspetores escolares, a melhoria na formação de futuros professores, a introdução de componentes curriculares ligados ao ensino da agricultura e da criação de um espaço próprio para a atividade da instrução, agrupando todas as escolas em um mesmo prédio.

Esta lei determinou que o ensino primário seria gratuito e obrigatório, ministrado em escolas isoladas, grupos escolares e escolas modelos, anexas às escolas normais (artigo 3º). Nos locais onde fossem criados os grupos escolares, poderia o governo suprimir as escolas isoladas do município. Isso porque, as escolas isoladas, segundo Oliveira (2012) representavam um símbolo do passado, de precariedade. Já os Grupos Escolares apontavam para o futuro, traduzindo o progresso da nação, conforme a expectativa de alguns intelectuais republicanos.

¹⁵¹MINAS GERAIS. Lei número 439, 28 de setembro de 1906. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=439&comp=&ano=1906>. Acesso: 06/08/2018.

Essa seria uma tentativa de modernizar a educação em termos de escola, currículo, pedagogia e didática.

O artigo número 48 da Lei 439 proibiu o funcionamento de escolas isoladas e grupos escolares em residências, sendo o governo responsável pelo fornecimento de um modelo arquitetônico apropriado para a construção dos prédios. Assim, uma grande transformação proposta pela lei foi a normatização dos prédios escolares, que tinha como objetivo acabar com a improvisação das escolas isoladas que, muitas vezes, não possuía espaço físico e condição higiênica necessárias para abrigar uma sala de aula. Sem essa mudança, seria impossível estabelecer o modelo ideal de escola.

Para além dessas determinações, a lei também estabeleceu que o ensino deveria deixar de ter um caráter abstrato, passando a ser mais integral, com o objetivo de preparar a população para a vida moderna, urbana, industrial e civilizada. O método de ensino utilizado foi o sistema simultâneo: a divisão de classes de acordo com nível de conhecimento e idade do aluno. Dessa forma, segundo Oliveira (2012), as salas foram entregues a um professor, com ou sem assistente, que propunha atividades coletivas.

A Reforma João Pinheiro também determinou a classificação das escolas isoladas em urbanas, distritais e coloniais, sendo do sexo masculino, feminino ou mistas, podendo ser criadas escolas rurais ou noturnas, dependendo do número de alunos (artigo 19). A idade escolar passou a ser de 7 a 14 anos para os meninos e de 8 a 12 para as meninas. Isso nos mostra que apesar da gratuidade e obrigatoriedade do ensino, o sexo masculino recebia mais a atenção do governo. Dentre outras deliberações, a lei determinou que o governo priorizasse a criação de escolas ou grupos escolares, nos municípios que tinham condição de auxiliar com somas de dinheiro, terrenos ou materiais (artigo 45). Isso demonstra que a referida lei envolveu também o governo municipal e a sociedade, na responsabilidade de difundir o ensino público no estado.

Mesmo com a instituição desta Reforma, Lima (2009) afirma que esta não expressou uma superação nas péssimas condições de ensino do estado. As escolas isoladas continuaram sendo construídas ao mesmo tempo em que uma boa parte da população permanecia fora da escola, continuando assim os altos índices de analfabetismo. O povo, no geral, não acreditava na escolarização como uma possibilidade de integração ou de ascensão social e isso dificultou a plena realização da educação escolar popular. Com isso, depreende-se que a implantação do modelo dos grupos escolares, a partir da Reforma João Pinheiro, não significou uma superação das precárias condições de ensino e que esse processo de reformulação do ensino público não ocorreu de modo harmônico e consensual em toda Minas Gerais.

Após a instituição dos Grupos Escolares, a partir de 1906, constata-se que, em 1925, havia 196 deles em funcionamento no estado: 173 urbanos e 23 distritais, abrigando 1.579 classes, com 1.647 professores¹⁵². Os grupos escolares nas cidades foram criados, provavelmente, em virtude do baixo percentual de escolas urbanas existentes à época (0,20%).

O Anuário Estatístico de Minas Gerais nos mostra que, em 1906, a presença de docentes era majoritariamente feminina nas escolas, cerca de 91,50%. A explicação para esse predomínio era justificada pelo governo mineiro, ao afirmar que assim, as mulheres seriam úteis à pátria, desempenhando uma carreira profissional digna e de destaque na sociedade, mesmo estando fora do lar.

A partir da análise dessas determinações estaduais, procuramos entender o que a Câmara Municipal estava discutindo em suas reuniões a respeito do número de escolas e de contratação de professores. Percebemos de imediato, a partir das Atas do Legislativo, que havia um interesse por parte do município em se alinhar aos moldes do Estado. Essa constatação já é um indício das características de um período de centralização estadual.

Entretanto, durante a leitura das atas, encontramos menções a projetos de lei solicitando criação de escolas municipais nos distritos, ao contrário do aumento apenas de escolas urbanas. Em 20 de setembro de 1906, a solicitação era para a localidade do Cedro¹⁵³. No decorrer dos anos essas solicitações continuavam. Em 30 de abril de 1912¹⁵⁴, a câmara autoriza o dispêndio de 800\$00 para a construção de um prédio escolar em São José de Oratórios. Em setembro de 1916¹⁵⁵, a câmara autorizou o dispêndio de 3:600\$000 destinados à aquisição e adaptação de um prédio no arraial do Rio Doce.

Somente em 15 de janeiro de 1907, encontramos a primeira discussão a respeito da criação do Grupo Escolar da cidade, quando a câmara autorizou a liberação da importância de 10\$000 réis para a aquisição do prédio para essa função¹⁵⁶. Nas reuniões que se seguiram debates sobre o assunto continuaram sendo realizados. No ano de 1908, na reunião do dia 27 de abril¹⁵⁷, ocorreram discussões sobre a proposta do governo do Estado em utilizar um prédio já existente na cidade para o estabelecimento de um grupo escolar. Entretanto, mesmo com a proposta de reforma em suas instalações feita pelo governo do Estado, a câmara constatou que o prédio seria incompatível para se tornar um grupo escolar.

¹⁵²ANUARIO ESTATÍSTICO DE MINAS GERAIS 1922-1925. Minas Gerais: Departamento Estadual de Estatística, Ano II, 1929.

¹⁵³ ATAS DO LEGISLATIVO. Reunião do dia 20 de setembro de 1906. Livro 10, p. 88.

¹⁵⁴ ATAS DO LEGISLATIVO. Reunião do dia 30 de abril de 1912. Livro 12, p. 47.

¹⁵⁵ ATAS DIVERSAS. Reunião do dia 18 de setembro de 1916. Livro 8, p. 89.

¹⁵⁶ ATAS DO LEGISLATIVO. Reunião do dia 15 de janeiro de 1907. Livro 10, p. 103.

¹⁵⁷ ATAS DO LEGISLATIVO. Reunião do dia 27 de abril de 1908. Livro 11, p. 119, 120, 121 e 122.

Esse acontecimento provavelmente ocorreu como um desdobramento da Reforma João Pinheiro. Em função do debate sobre o prédio do grupo escolar, surge outra discussão em que os vereadores demonstraram algumas situações vistas como problemas na forma em que o ensino municipal vinha sendo conduzido e fizeram elogios à maneira como o Estado conduzia o ensino: “O ensino municipal como é ministrado, não satisfaz o fim, nem recompensa o sacrifício feito pela Câmara. Hoje o governo do Estado se esforça em elevar o nível das escolas, facilitando por métodos apropriados o ensino às crianças”¹⁵⁸.

Segundo Ribeiro Filho (1993), o primeiro Grupo Escolar oficial de Ponte Nova foi criado pelo decreto número 3805 de 28 de janeiro de 1913, denominando-se Grupo Escolar Senador Antônio Martins. Suas atividades tiveram início em 03 de maio do mesmo ano, sob direção de Mário Carneiro da Fontoura, tendo como primeiras professoras as senhoras Rosalina da Luz Campos, Indalina Benvinda Campos, Ama Eliza Lanna, Francisca Amorim, Macrina do Nascimento, Maria de Lourdes Vieira Martins, Antônia Fernandes Torres e Francisca Emília Martins¹⁵⁹.

A forma do ensino municipal que vigorava àquela época era criticada pelo poder legislativo local. Por isso, os vereadores tomaram algumas medidas apresentadas a seguir:

Uniformizar o Ensino Municipal ao Estadual, procurando fazer as professoras adotarem os métodos em vigor; Entregar ao Estado a fiscalização das escolas municipais; Só poderão concorrer às cadeiras que vagarem as normalistas, para as quais se dispensará o exame; Elevar a 1200\$000 réis o ordenado, desde que as escolas sejam regidas por normalistas¹⁶⁰.

Juntamente com essas determinações foi adicionada uma emenda ampliativa que estabeleceu que as escolas primárias municipais seriam mistas e o ensino ministrado por professoras normalistas. A partir desse período, as escolas mistas, que já eram maioria, ganharam ainda mais espaço.

As estratégias da câmara com relação à educação se materializaram nas ações tomadas. Nas atas desta mesma reunião¹⁶¹, encontramos passagens em que se expressa o que a educação representava para o legislativo municipal:

A instrução é o melhor bem, pois, uma vez adquirido, nunca se perde. Sempre dá aptidão para melhor ganhar a vida, sendo a base de onde se assenta o futuro

¹⁵⁸ ATAS DO LEGISLATIVO. Reunião do dia 27 de abril de 1908. Livro 11, p. 120 e 121.

¹⁵⁹ *Op. Cit* p.150.

¹⁶⁰ ATAS DO LEGISLATIVO. Reunião do dia 27 de abril de 1908. Livro 11, p. 21.

¹⁶¹ ATAS DO LEGISLATIVO. Reunião do dia 27 de abril de 1908. Livro 11, p. 21.

de um povo. Julgo compensativo o sacrifício que a Câmara e os distritos fazem em prol de sua manutenção.¹⁶²

Dessa forma, a câmara autorreconhecia os seus esforços para manter o ensino no município. Além das questões estritamente educacionais, esse período é marcado também por manifestações culturais, que caracterizam de certa forma, Ponte Nova como um *município pedagógico*.

Como já foi apontado no capítulo anterior, a partir do fim do século XIX e da primeira metade do século XX, as atividades culturais vão aparecendo cada vez mais na cidade e, apontamos aqui alguns exemplos dessa constatação. Em 1912¹⁶³, a Câmara estabeleceu uma gratificação à banda de música para que, em todos domingos e feriados, se apresentasse na praça da cidade. A possibilidade de criação de um edifício para o Teatro Municipal e para uma sala cinematográfica, a partir da reunião de 17 de janeiro de 1913, também foi ganhando espaço nas reuniões da legislatura¹⁶⁴. Também encontramos, em atas do ano de 1928, projetos de criação de um Liceu de Artes e Ofícios, bem como a autorização para a instalação de uma Biblioteca Municipal¹⁶⁵.

Utilizando somente as atas não foi possível saber como essas manifestações culturais se desenvolveram ao longo dos anos, pois em alguns casos, elas apareceram uma única vez na documentação. Por isso, utilizamos novamente aqui alguns dados do trabalho de Ribeiro Filho (1993), a título de informação, pois nem sempre eles são referenciados. O autor aponta que o teatro ganha popularidade com o “Grande Theatro”, a partir de 1885, quando ultrapassou os limites de pequenas apresentações. O “Teatro Miosotis” também se destacou em Ponte Nova, tendo sua maior parte dos membros pertencentes a família Souza Clímaco (sem datação). A música teve o seu marco inicial em 1862 com a “Sociedade Musical Ceciliana”, que levou para as ruas e praças da cidade acordes de famosas obras e composições de artistas locais. A “Orquestra de Fim de Século” também se destacou no campo da música, surgindo do idealismo de alguns artistas amadores¹⁶⁶.

¹⁶² ATAS DO LEGISLATIVO. Reunião do dia 27 de abril de 1908. Livro 11, p. 22.

¹⁶³ ATAS DO LEGISLATIVO. Reunião do dia 19 de setembro de 1912. Livro 11, p. 275.

¹⁶⁴ ATAS DO LEGISLATIVO. Reunião do dia 17 de janeiro de 1913. Livro 11, p. 296.

¹⁶⁵ ATAS DO LEGISLATIVO. Reunião do dia 22 de novembro de 1928. Livro 18, p. 109.

¹⁶⁶ RIBEIRO FILHO, Antônio Brant. *Ponte Nova: 1770 a 1920; 150 anos de história* – Viçosa: 1993. p.167.

3.2. O ensino particular em Ponte Nova: relações entre o público e o privado

Optamos pela inserção desse tópico ao longo desse último capítulo porque a construção do ensino particular na cidade de Ponte Nova começa desde o período Imperial até o período republicano.

A cidade de Ponte Nova também foi marcada pela presença do ensino privado em seu território. Atualmente, alguns colégios particulares se destacam na região, mas isso também ocorreu no passado. Neste tópico apresentamos as iniciativas privadas no campo educacional, a partir da criação de escolas e a participação do poder público nessas instituições. Apesar de sua fundação ter ocorrido no Período Imperial, decidimos trazer aqui o grande marco escolar da cidade em termos de ensino particular: a criação do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora.

Em 02 de janeiro de 1895¹⁶⁷, José Mariano Duarte Lanna, médico, foi eleito para exercer o cargo de Agente do Executivo, da cidade de Ponte Nova, sua terra natal. Neste mesmo ano¹⁶⁸, utilizando recursos liberados pela câmara municipal, José Mariano adquire as terras da fazenda de Palmeiras e as anexa às da municipalidade. Segundo Ribeiro Filho (1993), o agente do executivo executou um projeto de loteamento do novo bairro, que ficando com o mesmo nome da fazenda, passa a se chamar Palmeiras. O próximo passo seria instalar ali, uma escola para moças.

Utilizando de informações do trabalho de Magalhães (1922)¹⁶⁹, Ribeiro Filho (1993) afirma que José Mariano pediu ajuda ao vigário João Paulo Maria de Brito, que conseguiu que as Irmãs Salesianas assumissem a organização e a administração do colégio e em 11 de abril de 1896, chegaram as primeiras freiras em Ponte Nova¹⁷⁰. A casa sede da Fazenda de Palmeiras foi adaptada para funcionar como salas de aula, de estudos e biblioteca. Foi construído um pavilhão para o dormitório das alunas internas, que segundo Ribeiro Filho (1993), contou com a contribuição de vinte contos de réis do Estado. A inauguração da Escola Normal Nossa Senhora Auxiliadora ocorreu no dia 01 de maio de 1869. Porém, o Estado só autorizou o seu funcionamento no ano de 1898, quando é oficializado, tendo em 10 de maio de 1903 a sua primeira turma colando grau. Com a aquisição das novas terras, a administração de Ponte Nova pretendeu iniciar o processo de povoamento, por meio de um loteamento¹⁷¹ da Fazenda Palmeiras. De acordo com as atas, foram sendo elaborados, ao longo dos anos, projetos de

¹⁶⁷ ATAS DO LEGISLATIVO. Reunião do dia 02 de janeiro de 1895. Livro 6, p. 260.

¹⁶⁸ ATAS DO LEGISLATIVO. Reunião do dia 27 de janeiro de 1895. Livro 6, p. 272.

¹⁶⁹ MAGALHÃES, Manuel Ignácio Machado de. *Resumo histórico de Ponte Nova. Ponte Nova*: Typ Ideal, 1922. apud RIBEIRO FILHO, Antônio Brant. *Ponte Nova: 1770 a 1920; 150 anos de história* – Viçosa: 1993.

¹⁷⁰ RIBEIRO FILHO, Antônio Brant. *Ponte Nova: 1770 a 1920; 150 anos de história* – Viçosa: 1993. p. 131.

¹⁷¹ ATAS DO LEGISLATIVO. Reunião do dia 30 de janeiro de 1895. Livro 6, p. 239.

construção de uma Escola Municipal¹⁷², de abertura de uma estrada que ligava a cidade ao novo bairro¹⁷³ e do estabelecimento de uma linha de bondes¹⁷⁴ que garantiria o transporte das pessoas. Além dessas construções, as ruas e praças ganharam nomes¹⁷⁵, calçamento¹⁷⁶, instalação de água potável¹⁷⁷ e serviço de iluminação pública¹⁷⁸. Todos esses avanços parecem estar intimamente ligados à necessidade de expansão e funcionamento do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora.

Nas atas, foram localizados alguns auxílios concedidos pela câmara ao novo colégio, desde a sua fundação. Não conseguimos afirmar se havia algum tipo de subsídio anual para a instituição, mas não temos dúvida de que o poder público municipal constantemente auxiliava o colégio. As Atas do Legislativo descrevem que, no ano da fundação do colégio, a câmara autorizou auxílio para ajudar na construção desse projeto¹⁷⁹. Assim, o chefe do executivo municipal doou ao chefe dos colégios salesianos, terrenos destinados ao estabelecimento do colégio de meninas, que seria regido pela Congregação Salesiana¹⁸⁰.

Além disso, o poder público municipal fornecia auxílios para a manutenção de serviços essenciais realizados pela escola que, em troca, lhe fornecia algum subsídio. Um exemplo é quando, em 1899, a câmara auxiliou na admissão ao colégio de dez alunas órfãs, pobres, sendo uma de cada distrito¹⁸¹. Ou seja, o poder público auxiliava o colégio, que em troca, oferecia ensino àqueles que o agente executivo ou vereadores indicavam. Encontramos ainda no ano de 1925, um ofício do colégio solicitando uma subvenção de 5:000\$000 réis para a manutenção de dez alunas pobres e a mesma quantia para as obras que eram necessárias¹⁸². Encontramos ainda auxílios para manutenção do prédio e conservação dos jardins do colégio, também oferecidos pela câmara¹⁸³. Assim, percebemos uma continuidade nessa relação de “troca de favores”, durante toda a primeira república.

Com relação ao ensino masculino, também encontramos informações a respeito do auxílio no poder público municipal na manutenção dessas escolas. Aparentemente, a primeira

¹⁷² ATAS DO LEGISLATIVO. Reunião do dia 31 de janeiro de 1895. Livro 6, p. 290.

¹⁷³ ATAS DO LEGISLATIVO. Reunião do dia 12 de janeiro de 1901. Livro 8, p. 299.

¹⁷⁴ ATAS DO LEGISLATIVO. Reunião do dia 21 de julho de 1902. Livro 9, p. 81.

¹⁷⁵ ATAS DO LEGISLATIVO. Reunião do dia 08 de setembro de 1897. Livro 8, p. 40.

¹⁷⁶ ATAS DO LEGISLATIVO. Reunião do dia 15 de janeiro de 1901. Livro 8, p. 307.

¹⁷⁷ ATAS DO LEGISLATIVO. Reunião do dia 21 de janeiro de 1905. Livro 10, p. 16.

¹⁷⁸ ATAS DO LEGISLATIVO. Reunião do dia 17 de janeiro de 1907. Livro 10, p. 113.

¹⁷⁹ ATAS DO LEGISLATIVO. Reunião do dia 5 de abril de 1895. Livro 6, p. 301.

¹⁸⁰ ATAS DO LEGISLATIVO. Reunião do dia 15 de maio de 1896. Livro 6, p. 364.

¹⁸¹ ATAS DO LEGISLATIVO. Reunião do dia 05 de setembro de 1899. Livro 8, p. 202.

¹⁸² ATAS DO LEGISLATIVO. Reunião do dia 08 de novembro de 1927. Livro 18, p. 34.

¹⁸³ ATAS DO LEGISLATIVO. Reunião do dia 25 de março de 1914, Livro 12, p. 151 e ATAS DO LEGISLATIVO. Reunião do dia 20 de setembro de 1915. Livro 13, p. 15.

tentativa na educação masculina que deu certo foi a criação do Instituto Propedêutico. Utilizando os dados de Schiavo (1963)¹⁸⁴, Ribeiro Filho (1993) afirma que, em 1912, os cidadãos Miguel Antônio Lanna e Silva, Leão Vieira Starling e João Marinho Sette Câmara se uniram com a intenção de criar um colégio específico para o sexo masculino na cidade. De início, fizeram negociações com a câmara municipal para conseguir o terreno para a construção do educandário, também no bairro Palmeiras. Entretanto, optaram por adquirir um imóvel já construído, evitando assim, a demora na implantação do colégio. Dessa forma, adquiriram a Chácara Boa Vista, que possuía uma ampla casa, que poderia ser adaptada para se tornar uma escola. Em 1914, o Instituto Propedêutico iniciou suas atividades com 58 alunos matriculados, tendo um crescimento ao longo do tempo¹⁸⁵.

Segundo Ribeiro Filho (1993) este colégio masculino também recebeu auxílios do município, principalmente com a garantia de admissão de alunos pobres provenientes dos distritos na referida escola¹⁸⁶. Nas atas analisadas, encontramos a discussão de projetos de subvenção ao Instituto Propedêutico. Em 24 de março de 1914¹⁸⁷, a Câmara autorizou a destinação de 5:000\$000 ao Instituto Propedêutico, com a condição de admissão gratuita de seis alunos do município. Em outubro do mesmo ano¹⁸⁸, a Câmara autorizou mais 2:000\$000 para a educação de alunos pobres neste Instituto.

Assim como a Escola Normal, o Instituto Propedêutico também possuiu uma importância histórica, uma vez que funcionou ininterruptamente, transformando-se no Ginásio Dom Helvécio¹⁸⁹. O novo colégio ganhou novas instalações, no bairro Palmeiras e atravessou o século educando jovens em toda região. No ano de 2016, o Colégio Dom Helvécio fechou suas portas alegando problemas financeiros.

Ao que tudo indica, essa prática também ocorria em outros colégios privados da região de Ponte Nova. Encontramos, uma referência na Ata de 15 de janeiro de 1910¹⁹⁰, quando o cidadão Antônio Caetano Rodrigues de Barros pediu uma subvenção de 100\$000 para a

¹⁸⁴SHIAVO, José. Senador Miguel Lanna, esforço biográfico. Rio de Janeiro, 1963 Apud RIBEIRO FILHO, Antônio Brant. *Ponte Nova: 1770 a 1920; 150 anos de história* – Viçosa: 1993.

¹⁸⁵Em 1918 matricularam-se 100 alunos; em 1918 matricularam-se 133 alunos; em 1920 matricularam-se 132 alunos. Fonte: Ribeiro Filho (1993). p. 184.

¹⁸⁶RIBEIRO FILHO, Antônio Brant. *Ponte Nova: 1770 a 1920; 150 anos de história* – Viçosa: 1993.p. 185.

¹⁸⁷ ATAS DO LEGISLATIVO. Reunião do dia 24 de abril de 1914, Livro 12, p. 142.

¹⁸⁸ ATAS DO LEGISLATIVO. Reunião do dia 30 de outubro de 1914. Livro 12, p. 178.

¹⁸⁹ Em 1931, a escritura da instituição foi adquirida pelo então Arcebispo de Mariana, Dom Helvécio Gomes de Oliveira, salesiano. Com aquisição de novo terreno no Morro do Pau d'Alho, em Palmeiras, iniciou-se a construção do prédio que abrigaria a escola. Anteriormente chamado de Ginásio Arquidiocesano, a denominação da instituição foi alterada para Ginásio Dom Helvécio em 21 de março de 1931 devido a abaixo-assinado promovido por pais, alunos e professores. Em 1938, um novo prédio da escola foi inaugurado, e a instituição passou definitivamente para as mãos da Congregação Salesiana.

¹⁹⁰ ATAS DO LEGISLATIVO. Reunião do dia 15 de janeiro de 1910. Livro 11, p. 131.

manutenção de uma cadeira secundária que mantinha no então distrito de Jequeri. Em troca, seriam ministradas aulas gratuitas a quinze alunos pobres.

3.3. Escolas da República (1906 a 1930)

Conforme apresentado no capítulo anterior, encontramos na região político-administrativa de Ponte Nova, no ano de 1906 a totalidade de 12 escolas, localizadas em Feijão Cru, Cardosos, Vargem Alegre, Entre Rios, Grotta, Ferros, Piranga, Tapera, Vau Assu, Chopotó, Entre Rios e São José de Oratórios. O que ocorre é que nesse período republicano, principalmente no que concerne à delimitação desse tópico, encontramos basicamente os registros de funcionamento das escolas municipais da região de Ponte Nova, salvo algumas exceções. Temos aqui como hipótese, o fato de que as cadeiras públicas estaduais tiveram uma estabilização até o ano de 1901.

O único achado sobre as escolas estaduais nesse período da República pertence ao ano de 1908. Encontramos o registro de 25 escolas estaduais, assim como havia em 1892, agora no ano de 1908. Por essa lógica, em 1908, havia 38 escolas na região de Ponte Nova, contando com as municipais. O quadro a seguir nos mostra a localização das escolas estaduais, o seu número de alunos e os seus respectivos professores.

Quadro 11: Cadeiras públicas estaduais na região de Ponte Nova em 1908

Localidade	Alunos (sexo)		Professor
	Masculino	Feminino	
Cidade	61	-	Pedro Dias Oliveira
Cidade	85	-	Idalina Benvinda Campos
Palmeiras	104	-	Maria Elisa Lana
Cidade	-	89	Delfina Soares Teixeira
Cidade	-	96	Rosalina Querubina da Luz
Palmeiras	-	94	Irma Adelina S. Cecília
Ferros	105	-	Francisco Alves de Sousa
Ferros	-	58	D. Maria Campos Sette
Bicudos	87	-	Anna Almeida Gomes
Bicudos	-	76	Francisca Assis Marcondes
Jequeri	81	-	Antônio Tomé dos Santos
Jequeri	-	67	Maria do Espírito Santos Lopes

Grota	72 (Escola Mista)		Maria Gertrudes da Silva Santos
Piedade	55	-	Francisco Xavier Leite
Piedade	-	54	Rita de Cassia Gonçalves Golveia
Santa Cruz	56	-	Raymundo Nonato Ramos
Santa Cruz	-	42	Cezarina Sette e Câmara
Serra	127	-	Manoel S. Dias
Serra	-	50	Theodolina Rosa de Souza
Rio Doce	74	-	Anselmo Pereira C. M.
Rio Doce	-	54	D. Maria Belmira Trindade
Entre Rios	Ilegível	-	Maria Júlia Milagre
Urucu	Ilegível	-	Manoel Rufino de Castro
Urucu	-	Ilegível	Olívia de Melo Santos
Entre Rios	-	70	Maria Gabriel de São José

Fonte: Livro Escolar do ano de 1908, Arquivo Municipal de Ponte Nova. Quadro elaborado pela pesquisadora.

Assim como no Império, vimos que as escolas estaduais continuaram, em sua maioria tendo uma cadeira feminina e uma masculina, em cada um dos distritos e duas de cada na sede. No distrito do Grota, encontramos a única escola mista estadual da região. Embora tenhamos três localidades em que a escrita nos documentos estava ilegível, sabemos que a escola de Entre Rios era masculina, e as da localidade de Urucu uma era masculina e outra feminina. No mapa a seguir, representamos a localização espacial das escolas estaduais e municipais do ano de 1908.

Mapa 7: Cadeiras públicas Estaduais e Municipais em Ponte Nova (1908)



Fonte: Livro Escolar, Arquivo Municipal de Ponte Nova. Mapa elaborado pela pesquisadora.

Legenda

- ▲ Entre Rios – Escola Municipal – Mista
- ▲ Vargem Alegre – Escola Municipal – Mista
- ▲ Cardosos – Escola Municipal – Mista
- ▲ Grota – Escola Municipal – Mista
- ▲ Feijão Cru – Escola Municipal – Mista
- ▲ Tatu – Escola Municipal – Mista
- Pirraça – Escola Municipal – Mista
- São José de Oratórios – Escola Municipal
- Piranga – Escola Municipal – Mista
- Tapera – Escola Municipal – Mista
- Jequeri – Escola Municipal – Masculina
- São Pedro dos Ferros – Escola Municipal
- ◇ Vau Açu – Escola Municipal – Mista
- ◇ Cidade – Escola Estadual – Masculina
- ◇ Cidade – Escola Estadual – Masculina
- ◇ Palmeiras – Escola Estadual – Masculina
- ◇ Cidade – Escola Estadual – Feminina
- ◇ Cidade – Escola Estadual – Feminina
- ★ Palmeiras – Escola Estadual – Feminina
- ★ Ferros – Escola Estadual – Masculina
- ★ Ferros – Escola Estadual – Feminina

- ★ Bicudos – Escola Estadual – Masculina
- ★ Bicudos – Escola Estadual – Feminina
- ★ Jequeri – Escola Estadual – Masculina
- ♠ Jequeri – Escola Estadual – Feminina
- ♠ Grotá – Escola Estadual – Mista
- ♠ Piedade – Escola Estadual – Masculina
- ♠ Piedade – Escola Estadual – Feminina
- ♠ Santa Cruz – Escola Estadual – Masculina
- ♠ Santa Cruz – Escola Estadual – Feminina
- ♠ Serra – Escola Estadual – Masculina
- ♠ Serra – Escola Estadual – Feminina
- ♠ Rio Doce – Escola Estadual – Masculina
- ♠ Rio Doce – Escola Estadual – Feminina
- ♠ Entre Rios – Escola Estadual – Masculina
- ♠ Entre Rios – Escola Estadual – Feminina
- ♠ Urucu – Escola Estadual – Masculina
- ♠ Urucu – Escola Estadual – Feminina

Nos anos de 1907 e 1908 encontramos apenas as escolas municipais. O quadro a seguir, nos mostra essas informações:

Quadro 12: Escolas Municipais em Ponte Nova (1907 e 1908)

Localidade	Alunos				Professor	
	1907		1908		1907	1908
	M	F	M	F		
Entre Rios	66	24	12	10	Philomena Gomes Carvalho	Ephigenia Balbina Passos
Vargem Alegre	24	20	27	13	Rosalina E. de Freitas	A mesma professora
Cardosos	20	10	33	9	Maria Martins Bhering	A mesma professora
Grotá	11	40	28	36	Sebastiana de Sousa Salgado	A mesma professora
Feijão Cru	24	7	23	2	Livia Lourenço Martins	A mesma professora
Tatu	27	13	16	14	Arminda da Rocha Oliveira	A mesma professora
Pirraça	35	12	49	7	Luisa Maria de Golveia	A mesma professora
São José de Oratórios	36	10	19	13	Rosa M. Gomes	A mesma professora

Piranga	35	16	49	15	Maria Leonor Magalhães	A mesma professora
Tapera	29	9	32	15	Antônia Nunes Martins	A mesma professora
Jequeri	50	-	48	-	Carlos José de Araújo	O mesmo professor
São Pedro dos Ferros	23	9	59	18	Philomena Gomes de Carvalho	A mesma professora
Vau Assu	-	-	34	7	-	Adélia Gonçalves Brito

Fonte: Livro sobre a Relação de escolas públicas existentes da comarca de Ponte Nova (1892-1922). Quadro elaborado pela pesquisadora.

O que percebemos, a partir dessas informações é que de 1907 para 1908, somente a escola da localidade do Vau Assu começou a funcionar. O número de alunos ingressantes nas escolas, na maior parte das vezes variou consideravelmente, como em São Pedro dos Ferros e Entre Rios, por exemplo, e em alguns casos, variou muito pouco, como em Jequeri. Percebemos também que as escolas eram mistas, com exceção da de Jequeri, que era masculina. Sobre os professores é possível perceber que eles permanecem os dois anos, com exceção das localidades de Entre Rios e São Pedro dos Ferros, que em 1907 estavam com a mesma professora mas em 1908, ela trabalhava somente na localidade de São Pedro dos Ferros. Destacamos também o predomínio feminino na docência, tendo apenas uma presença masculina.

Nos anos que se seguiram pós 1908, encontramos apenas dados referentes às escolas municipais, já que não encontramos documentação do período no Arquivo Público Mineiro e nem referência de escolas estaduais nos documentos do Arquivo Municipal. Acreditamos que as escolas estaduais continuaram estáveis e em funcionamento no decorrer dos anos. Devemos nos atentar ao fato de que, com o passar do tempo, algumas localidades vão se desmembrando de Ponte Nova, devido à sua emancipação e assim, a escola deixa de pertencer ao município inicial. Foi assim com o desmembramento de Rio Casca (1911), São Pedro dos Ferros (1912), Entre Rios (1912) e Jequeri (1923). Dessa forma, das 25 escolas estaduais existentes em 1908 na região de Ponte Nova, provavelmente 17 delas continuaram funcionando em 1930.

Com relação às escolas municipais existentes neste município, percebemos que elas também vão diminuindo ao longo dos anos. Os quadros que se seguem mostrarão as escolas municipais existentes em Ponte Nova a partir do ano de 1909 até o ano de 1922. Infelizmente não encontramos informações dos anos de 1923 até 1930 no arquivo municipal. Apesar de acreditarmos que as mesmas escolas continuaram em funcionamento nesse período, não é possível confirmar a partir de fontes localizadas.

Optamos por dividir os anos restantes em dois períodos: o primeiro, nos anos de 1909 a 1912, quando o número de escolas oscilou entre 9 e 12, no decorrer dos anos especificamente. Nos anos seguintes, de 1913 a 1922 as escolas vão diminuindo, até se estabilizar em 5, no ano de 1917. Esse quadro apresenta o número de alunos e o nome dos professores responsáveis pela cadeira. Com relação aos professores, vemos que na maior parte das vezes, eles permaneceram efetivos na cadeira.

Quadro 13: Escolas Municipais e docentes de Ponte Nova (1909-1912)

Localidade	Anos								Professores	
	1909		1910		1911		1912		1909	1912
	M	F	M	F	M	F	M	F		
Entre Rios	21	21	25	21	29	14	24	12	Ephigenia Balbina Passos	A mesma professora
Vargem Alegre	26	10	27	14	12	31	31	9	Rosalina E. de Freitas	A mesma professora
Cardosos	23	08	-	-	21	25	34	26	Maria Martins Bhering	A mesma professora
Grota	33	18	35	23	43	17	43	15	Sebastiana de Sousa Salgado	A mesma professora
Tatu	15	17	17	16	21	13	-	-	Arminda da Rocha Oliveira	A mesma professora
Pirraça	33	9	44	17	55	13	-	-	Luísa Maria de Golveia	Sem informação
S. J. de Oratórios	21	22	-	-	11	17	-	-	Rosa M. Gomes	Sem informação
Piranga	37	17	-	-	42	14	15	26	Maria Leonor Magalhães	A mesma professora
Jequeri	30	30	33	20	41	-	49	-	Carlos José de Araújo	O mesmo professor

Ferros	64	16	-	-	99	4	77	13	Philomena Gomes de Carvalho	A mesma professora
Vau Assu	25	10	12	9	-	-	35	20	Adélia Gonçalves Brito	Maria S. Oliveira
Tapera	-	-	17	18	-	-	-	-	Antônio Nunes Martins	-
Gramma	-	-	-	-	-	-	35	18	-	Rosa M. Gomes
Cidreira	-	-	-	-	-	-	45	13	-	Vitalina Maria S. José
Pontal	-	-	-	-	-	-	18	27	-	Maria Leonor Magalhães

Fonte: Livro sobre a Relação de escolas públicas existentes da comarca de Ponte Nova (1892-1922),
Quadro elaborado pela pesquisadora.

Optamos pela elaboração de dois quadros para os anos de 1914 a 1922, devido a um melhor aproveitamento de espaço. O quadro número 14 apresenta o número de alunos matriculados no decorrer dos anos, o que torna possível visualizar, de uma maneira mais simplificada, quais escolas vão deixando de existir.

Quadro 14: Escolas Municipais de Ponte Nova e Número de alunos (1913-1922)

Local	Número de Alunos																			
	1913		1914		1915		1916		1917		1918		1919		1920		1921		1922	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
Vargem Alegre	2	1	2	1	3	1	1	1	2	1	2	1	2	1	2	6	2	1	2	1
Cardosos	5	-	6	-	7	-	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Grota	4	1	4	1	6	-	4	-	6	-	4	-	4	2	4	-	8	-	8	-
	3	3	0	0	0	-	4	-	5	-	3	-	0	3	2	-	2	-	0	-

Pontal	2 3	2 9	2 4	1 8	1 9	1 1	1 2	8	-	-	2 6	2 9	3 1	1 3	2 2	1 8	2 0	2 0	-	-
Vau Assu	2 8	1 5	2 8	1 5	2 0	-	-	-	7 5	3 1	5 2	2 1	4 5	2 1	3 1	1 4	3 3	1 9	2 7	2 4
Cidreira	3 4	1 5	3 2	1 1	3 2	1 0	3 4	7	3 4	1 6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Jequeri	3 4	-	4 8	-	5 0	-	4 4	-	3 6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Jacaré		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Papagen- te	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5 4	3 9	3 5	2 2	3 2	1 1

Fonte: Livro sobre a Relação de escolas públicas existentes da comarca de Ponte Nova (1892-1922), Quadro elaborado pela pesquisadora.

Já o quadro número 15, nos apresenta a movimentação de professores durante esses anos em cada uma das cadeiras.

Quadro 15: Professores das Escolas Municipais (1913-1922)

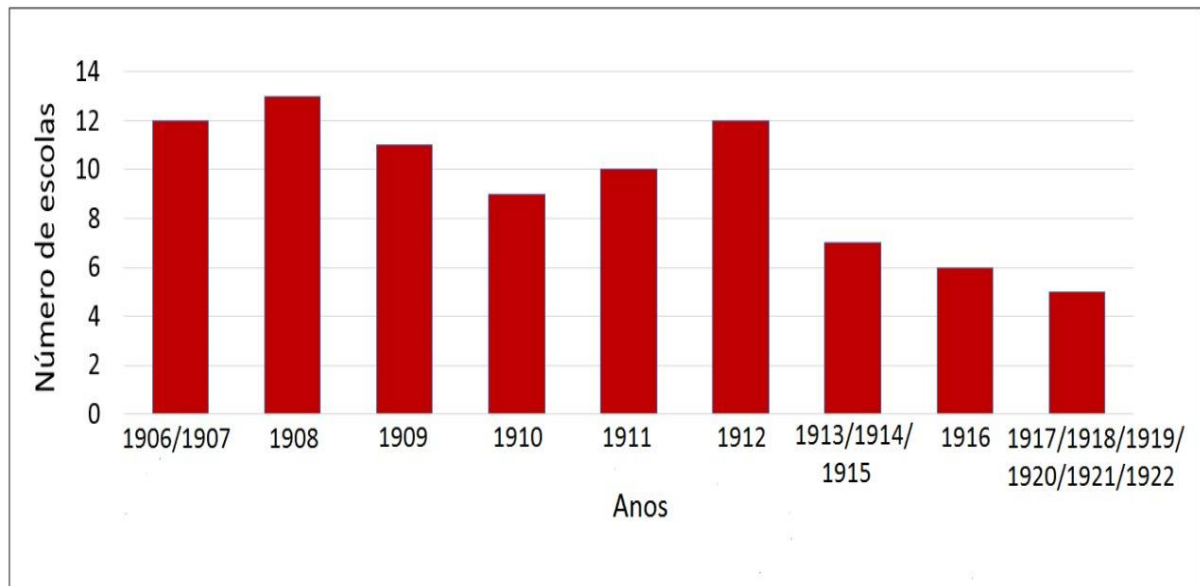
Localidade	Professores			
	1913	1914	1915	1918
Vargem Alegre	Rosalina E. de Freitas	A mesma professora	A mesma professora	A mesma professora
Cardosos	Carlos Dias Oliveira	O mesmo professor	O mesmo professor	-
Grota	Sebastiana de Sousa Salgado	A mesma professora	Antônio Januário Pereira	O mesmo professor
Pontal	Maria Leonor Magalhães	A mesma professora	A mesma professora	Maria Felippa
Vau Assu	Maria S. Oliveira	A mesma professora	A mesma professora	Ernestina de Almeida
Cidreira	Vitalina Maria S. José	A mesma professora	A mesma professora	-

Jequeri	Carlos José de Araújo	Continua o mesmo professor	Continua o mesmo professor	-
Jacaré	-	-	-	Petrina de Sousa Moura
Localidade	1919	1920	1921	1922
Vargem Alegre	Continua Rosalina E. de Freitas	A mesma professora	A mesma professora	A mesma professora
Grota	Continua Antônio Januário Pereira	Continua o mesmo professor	Continua o mesmo professor	Continua o mesmo professor
Vau Assu	Continua Ernestina de Almeida	A mesma professora	A mesma professora	A mesma professora
Pontal	Continua Maria Felippa	A mesma professora	A mesma professora	A mesma professora
Jacaré	Continua Petrina de Sousa Moura	-	-	-
Papagente	-	Alice dos Santos	A mesma professora	A mesma professora

Fonte: Livro sobre a Relação de escolas públicas existentes da comarca de Ponte Nova (1892-1922), Quadro elaborado pela pesquisadora.

A partir desse quadro, vemos novamente que, de forma geral, os professores continuam sendo os mesmos ao longo dos anos.

Ao longo de nossa pesquisa, vimos que o número de escolas foi se reduzindo à medida que o tempo ia passando, devido à emancipação política e administrativa das localidades que pertenciam a Ponte Nova. O gráfico a seguir nos apresenta o número de escolas municipais existentes na região de Ponte Nova durante os últimos anos de nossa pesquisa:

Gráfico 2: Escolas Municipais de Ponte Nova ao longo da 1ª República (1906-1922)

Fonte: Livro sobre a Relação de escolas públicas existentes da comarca de Ponte Nova (1892-1922), Gráfico elaborado pela pesquisadora.

Constatamos porém, que essa redução se deu principalmente em função da emancipação dos distritos que pertenciam a Ponte Nova, onde cada um deles se tornou uma cidade. O período inicial do período republicano ainda foi marcado pela existência de uma escola masculina e uma feminina em cada um dos distritos pertencentes a Ponte Nova. Provavelmente, essas escolas provinciais continuam existindo (na documentação do APM não encontramos mais informações que contemplassem o período republicano) mas as escolas municipais é que ganham destaque nas reuniões do poder legislativo municipal, juntamente com as particulares que vinham se consolidando nesse período. Pensamos assim, que as instituições educativas continuaram tendo papel especial para o município, pois a cidade atravessou o século educando crianças e jovens da região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo a respeito da instrução e educação no município de Ponte Nova durante os anos de 1863 a 1930, apesar de lacunar em alguns aspectos, forneceu elementos que permitiram conhecer um pouco do processo de difusão do ensino primário público e do ensino médio nessa localidade/região. A pesquisa se destaca ainda mais devido à inexistência de estudos que retratem unicamente a instrução escolar.

Ficou constatado que, no período do Império, as iniciativas empreendidas para promover a instrução pública no território em que veio a se formar o município de Ponte Nova ficaram a cargo do governo provincial, já que o governo central se eximiu dessa responsabilidade e o poder público local ainda não possuía autonomia política e financeira para desempenhar essas funções.

Durante o Império, todas as escolas de Ponte Nova, que encontramos registros, pertenciam ao governo provincial mineiro. Verificamos que 45 escolas foram criadas nesse período, sendo a primeira no ano de 1828 e a última no ano de 1883. Dessas, 29 eram destinadas ao ensino de meninos e 16 ao ensino de meninas. Todas essas escolas foram de fato efetivadas, pois encontramos o registro de pelo menos um Ato de Posse de professor para cada uma delas, o que nos indicou o seu funcionamento. O tempo médio entre a criação e real funcionamento da escola variava muito. Algumas escolas contratavam os docentes assim que eram criadas, outras demoravam meses, ou até mesmo anos.

A partir dos documentos analisados do Arquivo Público Mineiro, percebemos que primeiro criava-se uma escola masculina na localidade e posteriormente, se necessário, criava-se a cadeira feminina. Sobre os professores, de maneira geral, os homens lecionavam nas cadeiras masculinas e as mulheres nas cadeiras femininas. Logo, o quadro de docentes homens era maior em função do maior número de escolas masculinas existentes.

O governo municipal de Ponte Nova se fazia presente mesmo nesse período. Em 1864, um ano após a emancipação da cidade, já foi formada uma comissão para inspecionar aulas de instrução primária na Vila. Durante todo o período imperial, vimos o poder público municipal se interessando em questões relacionadas a ações educativas, de forma direta ou indireta.

Quando se instaura o regime republicano no Brasil, o cenário político-administrativo foi alterado. A autonomia dos estados foi ampliada, o que permitiu que o governo de Minas Gerais compartilhasse com seus municípios e distritos a responsabilidade pela difusão do ensino primário. Essa descentralização do ensino foi mantida durante os primeiros anos do novo

regime a partir da aprovação de leis que favoreceram as iniciativas dos governos locais nesse setor.

Verificamos que nos primeiros anos da República (que ainda é uma continuidade da política do império), são criadas mais 7 escolas provinciais. Entretanto, a partir do ano de 1892, o município começa a direcionar o ensino. Isso nos mostrou que o governo local gozou da autonomia política e financeira concedida a ele para organizar e desenvolver sua rede de ensino durante o regime republicano. Nesse momento, o município definia a construção de escolas, as despesas com professores, mobílias e transporte, dentre outras determinações. Esse protagonismo do governo municipal com questões ligadas à instrução escolar permitiu caracterizá-lo como um *município pedagógico*, que realizou diversas ações em prol do desenvolvimento da instrução escolar em sua jurisdição, seja por meio da criação e manutenção de escolas municipais ou pelo incentivo à iniciativa privada de ensino, a partir de auxílios financeiros concedidos a alguns estabelecimentos particulares.

A partir de 1906, o governo de Minas Gerais propôs alterações no ensino primário estadual, com a criação de grupos escolares, que instituíram um novo modelo escolar, marcado pela classificação dos alunos por séries consideradas homogêneas, por um rígido controle e distribuição de tempos, pela utilização do ensino simultâneo, dentre outros. Em Ponte Nova, já em 1907 se iniciam as discussões na câmara municipal para sua criação, mas somente em 1913 é que foi criado o Grupo Escolar oficial de Ponte Nova. Isso faz com que não encontremos mais registros das escolas municipais urbanas, por que elas provavelmente foram transferidas para outras localidades rurais.

Vale destacar que o número de cadeiras públicas, tanto estaduais, quanto municipais, vieram diminuindo consideravelmente ao longo dos anos. Isso se explica principalmente devido a extensão do território pertencente a Ponte Nova, pois diversas localidades vão se emancipando, ficando o município somente nos locais mais próximos ao núcleo que hoje conhecemos como Ponte Nova. Após o ano de 1930, os distritos de Jequeri, São José de Oratórios e Urucânia conquistaram sua emancipação política e administrativa. Assim, somente as localidades do Vau Assu e Pontal ainda continuam pertencendo a Ponte Nova.

Atualmente, a cidade de Ponte Nova possui vinte e seis escolas municipais, dez estaduais, dezessete colégios privados, além de duas faculdades que atendem jovens de toda região¹⁹¹.

¹⁹¹ Disponível em <http://www.escolas.inf.br/mg/ponte-nova>. Acesso em 10 de maio de 2019.

Esse estudo nos permitiu conhecer as determinações legais que vigoraram no estado de Minas Gerais, durante os anos de 1863 a 1930, verificando como o município de Ponte Nova as adequou em sua realidade. Construimos nossa narrativa a partir da interpretação que os sujeitos tiveram sobre as normas vigentes na época, mas também pelas suas possibilidades e interesses.

Por isso, a história local se faz relevante, pois ela busca analisar o objeto investigado a partir de suas particularidades, a fim de conhecer a sua realidade da forma mais concreta possível. Cremos ser possível que, a partir da nossa pesquisa, consigamos identificar as semelhanças e diferenças entre a história da educação do estado de Minas Gerais, de modo geral, com a história da educação do município de Ponte Nova, o que contribui para ampliar a compreensão acerca dessa área do conhecimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fonte primárias

ARQUIVO MUNICIPAL DE PONTE NOVA. *Livro auxiliar de despesa*. Câmara Municipal de Ponte Nova. Fevereiro 1893 à Dezembro de 1906.

_____. *Livro auxiliar de despesa dos distritos e da sede da comarca de Ponte Nova*. Câmara Municipal de Ponte Nova. 1898 a 1915.

_____. *Livro de Atas diversas*. Câmara Municipal de Ponte Nova. 1847 a 1932.

_____. *Livros de Atas do Legislativo*. Câmara Municipal de Ponte Nova. 1863 a 1930.

_____. *Relação de escolas públicas existentes na comarca de Ponte Nova*. Câmara Municipal de Ponte Nova. 1892 a 1922

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Fundo da Instrução Pública, série 3, subsérie 2: *Índice de matrículas dos professores da Instrução Pública*. 1890

_____. Fundo da Instrução Pública, série 3, subsérie 2: *Matrícula dos professores da Instrução Pública*. 1869-1887.

_____. Fundo da Instrução Pública, série 3, subsérie 2: *Matrícula dos professores da Instrução Pública*. 1877-1887.

_____. Fundo da Instrução Pública, série 3, subsérie 2: *Matrícula dos professores de instrução primária*. 1844-1874.

_____. Fundo da Instrução Pública, série 3, subsérie 2: *Matrícula dos professores de instrução primária*. 1849-1885.

_____. Fundo da Instrução Pública, série 3, subsérie 2: *Matrícula dos professores de instrução primária*. 1854-1874.

_____. Fundo da Instrução Pública, série 3, subsérie 2: *Matrícula dos professores de instrução primária*. 1854-1894

_____. Fundo da Instrução Pública, série 3, subsérie 2: *Matrícula dos professores de instrução primária*. 1868-1893.

_____. Fundo da Instrução Pública, série 3, subsérie 2: *Matrícula dos professores de instrução primária*. 1869-1893.

_____. Fundo da Instrução Pública, série 3, subsérie 2: *Matrícula dos professores de instrução primária*. 1872-1874.

_____. Fundo da Instrução Pública, série 3, subsérie 2: *Matrícula dos professores de instrução primária*. 1882-1893.

_____. Fundo da Instrução Pública, série 3, subsérie 2: *Matrícula dos professores de instrução primária*. 1890-1893.

_____. Fundo da Instrução Pública, série 3, subsérie 2: *Matrícula dos professores de instrução secundária*. 1872-1891.

_____. Fundo da Instrução Pública, série 3, subsérie 2: *Matrícula dos professores dos Círculos Literários*. 1836-1882.

_____. Fundo da Instrução Pública, série 3, subsérie 2: *Quadro das cadeiras primárias existentes em Minas Gerais, por municípios, com o respectivo número de alunos matriculados frequentes* (1890-1891).

_____. Fundo da Instrução Pública, série 3, subsérie 2: *Registro de mapas das escolas de instrução primária*. 1888-1891.

Fontes secundárias

ADÃO, Áurea. MAGALHÃES, Justino. *História dos Municípios na Educação e na Cultura: Incertezas de ontem, desafios de hoje*. Instituto de Educação da Universidade de Lisboa. 1ª edição, 2013. Disponível em: www.ie.ul.pt. Acesso: 15/04/2016.

ALVARENGA, Susiely. *As viagens de D. Pedro II à província de Minas Gerais em 1881: festividades, política e ciência*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Departamento de História. Programa de Pós-graduação em História. 2012. 191f.

AMARAL, Giana Lange. O municipalismo, a educação e o desenvolvimento local: Pelotas-RS, Brasil – Primeiras décadas do século XX. In: ADÃO, Áurea; MAGALHÃES, Justino (org.). *Os municípios na Modernização Educativa*. Lisboa: Instituto de Educação, Universidade de Lisboa, 2014. p. 293-313. Disponível em: < <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/19869>>. Acesso em: 04 jul 2016.

ANDRADE, Renata Fernandes Maia de; CARVALHO, Carlos Henrique de. A educação no Brasil império: análise da organização da instrução na província de Minas Gerais (1850-1889). *História da Educação*, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, v. 13, n. 28 p. 105-133, Maio/Ago 2009. Disponível em: <http://fae.ufpel.edu.br/asphe>.

BACELLAR, C. Uso e mau uso dos arquivos. IN: PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes Históricas*. São Paulo, Editora Contexto, p. 23-79, 2005.

BRASIL. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro, 1891. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm. Acesso: 25/06/2018.

BRASIL. *Plano Nacional de Educação - PNE/Ministério da Educação*. Brasília, DF: INEP, 2001.

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTE NOVA. Legislativo de Ponte Nova – 148 anos de História. Dezembro, 2010.

CAPRI, Roberto. *Minas Gerais e seus municípios*. São Paulo, Capri, Andrade e C. editores, 1916.

CARVALHO, Carlos Henrique de. A História local e regional: dimensões possíveis para os estudos histórico-educacionais. *Cadernos de História da Educação* – n. 6 – jan./dez. 2007, p. 51-69.

CARVALHO, Carlos Henrique de; CARVALHO, Luciana Beatriz de Oliveira Bar de. O Município e a Educação no Brasil: as ações da Câmara Municipal de Uberabinha-Minas Gerais (1890 a 1920). IN: GONÇALVES NETO, Wenceslau. CARVALHO, Carlos Henrique de. (org.). *O Município e a Educação no Brasil: Minas Gerais na Primeira República*. Campinas, SP: Editora Alínea. p. 43-72, 2012.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 295-316.

DINIZ, Andréa Fabiane Machado. *A organização da instrução pública em Patos de Minas-MG no contexto republicano de 1889 a 1928*. Uberaba: Universidade Federal de Uberaba. 2012. 170p. Disponível em: <<http://www.uniube.br/biblioteca/novo/base/teses/BU000205742.pdf>>. Acesso: 28/08/2018.

EUGÊNIO, Alisson. Urbanização e modernização no Sul de Minas Gerais: o caso do município de Alfenas durante a Primeira República. *Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade*, Campinas. 7, n. 10, jan./ago. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/urbana/article/view/8642551>>. Acesso 01/09/2018.

FARHAT, Fued. *Ponte Nova: anos dourados*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1988.

FARIA FILHO, L.M. *Dos pardieiros aos palácios*. Passo Fundo, Ed. UPF, 2000, no prelo.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. CARVALHO, Carlos Henrique de. Impasses e Desafios à Organização da Instrução Pública nas Minas Gerais. IN: GONÇALVES NETO, Wenceslau. CARVALHO, Carlos Henrique de. (org.). *O Município e a Educação no Brasil: Minas Gerais na Primeira República*. Campinas, SP: Editora Alínea, 2012. p. 9-22.

JANOTTI, Maria de Lourdes M.. *O coronelismo: uma política de compromissos*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1891.

LIMA, Geraldo Gonçalves de. Impactos das reformas João Pinheiro (1906) e Francisco Campos (1927/28) em Patrocínio-MG: O Grupo Escolar Honorato Borges. In: Congresso de Ensino e Pesquisa de História da Educação em Minas Gerais, 5., 2009, Montes Claros. Anais do V Congresso de Ensino e Pesquisa de História da Educação em Minas Gerais, Montes Claros: UNIMONTES, 2009, sem paginação. Disponível em:< <http://docplayer.com.br/15041351-Impactos-das-reformas-joao-pinheiro-1906-e-francisco-campos-1927-28-em-patrocinio-mg-o-grupo-escolar-honorato-borges.html>> Acesso: 21/06/2018.

MAGALHÃES, Justino. Atlas-Repertório dos Municípios na Educação e na Cultura em Portugal (1820-1986). Perspectiva histórica. In ADÃO, Aurea; MAGALHÃES, Justino (org.). História dos municípios na Educação e na Cultura: incertezas de ontem, desafios de hoje. (pp. 1152). Lisboa: Instituto de Educação, Universidade de Lisboa, 2013, p. 11-52. Disponível em: <http://www.ie.ulisboa.pt/portal/page?_pageid=406,1805117&_dad=portal&_schema=PORTAL>. Acesso em: 04. jul 2016.

MAGALHÃES. Manuel Ignácio Machado de. *Resumo Histórico de Ponte Nova*. Ponte Nova: Typ Ideal, 1922.

MINAS GERAIS. *Constituição do Estado de Minas Gerais. 1891*. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=CON&num=1891&comp=&ano=1891>. Acesso: 24/08/2018.

MOACYR, Primitivo. *A instrução e as Províncias: Subsídios para a História da Educação no Brasil 1834-1889*. 1. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, v. 3, 1940. Disponível em: <<http://www.brasiliana.com.br/obras/a-instrucao-e-as-provincias-vol-iii>> Acesso: 21/06/2018

MOACYR, Primitivo. *A Instrução e o Império. Subsídios para a História da Educação no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, v. 3, 1938. Disponível em: <http://www.brasiliana.com.br/obras/a-instrucao-e-o-imperio-3-vol>>. Acesso: 22/05/2018.

MOURÃO, Paulo Kruger Corrêa. *Ensino em Minas Gerais no tempo do Império. Edição do Centro Regional de Pesquisas Educacionais*. Belo Horizonte, 1959.

NETO, Silveira. *O distrito na Primeira República Mineira. Revista de informação legislativa, Brasília*, v. 13, n. 49, jan./mar. 1976. p. 99-108. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/180943>>. Acesso em: 10/12/2018.

NOGUEIRA, Vera Lúcia; GONÇALVES, Irlen Antônio. As reformas do ensino público primário como constituintes da política educacional do estado de Minas Gerais (1891-1906). *Educação em Foco*, Belo Horizonte: UEMG, v. 18, 2015. p. 201-225. Disponível em <<http://www.uemg.br/openjournal/index.php/educacaoemfoco/article/view/467>>. Acesso em: 11/12/2018.

NOVAES, Ivan Luiz; FIALHO, Nadia Hage. Descentralização educacional: características e perspectivas. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*. Goiânia, v. 26, n. 3, set./dez. 2010. P. 585-602. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/rbpae/article/viewFile/19800/11538>>. Acesso: 02/09/2018.

OLIVEIRA, Antoniette Camargo de; CARVALHO, Luciana Beatriz de; ALVES FILHO, Eloy; INÁCIO FILHO, Geraldo. A Câmara Municipal de Patos de Minas e a promoção da instrução pública: grupo escolar, ensino secundário e educação no campo (1905-1908). IN: GONÇALVES NETO, Wenceslau. CARVALHO, Carlos Henrique; SANFELICE, José Luís. *História, instituições escolares e gestores educacionais. Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n. especial, p. 20-27, ago. 2006. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22e/art4_22e.pdf> Acesso em: 02 abr. 2016.

OLIVEIRA, Sandra Maria de. *Grupo Escolar em Minas Gerais: análise da legislação na Primeira República (1906-1924)*. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/13885/1/d.pdf>. Acesso: 06/09/2018.

PEREIRA, Roberta Geraldo. *Do Império à República : história e educação no município de Ubá-MG (1831-1930)*. Viçosa, MG, 2017.

PILETTI, Nelson; PILETTI, Claudino. *História da Educação*. 7. ed. São Paulo: Editora Ática, 1997.

PIMENTEL, A. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa histórica. *Cadernos de Pesquisa*, n.114, p.179-195, nov., 2001.

PINTO, Alice Regina et al. *Manual de normalização de trabalhos acadêmicos*. Viçosa, MG, 2010. 88 p. Disponível em:<<http://www.bbt.ufv.br/>>. Acesso em: 26/06/2018.

RIBEIRO FILHO, Antônio Brant. *Ponte Nova: 1770 a 1920; 150 anos de história – Viçosa: 1993*. [sem editora]

RIBEIRO FILHO, Antônio Brant, 1952. *Lavoura e riqueza, voto e poder; uma contribuição para o estudo da história política na Zona da Mata Mineira*. Ponte Nova: Sociedade Pró-Memória, 1996.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, São Leopoldo, ano. I, n.I, p. 1-15, jul. 2009. Disponível em:<http://www.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/pesquisa_documental_pistas_teoricas_e_metodologicas.pdf>Acesso em: 18 abr. 2016.

SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do breve século XIX brasileiro. In: SAVIANI, D. et alii. (Org.). *O legado educacional do século XIX*. 2.ed. Campinas: Autores Associados, v. 1 2006. p. 7-32.

TOTINI, Vanda de Almeida. *Monografia de Ponte Nova* (sem data devido ao estado de deterioração em que se encontra o exemplar da Biblioteca Municipal de Ponte Nova).

ANEXOS

Anexo 1: Atas periódicas das Reuniões da Câmara Municipal (1863-1930)

Livro	Período	Nº de páginas
1	Abril 1863 à Setembro 1867	341
2	Setembro 1867 à Agosto 1871	396
3	Janeiro 1872 à Agosto 1880	404
4	Agosto 1880 à Maio 1886	379
5	Maio 1886 à Março 1892	295
6	Março 1892 à Setembro 1896	395
7	Janeiro 1893 à Fevereiro 1903	131
8	Dezembro 1896 à Setembro 1901	396
9	Novembro 1901 à Janeiro 1905	200
10	Janeiro 1905 à Janeiro 1908	199
11	Janeiro 1908 à Novembro 1911	201
12	Novembro 1911 à Abril 1915	202
13	Setembro 1915 à Outubro 1918	202
14	Outubro 1918 à Janeiro 1921	200
15	Janeiro 1921 à Setembro 1924	193
16	Novembro 1922 à Janeiro 1927	15
17	Outubro 1924 à Novembro 1926	187
18	Maio 1927 à Janeiro 1931	17

Fonte: Livros de Atas do Legislativo da Câmara Municipal da cidade de Ponte Nova, Arquivo Municipal de Ponte Nova. Tabela elaborada pela pesquisadora.

Anexo 2: Atas diversas

Tipos de Atas	Período	Nº de páginas
Eleições Juízes de Paz de Abre Campo	Agosto 1847 à Setembro 1868	81
Conselho Municipal de Ponte Nova	Abril 1864 à Maio 1875	189
Conselho de Revista de Ponte Nova	1865 à 1879	36
Reunião Conselho Distrital de Jequeri	Janeiro 1894 à Dezembro 1903	154
Reunião Conselho Distrital de Urucânia	Fevereiro 1893 à Julho 1903	47
Reunião Conselho Distrital da Sede	Fevereiro 1893 à Julho 1903	55
Concursos para Cargos Municipais	Março 1908 à Março 1921	13
Reunião da junta de Alistamento Militar	Julho 1922 à Setembro 1932	402

Fonte: Livros de Atas diversas da Câmara Municipal de Ponte Nova, Arquivo Municipal de Ponte Nova. Tabela elaborada pela pesquisadora.

Anexo 3: Quantidade de reuniões por ano da Câmara Municipal de Ponte Nova

ANO	Número de reuniões realizadas	Reuniões com falta de quórum
1863	20	03
1864	23	10
1865	30	09
1866	35	14
1867	14	06
1868	16	06
1869	32	02
1870	28	08
1871	20	05
1872	27	07
1873	31	03
1874	28	06
1875	23	07
1876	10	01
1877	04	04
1878	05	00
1879	09	00
1880	10	08
1881	17	01
1882	09	03
1883	27	06
1884	20	04
1885	20	01
1886	25	00
1887	23	08
1888	23	05
1889	24	00
1890	11	01
1891	09	00
1892	42	05
1893	24	06
1894	16	09
1895	11	02
1896	13	01
1897	14	00
1898	21	05
1899	12	05
1900	19	02
1901	29	02
1902	13	32
1903	10	19
1904	07	17
1905	11	03

1906	11	01
1907	18	01
1908	26	03
1909	12	03
1910	14	09
1911	13	10
1912	17	23
1913	11	16
1914	13	11
1915	11	13
1916	13	10
1917	16	15
1918	09	07
1919	21	07
1920	19	11
1921	14	14
1922	08	14
1923	18	09
1924	24	04
1925	29	02
1926	22	00
1927	27	02
1928	20	00
1929	16	06
1930	14	00

Fonte: Livros de Atas diversas, Câmara Municipal de Ponte Nova. Tabela elaborada pela pesquisadora.